ANDRÉ LUÍS MÁRSICO LOMBARDI

**A IMPORTÂNCIA DA EXECUÇÃO DE OFÍCIO DAS
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NO PROCESSO DO
TRABALHO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO**

2012

ANDRÉ LUÍS MÁRSICO LOMBARDI

**A IMPORTÂNCIA DA EXECUÇÃO DE OFÍCIO DAS
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NO PROCESSO DO
TRABALHO**

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora
da Faculdade de Direito da Universidade de São
Paulo, como exigência parcial para a obtenção do
título de Mestre em Direito do Trabalho e da
Seguridade Social, sob orientação do Professor
Associado Ari Possidonio Beltran.**

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO**

2012

BANCA EXAMINADORA

*À minha mãe Sônia, pelo amor recíproco na sua
mais pura forma.*

*Ao meu pai Victor, pela inspiração enquanto
estudioso do direito e homem sensível na
apreciação das causas sociais.*

*Aos meus avós, por constituírem minha maior
fonte de inspiração, em especial a minha avó
Eudócia.*

*À minha querida noiva Carol, pelo amor
edificado e pelo companheirismo, inclusive no
estudo.*

*Enfim, à família - tios, primos e irmãos - por ser
a razão maior de tudo.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pela oportunidade e orientação na condução do estudo.

Ao Professor Ari Possidonio Beltran, paradigma de homem dedicado à Universidade Pública, pela vasta experiência compartilhada.

Ao Professor Nelson Mannrich, que me auxiliou no desenvolvimento do Projeto, e aos membros da banca de qualificação, Professores Homero Batista Mateus da Silva e Ronaldo Lima dos Santos, pela ajuda no aperfeiçoamento do estudo.

À Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em nome de seus professores e funcionários, por ter acolhido mais este aluno.

À Eny Ceotto e ao amigo Túlio de Oliveira Massoni, pela revisão e adequação do texto.

Aos amigos e familiares, que acompanharam essa jornada e souberam compreender e incentivar este meu projeto.

RESUMO

As críticas levantadas pela doutrina quanto ao instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho culminam, quase sempre, na decretação de sua inconstitucionalidade ou, pelo menos, sustentam a sua incompatibilidade com o processo do trabalho. Os referidos posicionamentos desconsideram a importância do instituto e sua íntima relação com os desígnios da Justiça do Trabalho, em especial enquanto mecanismo de garantia de direitos previdenciários dos trabalhadores segurados. Como consequência dessas críticas, tem-se observado o apequenamento do instituto, pela não aceitação de sua incidência quanto às sentenças declaratórias, conforme entendimento hoje estampado na Súmula 368 do TST e em decisão do Plenário do STF, o que afronta diretamente o texto constitucional, que nenhuma diferença faz entre as espécies de provimentos judiciais. A má compreensão do instituto acarreta ainda a prevalência de interpretações incompatíveis com as normas e os princípios constitucionalmente consagrados, a exemplo da aceitação da sentença trabalhista como título executivo judicial para execução das contribuições previdenciárias, mas, em certas ocasiões, a negativa em acatar os seus termos como prova do preenchimento das condições necessárias à obtenção de prestações previdenciárias pelo trabalhador segurado, especialmente quando a decisão estiver baseada em acordo ou prova exclusivamente testemunhal. O referido entendimento quanto à valoração da sentença trabalhista vai contra a própria estruturação constitucional da filiação previdenciária, que prevê a formação de um vínculo único, do qual decorrem, ao mesmo tempo, a obrigação de contribuir para o sistema e o direito à obtenção de prestações previdenciárias. Assim, além da devida delimitação do sentido e alcance da competência constitucional para a execução de ofício das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho, o presente estudo pretende apresentar uma crítica ao fato de o instituto ser encarado por parcela da doutrina e dos aplicadores do direito como um mero instrumento de arrecadação ou de facilitação fiscal, ofertando uma interpretação que prestigie a máxima eficácia da norma constitucional, a visão do processo como meio de realização dos direitos, a função social da Justiça do Trabalho, e os direitos fundamentais do trabalhador segurado, de sorte a ressaltar a utilidade e o destaque que o referido instrumento deveria ostentar.

Palavras-chave: Processo – Trabalho – Execução – Contribuições – Previdência

ABSTRACT

The criticism raised by jurists regarding official enforcement of social security contributions in the Labor Courts almost always ends up resulting in a declaration of its unconstitutionality or, at least, is found to be incompatible with the Labor Process. The aforementioned positions do not consider the importance of the institute and its close relationship to the designs of the Labor Courts, particularly as a mechanism for guaranteeing social security rights to insured workers. As a result of this criticism, the institute has notably grown smaller because of a lack of acceptance of its applicability regarding declaratory judgments, as understood today by Supreme Labor Court (TST) Precedent 368 and an en banc Federal Supreme Court (STF) ruling, in direct contrast to the constitutional text, which does not differentiate between types of judicial decisions. Misunderstanding of the institute furthermore results in a preponderance of interpretations that are incompatible with constitutionally consecrated principles and standards, as seen by the acceptance of the labor ruling as a judicial execution instrument for enforcement of social security contributions; but, on certain occasions, it is negative in accepting its terms as proof of fulfillment of necessary conditions for obtaining social security payments from the insured worker, especially when the decision is based on an agreement or exclusively testimonial proof. This understanding regarding the appreciation of the labor ruling goes against the very constitutional structure of the social security affiliation, which establishes formation of one sole bond, from which the obligation to contribute to the system and the right to obtain social security payments simultaneously arise. Thus, in addition to due limitation of the meaning and scope of constitutional competency to officially enforce social security contributions in the Labor Courts, this study intends to present a critique of the fact that the institute is seen by some jurists and by those applying the law as a mere instrument of collection or fiscal collections, offering an interpretation that strives the utmost for maximum efficacy of the constitutional standard, the vision of the process as an instrument for achieving rights, the social function of the Labor Courts, and the fundamental rights of the insured worker, so as to underscore the importance and the prominence that the aforementioned instrument should display.

Key Words: Process – Labor - Enforcement – Contributions – Social Security

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PANORAMA HISTÓRICO-LEGISLATIVO.....	17
2.1. O PERÍODO ANTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/1998	17
2.2. AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS E O PERÍODO ANTERIOR À REGULAMENTAÇÃO LEGAL	23
2.3. A REGULAMENTAÇÃO DO INSTITUTO NA CLT E NA LEI Nº 8.212/1991 – LEIS Nº 10.035/2000, 11.457/2007 E 11.941/2009	27
2.4. SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO DE OFÍCIO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	35
3. AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	46
3.1. AS ESPÉCIES DE SEGURADOS	50
3.2. O FATO GERADOR DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	53
3.2.1. <i>O Fato Gerador na Constituição Federal</i>	54
3.2.2. <i>O Fato Gerador na Lei nº 8.212/1991</i>	58
3.2.3. <i>Correntes Doutrinárias sobre o Fato Gerador das Contribuições Previdenciárias e a Jurisprudência dos Tribunais Superiores</i>	62
3.3. A BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	67
3.4. OS ACRÉSCIMOS LEGAIS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	74
4. A FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO E AS DECISÕES SUJEITAS À EXECUÇÃO DE OFÍCIO.....	78
4.1. A FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO	78
4.2. A SENTENÇA DECLARATÓRIA E A EXECUÇÃO DE OFÍCIO	88
5. O DIREITO DE TRANSAÇÃO DAS PARTES <i>VERSUS</i> A INDISPONIBILIDADE DOS INTERESSES PÚBLICOS	101
5.1. A FIGURA DA UNIÃO NA EXECUÇÃO DE OFÍCIO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	101
5.2. A TRANSAÇÃO JUDICIAL COMO LIMITE PARA A ATUAÇÃO ESTATAL.....	111
6. A SENTENÇA TRABALHISTA COMO PROVA PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL	119
6.1. A PROVA PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL	120
6.2. A SENTENÇA TRABALHISTA COMO PROVA PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL	126
6.3. A EXECUÇÃO DE OFÍCIO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E A PROVA PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL	130
7. CONCLUSÕES.....	139
8. BIBLIOGRAFIA	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade

Ag – Agravo

AgR ou AgRg – Agravo Regimental

AIRR – Agravo de Instrumento em Recurso de Revista

AP – Agravo de Petição

Art. – art.

Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais

CPC – Código de Processo Civil

CF – Constituição Federal

CTN – Código Tributário Nacional

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho

DJe – Diário da Justiça Eletrônico

Des. – Desembargadora / Desembargador

DO – Diário Oficial

DOU – Diário Oficial da União

E – Recurso de Embargos

ED – Embargos Declaratórios

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social

GPS – Guia da Previdência Social

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IR – Imposto de Renda

LOMAN – Lei Orgânica da Magistratura

Min. – Ministro

OJ – Orientação Jurisprudencial

Rais – Relação Anual de Informações Sociais

RE – Recurso Extraordinário

Rel. – Relatora / Relator

Res. – Resolução

Resp – Recurso Especial

RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil

RO – Recurso Ordinário

RPS – Regulamento da Previdência Social

RR – Recurso de Revista

SBDI-1 – Subseção I Especializada em Dissídios Individuais

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

Sum. – Súmula

TJ – Tribunal de Justiça

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

1. INTRODUÇÃO

Desde o advento do instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho, pela Emenda Constitucional nº 20/1998, o tema já foi objeto de diversos estudos monográficos, alguns inclusive publicados, além de estar hoje retratado em praticamente todos manuais e cursos de processo do trabalho, justamente por ostentar rica utilidade prática e, principalmente, acadêmica.

As manifestações contidas em tais trabalhos foram as mais variadas. Houve quem enaltecesse o instituto em razão dos seus resultados financeiros e pela justiça fiscal que acarreta, mas os mais intensos e variados debates se deram em torno de extenso rol de críticas ao referido instrumento processual. Os principais aspectos negativos levantados pela doutrina e pela jurisprudência são relativos à insuficiência estrutural da Justiça do Trabalho para receber tais demandas e à sua adequação jurídica, em especial os supostos atentados a diversos princípios constitucionais; o desvio de finalidade que pode acarretar à Justiça dita social, guinando-se o direcionamento de suas forças para interesses arrecadatórios ou fiscalistas; questões relativas à delimitação de seu alcance e sentido, a exemplo da incidência da competência em sentenças declaratórias; além das inúmeras questões atinentes à sua aplicabilidade, como o momento da ocorrência do fato gerador, a responsabilização de terceiros pelas contribuições executadas de ofício, a relação com os institutos da prescrição e decadência, as consequências dos parcelamentos especiais em relação ao instituto, a sua aplicação quando da falência da empresa e nas hipóteses em que as contribuições não incidem sobre as remunerações dos segurados trabalhadores, como no caso das contribuições substitutivas dos produtores rurais, das associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional ou das empresas integrantes do Simples Nacional.

O estudo de um tema com tantas questões a serem examinadas mostra-se, sob muitos enfoques, interessante. No entanto, é preciso fazer um corte metodológico com vistas a tratar questões com a profundidade que uma dissertação de mestrado exige. Tal restrição foi motivada ainda pelo propósito de não se limitar a repetir aspectos perscrutados em outros trabalhos, além de favorecer uma ponderação maior sobre aspectos analisados anteriormente de forma mais perfunctória, a fim de trazer novas contribuições à ciência do direito.

O escopo principal, então, é apresentar uma crítica ao fato de o instituto ser encarado como um mero instrumento de arrecadação ou de facilitação fiscal, olvidando-se

que o vínculo estabelecido perante a previdência social e atestado pela Justiça do Trabalho quando da execução de ofício das contribuições previdenciárias é uma via de mão dupla, não só gerando o dever de arrecadar, como também o direito de ser beneficiário de prestações previdenciárias. Pretende-se demonstrar que, ainda que o intuito do legislador possa ter sido criar um mecanismo com finalidades meramente arrecadatórias, de facilitação da tributação, a partir do momento em que o dispositivo constitucional foi promulgado, a sua interpretação, antes de derivar de sua literalidade ou da intenção legislativa, decorre de sua contextualização dentro do conjunto de regras e princípios constitucionalmente consagrados. Ou seja, o dispositivo deve ser lido e apreendido “sob a lente da Constituição, de modo a realizar os valores nela consagrados.”¹

Como afirmado, diversas críticas surgiram desde o advento do instituto, mas a grande maioria das apreciações desfavoráveis buscava simplesmente expelir o mecanismo do sistema, pela decretação de sua inconstitucionalidade, em vez de intentar a sua adequação no sentido ora proposto. Mesmo ultrapassados os argumentos que incompatibilizavam o instituto com os princípios constitucionais, restaram sedimentadas ideias que resultam num alcance diminuto do instituto, como será visto no capítulo em que se tratará da incidência da competência constitucional na hipótese de sentenças cujos provimentos são meramente declaratórios, posição esta hoje assentada, pelo STF, no Recurso Extraordinário nº 562.276 e na Súmula 368 do TST. A partir da visão da importância do instituto, pretende-se demonstrar que a sua aplicação no processo do trabalho tem relação íntima com os desígnios da Justiça do Trabalho e que deve ser a mais ampla possível, de sorte a garantir os direitos previdenciários dos trabalhadores segurados.

Outro exemplo do apequenamento da repercussão do art. 114, VIII, da CF, e, ao mesmo tempo, uma incongruência da interpretação que se dá ao sistema, é a aceitação da sentença trabalhista como título executivo judicial para execução das contribuições previdenciárias, mas, em certas ocasiões, a negativa em acatar os seus termos como prova do preenchimento das condições necessárias à obtenção de prestações previdenciárias pelo trabalhador segurado, especialmente quando a decisão estiver baseada em acordo ou prova exclusivamente testemunhal. Há até um Projeto de Lei proposto pelo Executivo que, após amplo debate, inclusive com o TST, visava a obrigar a aceitação da sentença proferida na

¹ BARROSO, Luiz Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)**, Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 9, março/abril/maio 2007, p. 20. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>>. Acesso em: 06/09/2010.

Justiça do Trabalho, mas só nas hipóteses de recolhimento integral das contribuições previdenciárias, ainda que pelo próprio trabalhador, quando se sabe que a responsabilidade pelos recolhimentos previdenciários pertence às empresas, em regra. Os termos do Projeto foram amenizados em Substitutivo, para a sorte dos trabalhadores segurados, como se verá em momento oportuno.

Enfim, pretende-se apresentar temas que demonstrem o desapego que hoje se tem pelos direitos do trabalhador segurado quando da interpretação, normatização e aplicação da execução de ofício das contribuições previdenciárias, de maneira a dotar o trabalho de utilidade acadêmica, ainda que a adoção desse enfoque teórico, obviamente, signifique abdicar do tratamento de diversas outras questões interessantes relativas ao instituto, como as mencionadas anteriormente.

Para se demonstrar com propriedade a importância que se deveria atribuir à execução de ofício das contribuições previdenciárias será preciso marginalizar diversas especificidades que surgem na aplicação do instituto no processo do trabalho. Ainda que estas discussões, preponderantemente de ordem prática, possam se mostrar de grande interesse, mereceriam um trabalho à parte, com outro enfoque. Apenas para mencionar as principais questões hoje em debate, citem-se a responsabilização de terceiros pelas contribuições executadas de ofício, a relação com os institutos da prescrição e decadência, as consequências dos parcelamentos especiais em relação ao instituto e a sua aplicação nas hipóteses de substituição tributária e na falência.

Devidamente explicitada a importância do tema e delimitado o escopo maior do trabalho em tela, cumpre consignar que a presente dissertação de mestrado deve ser guiada por métodos científicos.

Como muito bem pondera Newton C. A. da Costa², as ciências são síntese de criação racional, de observação e de experimentação e isso vale para a ciência do direito. Seguindo as lições de Tércio Sampaio Ferraz Júnior³, pode-se asseverar que, ao se falar em ciência, deve-se ter em mente um tipo específico de conhecimento, ou seja, o conhecimento científico. A principal distinção entre o conhecimento vulgar e o conhecimento científico é que este se forma por um conjunto de enunciados, de constatações que transmitem informações verdadeiras a respeito de algo que existe, existiu ou existirá, mas de maneira precisa, comprovada e sistematizada.

² COSTA, Newton C. A. da. **O conhecimento científico**. São Paulo: Discurso Editorial, 1997, p. 47.

³ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. São Paulo: Atlas, 1980, p. 9.

Para que um estudo estabeleça, cientificamente, enunciados e constatações, são adotados métodos reconhecidamente científicos. O método pode ser conceituado como o “conjunto de princípios de avaliação da evidência.”⁴ Pelo método dedutivo, parte-se de uma hipótese cuja veracidade não é objeto de investigação, não faz parte do raciocínio e, a partir desta premissa, extraem-se conclusões. O método indutivo, por sua vez, caracteriza-se por um processo lógico cuja conclusão proposta contém mais dados do que a amostragem na qual ela se baseia, de maneira que a verdade somente pode ser afirmada se todos os exemplares possíveis forem examinados. A abdução consubstancia o mais original dos tipos de raciocínio ou argumento, pois, a partir de um fato surpreendente, busca-se, por meio de um ato criativo, do instinto racional, uma hipótese explicativa.

Quanto à adoção de um método para o estudo do direito, se partirá da premissa de Charles Sanders Pierce⁵ de que os três métodos referidos integram um todo coeso como etapas da investigação científica. Portanto, não se excluirá nenhum deles. Entretanto, o método-base para o estudo do direito deve ser o raciocínio dedutivo, eis que se trata de um processo investigativo mais apropriado para provar o “dever ser”. A dedução possibilita uma investigação mais isenta de análises axiológicas exacerbadas, na medida em que se parte de uma hipótese em que não se questiona a verdade, no caso, a norma, extraindo-se conclusões ideais. Cumpre salientar que se pretende proceder a uma investigação dialética das situações conflitantes na doutrina e na jurisprudência, ou seja, por intermédio de oposições e choques entre situações diversas ou opostas se conseguirá evidenciar as contradições e buscar as suas superações, sempre, pelas razões já expostas, com maior prestígio ao método dedutivo. Veja-se, então, a via que se pretende percorrer.

Inicialmente, no capítulo 2, seguinte à presente introdução, se fará uma breve apresentação do tema, pela exposição do histórico da legislação regente quanto à execução de ofício das contribuições previdenciárias, inclusive com a explicitação dos dispositivos legais ora vigentes. Nesse mesmo capítulo, serão demarcados os pressupostos constitucionais de aceitação das disposições de interesse constantes do art. 114 da CF, da Lei nº 10.035/2000, da Lei nº 11.457/2007 e da Lei nº 11.941/2009, observando-se se há atendimento aos princípios constitucionais que alguns doutrinadores entendem ofendidos, como a ampla defesa, o contraditório, o devido processual legal, e a separação de poderes, este último em aspectos como a imparcialidade e o juiz natural.

⁴ FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. São Paulo: Atlas, 1980, p. 11.

⁵ PIERCE, Charles Sanders. *Apud* SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**. São Paulo: Hacker Editores, 2001, p. 123.

Em prosseguimento, no capítulo 3, serão analisadas as contribuições previdenciárias, notando a sua natureza jurídica, as suas principais características e a adequação de sua execução dentro de um processo judicial trabalhista, de forma a iniciar a delimitação do instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias.

Posteriormente, no capítulo 4, será identificada a formação do título executivo de tais contribuições previdenciárias, de sorte a avançar no estabelecimento dos limites do instituto. Nesse mesmo capítulo, e ainda com o mesmo intuito, será analisada a já referida questão da execução de ofício decorrente de sentenças declaratórias, quando se terá oportunidade de criticar a ideia prevalecente do não alcance do instituto a tais decisões.

Em sequência, no capítulo 5, será examinada a questão relativa à oposição entre o direito de transação das partes em face da indisponibilidade dos interesses públicos envolvidos na execução de ofício das contribuições previdenciárias. Será avaliada, primeiramente, a figura da União quanto à execução de ofício das contribuições previdenciárias e, a partir de sua qualificação processual e da própria natureza jurídica das contribuições previdenciárias, vista em capítulo anterior, será delimitada a liberdade das partes de discriminarem e atribuírem determinada qualificação jurídica às verbas reconhecidas em acordo.

No capítulo 6, será abordada a questão relativa à sentença trabalhista enquanto prova perante a previdência social de vínculos, períodos e remunerações. Nessa oportunidade, será visto que, após o surgimento do instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias, o entendimento pela não aceitação das informações reconhecidas em sentença proferida pela Justiça do Trabalho, ainda que baseada em acordo ou prova exclusivamente testemunhal, mostra-se indevido. Será demonstrado o equívoco da interpretação prevalecente no sentido de que a sentença trabalhista, ainda que fundada em acordo ou prova exclusivamente testemunhal, é título executivo judicial para a execução de ofício das contribuições previdenciárias, as quais têm destinação própria, que são as despesas referentes ao pagamento de benefícios do regime geral de previdência social (art. 167, XI, da CF); é documento que enseja a obrigação legal de a empresa informar os bancos de dados fiscais e previdenciários; mas nem sempre constitui elemento de prova de vínculos, períodos e remunerações perante a previdência social para fins de obtenção de prestações previdenciárias pelos segurados trabalhadores.

O estudo de todas essas questões poderá contribuir para o aprimoramento da interpretação que se dá atualmente ao instituto da execução de ofício, uma vez que fomenta

sua visão crítica. Pretende-se ainda, com o presente estudo, contribuir para que, em um futuro próximo, a sistemática seja aperfeiçoada pelo legislador, de forma a atender aos valores constitucionalmente consagrados, servindo não apenas como instrumento arrecadatório, mas, sobretudo, como ferramenta de efetivação e garantia de direitos sociais.

2. PANORAMA HISTÓRICO-LEGISLATIVO

Com o intuito de obter uma melhor compreensão do tema, será apresentado um breve histórico acerca da competência previdenciária da Justiça do Trabalho e, em especial, da cobrança das contribuições previdenciárias decorrentes das decisões proferidas pela Justiça do Trabalho até o advento do instituto da execução de ofício.

Além desse histórico, serão consideradas as principais fontes formais vigentes que tratam da execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho, cujo manejo será indispensável para o desenvolvimento do estudo.

Por fim, o capítulo em tela levantará as principais indagações a respeito da constitucionalidade do instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho, já introduzindo algumas premissas interpretativas para as questões a serem analisadas nos capítulos subsequentes.

2.1. O PERÍODO ANTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/1998

A Justiça do Trabalho, cuja instituição foi prevista pelas Constituições de 1934 e 1937, e regulamentada em 1939, pelo Decreto-Lei 1.237/1939, não trazia, em sua origem, qualquer competência em matéria previdenciária.⁶ Isto só surgiu na passagem de um período predominantemente civilista para um período intervencionista, em matéria de direitos sociais.⁷ Nesse sentido, não tardou para que a Justiça do Trabalho passasse a tratar das questões previdenciárias. Deveras, com o advento da CLT, a Câmara de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho passou a ter competência para julgar recursos, interpostos pelos segurados, beneficiários e presidentes dos Institutos e Caixas de

⁶ Para alguns, o primeiro órgão, embora civilista em sua natureza, foi o Tribunal Rural de São Paulo, criado pela Lei estadual nº 1.869, de 10 de outubro de 1922, pelo governador Washington Luís. Outros apontam os “Conselhos Permanentes de Conciliação e Arbitragem”, de 1907, as “Comissões Mistas de Conciliação” e as “Juntas de Conciliação de Julgamento”, de 1932. Diante da inexpressividade e falta de independência de tais órgãos, prevalece como marco regulatório o Decreto-lei 1.237/1939 e sua consequente instalação em 1941. A Justiça do Trabalho passa a integrar o Poder Judiciário somente em 1946.

⁷ Embora Ari Possidonio Beltran se refira à periodização da história do Direito do Trabalho no Brasil, a aplicação aos demais direitos sociais, como o previdenciário, nos parece adequada, sendo de se mencionar: o período civilista (até 1930); o período intervencionista (1930-1945); o período pós-intervencionista, de cunho social-democrático, com a Carta de 1946 (1946-1988), com ruptura institucional, pelo movimento de 1964, e redemocratização, a partir de 1985; e, finalmente, o período contemporâneo (após 5/10/1988). (BELTRAN, Ari Possidonio. **Direito do trabalho e direitos fundamentais**. São Paulo: LTr, 2002, p. 41-42).

Aposentadoria e Pensões, acerca das decisões proferidas nos processos de benefícios; recursos, interpostos pelos empregadores, referentes às decisões que lhes impusessem multa ou exigissem o recolhimento das contribuições; e revisões dos processos de benefícios requeridas ou providas dentro do prazo de cinco anos (art. 706 da CLT, em sua redação original). Tal competência, no entanto, foi suprimida pelo Decreto-Lei nº 8.737 de 19/01/1946, deslocando-se as questões previdenciárias exclusivamente para Justiça Federal.

No decorrer do período supracitado até o advento da Emenda Constitucional 20/1998 nenhuma competência adveio, em matéria propriamente previdenciária, no que diz respeito à Justiça do Trabalho. No entanto, nesse período de mais de cinquenta anos, as leis tributárias e previdenciárias trataram de diversas hipóteses concernentes a descontos legais, inclusive de contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho. O Juiz do Trabalho, antes da competência para enunciar a quem assiste o direito no caso concreto, é quem dirige o processo (art. 125 do CPC) e, nesse sentido, deve zelar pelo seu desenvolvimento com o cumprimento da lei (art. 35, I, da LOMAN, Lei Complementar nº 35/1979). Daí decorre a consolidação da ideia de que no processo deve-se exigir a efetivação dos descontos legais e a comprovação dos recolhimentos, sob a chancela do Juiz do Trabalho, que, em caso de descumprimento das obrigações legais, faria então a comunicação ao órgão competente.

Em torno da forma e limites de tal dever, mostrou-se premente a necessidade de padronizar os procedimentos adotados pelos magistrados do Trabalho em relação aos descontos legais para a previdência social e imposto sobre a renda, de sorte que o TST, considerando a “necessidade de uniformizar” o procedimento que já vinha sendo “observado por algumas Juntas de Conciliação e Julgamento”, edita o Provimento nº 3/1984 (revogado pelo Provimento nº 3/2002). No próprio corpo do Provimento resta claro que já havia “iterativa jurisprudência dos Tribunais Regionais e também do TST no sentido de as deduções legais - cota previdenciária e do Imposto sobre a Renda - não dependerem de pedido de qualquer das partes, estando implícitas na sentença condenatória.” Foi definido, então, que “nas hipóteses de condenação do reclamado ao cumprimento de obrigação de dar, a sentença registrará, quando cabível, a incidência dos descontos legais, relativos à contribuição previdenciária e ao Imposto sobre a Renda” e que, ao ensejo do trânsito em julgado, deveria ser encaminhado “ao IAPAS e à Delegacia da Receita Federal cópia do título executivo transitado em julgado.” Tal procedimento também deveria ser adotado na hipótese de acordo.

No entanto, dada a importância de tais recolhimentos, a falta de uniformidade procedimental, e até em razão da renitência de alguns magistrados ao cumprimento, adveio a regulamentação no nível legal, pela Lei nº 7.787/1989, que em seu art. 12 passou a obrigar, expressamente, a autoridade judiciária a velar pelo recolhimento imediato das contribuições previdenciárias nos casos de extinção de processos trabalhistas, inclusive por acordo.⁸

Passou-se, então, a discutir se a Justiça do Trabalho teria voltado a deter alguma competência em matéria previdenciária, mas, na verdade, não se tratava de competência jurisdicional, pois, em caso de descumprimento da determinação de recolhimento, cabia ao Juiz do Trabalho, tão somente, notificar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para tomar as providências com relação à cobrança das contribuições e não proceder à execução de ofício, como hoje.

Mesmo compreendendo não se tratar de competência jurisdicional, a obrigação de verificar a correção do recolhimento já era objeto de crítica por parte da doutrina, que afirmava ser dever do juiz a mera notificação ao INSS, sem qualquer posicionamento sobre a conformidade de eventual recolhimento.⁹ Dessa forma, o papel do magistrado do trabalho quanto ao cumprimento da determinação da Lei nº 7.787/1989 era extremamente discreto.

Diversas eram as dúvidas que persistiam, além de outras geradas pelo próprio advento da lei, razão pela qual a Corregedoria Geral do TST baixou o Provimento nº 1/1990 (revogado pelo Provimento nº 3/2002), regulamentando a aplicação do mencionado dispositivo, que esclareceu o que já deveria ser óbvio: “que a competência da Justiça do Trabalho tem regência constitucional” e que “cumpre à Justiça diversa o julgamento de controvérsias que envolvam matéria previdenciária”, motivo pelo qual a lei não tinha atribuído competência à Justiça do Trabalho para compelir executivamente cobranças de contribuições previdenciárias. Dessa forma, a partir da lei, deveriam, tão somente, ser tomadas providências para que os devedores demonstrassem o “recolhimento das importâncias pertinentes devidas à previdência social, isto quando da satisfação dos débitos e visando à extinção do processo.” Além disso, e “anexados ao processo os

⁸ Lei nº 7.787/1989:

Art. 12. Em caso de extinção de processos trabalhistas de qualquer natureza, inclusive a decorrente de acordo entre as partes, de que resultar pagamento de Vencimentos, remuneração, salário e outros ganhos habituais do trabalhador, o recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social será efetuado "in continente".

Parágrafo único. A autoridade judiciária velará pelo fiel cumprimento do disposto neste artigo.

⁹ GONÇALVES, Odonel Urbano. **Seguridade social comentada**. São Paulo: LTr, 1997, p. 55, *apud* MENESES, Geraldo Magela e Silva. Competência da Justiça do Trabalho ampliada em face da EC n. 20/1998. **Revista LTr**, São Paulo, v. 63, n. 2, fev. 1999, p. 171.

respectivos comprovantes”, deveriam ser “extraídas cópias para remessa, juntamente com cópia da sentença prolatada, à Procuradoria do IAPAS.”

Com o advento da Lei nº 8.212/1991, que trata do Plano de Custeio da previdência social, houve reforço daquela disposição legal, sendo que o art. 43 da referida lei previa, em sua redação original, que:

em caso de extinção de processos trabalhistas de qualquer natureza, inclusive a decorrente de acordo entre as partes, de que resultar pagamento de remuneração ao segurado, o recolhimento das contribuições devidas à Seguridade Social será efetuado incontinenti.¹⁰

Como o recolhimento não estava submetido a prazo ou mesmo sanção, o art. foi alterado pela Lei nº 8.620/1993, tornando-o mais incisivo ao incluir a advertência de que o juiz deveria determinar o imediato recolhimento das importâncias, sob pena de responsabilidade. Esta redação prevalece até hoje. Em verdade, a aludida lei buscou tão somente ressaltar a ordem ao magistrado, que viria no art. subsequente, de comunicar ao órgão competente para o lançamento, caso não houvesse recolhimento.¹¹

Com efeito, em sequência, o art. 44 determinava, em sua redação original, que “a autoridade judiciária exigirá a comprovação do fiel cumprimento ao disposto no art. anterior.” Posteriormente, a redação dada pela Lei nº 8.620/1993 incluiu a obrigatoriedade de o juiz expedir notificação ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), explicitando os termos da sentença ou do acordo celebrado. Veja-se que se passou para o nível legal aquilo que já estava disciplinado nos Provimentos de 1984 e de 1990. O aludido art. 44, no entanto, foi revogado com o advento da Lei nº 11.457/2007.

Na época da edição das Leis nºs 8.212/1991 e 8.260/1993, parte da doutrina e da jurisprudência opunha resistência ao acatamento de tais mandamentos legais, sob a alegação de incompetência material da Justiça do Trabalho, conforme aponta João Oreste Dalazen. Em suma, sustentavam que apenas indiretamente caracteriza-se o dissídio resultante da relação de emprego e que, “em se cuidando de matéria previdenciária,

¹⁰ Como visto, semelhante redação já constava do art. 12 da Lei nº 7.787/1989, que, como a Lei nº 8.212/1991, estabelecia as principais normas em matéria de custeio previdenciário. No entanto, a lei anterior, a LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/1960), e seu respectivo regulamento, aprovado pelo Decreto nº 72.771/1973, nada previam nesse sentido.

¹¹ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de direito do trabalho aplicado**. Rio de Janeiro: Campus, 2010, v. 8, p. 97.

envolvendo autarquia federal (INSS), tocaria a outro ramo do Poder Judiciário equacionar as respectivas lides.”¹²

Na verdade, como visto, tanto a disciplina em nível infralegal como em nível legal não tratavam de competência jurisdicional, mas de mero desempenho da função diretória do juiz, que deve zelar pelo desenvolvimento do processo com o cumprimento da lei. Ainda que parte menor da doutrina tenha enxergado em tais disciplinas verdadeira questão de competência, tratava-se tão somente de atribuição expressa e específica de um dever que já decorria do sistema (art. 125 do CPC e art. 35, I, da LOMAN, Lei Complementar nº 35/1979). Apenas com a Emenda Constitucional 20/1998 é que se tem, propriamente, a competência da Justiça do Trabalho para executar *ex officio* as contribuições sociais decorrentes das sentenças que proferir.

Outras dúvidas persistiam, como, por exemplo, se o Juiz do Trabalho deveria velar pelo correto recolhimento das contribuições ou se deveria abster-se de tal atribuição e apenas comunicar ao órgão competente para que este fizesse tal conferência e, eventualmente, cobrasse as contribuições remanescentes. Por este motivo, alguns meses após a publicação da Lei nº 8.620/1993, que alterou os referidos artigos 43 e 44 da Lei nº 8.212/1991, o TST baixou o Provimento nº 2/1993 (revogado pela Consolidação de Provimentos de 2006¹³), disciplinando, pormenorizadamente, diversos aspectos do recolhimento das contribuições previdenciárias, dispondo que constasse nas sentenças a obrigatoriedade de recolhimento das importâncias devidas à previdência social; que os cálculos de liquidação deveriam consignar os valores devidos a título de contribuição previdenciária; que o fato gerador da incidência da contribuição previdenciária, constitutiva do débito, seria o pagamento; que no caso de desatendimento da obrigação legal, ou na dúvida sobre o correto recolhimento, haveria comunicação ao INSS, permanecendo os autos em cartório por 30 (trinta) dias, para que fossem levantados os débitos; e que não poderia ser controvertida perante a Justiça do Trabalho qualquer pretensão alusiva a tais obrigações, ressalvada a definição da natureza jurídica das parcelas devidas ao empregado e a correspondente incidência do desconto da contribuição

¹² DALAZEN, João Oreste. **Competência material da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1994, p. 146-147.

¹³ A Consolidação de Provimentos de 2006, muito provavelmente em razão do advento de extensa regulamentação legal da matéria, como se verá, deixou de tratar pormenorizadamente das questões relativas às contribuições previdenciárias, sendo de se destacar alguns poucos dispositivos: art. 32 (dever de o Juiz zelar pela precisa identificação das partes, a fim de viabilizar o cumprimento das obrigações fiscais e previdenciárias); art. 56 (comunicação à RFB em caso de anotação em CTPS de verba com repercussão no cálculo da contribuição previdenciária); e art. 97-99 (emissão e remessa de certidão de crédito previdenciário no caso de apuração de contribuições devidas pela massa falida).

previdenciária. Como se vê, relativamente aos provimentos anteriores, houve intenso avanço, mas tudo dentro dos limites das competências constitucionalmente estabelecidas e do regramento legal.

Alguns anos depois, o Provimento nº 1/1996 estabeleceu, em suma, que: competiria ao juiz da execução determinar as medidas necessárias ao cálculo, dedução e recolhimento das contribuições previdenciárias; homologado o acordo ou o cálculo de liquidação, o juiz determinaria a intimação do executado para comprovar, nos autos, ter feito o recolhimento; e que, caso não fosse comprovado o recolhimento, seria dada imediata ciência ao representante do INSS.

Anteriormente ao advento do instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho, também houve ampla regulamentação em nível administrativo, que objetivava orientar e uniformizar os procedimentos a serem adotados pelo INSS, inclusive Auditores Fiscais e Procuradores.¹⁴

Todavia, mesmo com tantas regulamentações, grande parte dos magistrados deixava de exigir o recolhimento das contribuições, sem que isso trouxesse consequências de qualquer natureza¹⁵, de forma que o sistema era pouco eficiente em termos arrecadatórios. Com isso, o maior prejuízo era da previdência social, que era privada de boa parte de sua fonte de financiamento.

É, portanto, nesse panorama de falta de instrumentos e de pouca efetividade de recolhimentos incidentes sobre as verbas pagas em juízo que surge o instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias.

¹⁴ A cobrança das contribuições previdenciárias decorrentes das decisões da Justiça do Trabalho foi disciplinada administrativamente pelos seguintes atos normativos: Ordem de Serviço IAPAS/SAF nº 91/1985; Ordem de Serviço INSS/DAF nº 92/1993; Ordem de Serviço Conjunta DAF/DSS nº 66/1997; Instrução Normativa nº 12/1998; Instrução Normativa nº 70/2002; Instrução Normativa nº 71/2002; Instrução Normativa nº 100/2003; Instrução Normativa nº 3/2005; e Instrução Normativa RFB nº 971. Esta última, ainda vigente.

Em nível regulamentar, seguiram-se o Decreto nº 356/1991; Decreto nº 612/1992; Decreto nº 2.173/1997; e Decreto nº 3.048/1999. Este último, ainda vigente.

¹⁵ “Na prática, não tenho conhecimento de nenhum juiz que foi responsabilizado pelo fato de não determinar a expedição de ofício à União (...).” (MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 97).

No mesmo sentido: FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 79.

2.2. AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS E O PERÍODO ANTERIOR À REGULAMENTAÇÃO LEGAL

A Emenda Constitucional nº 20/1998 atribuiu à Justiça do Trabalho a competência para a execução “de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, *a*, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.” Esta previsão, inserida como § 3º do art. 114 da CF, encontra-se hoje no inciso VIII do mesmo artigo, por força da Emenda Constitucional nº 45/2004. Ressalte-se, todavia, que a redação é a mesma de 1998.

Afora a questão da baixa efetividade dos recolhimentos de contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho, a Emenda Constitucional nº 20/1998 é fruto de um esforço do Poder Público no aperfeiçoamento do mecanismo de arrecadação e fiscalização dentro de um contexto muito peculiar de reforma de todo o sistema previdenciário, que foi conduzido sob a premissa de um grande déficit das contas do INSS.

Conforme expressou o ex-Deputado Régis de Oliveira, na Emenda Substitutiva à Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a mudança buscava “efetivação no recolhimento das contribuições sociais incidentes sobre acordos e decisões proferidas na Justiça do Trabalho.”¹⁶ E realmente tal objetivo foi alcançado, encontrando-se a arrecadação por tal mecanismo na casa dos bilhões de reais por ano.¹⁷

Ainda dentre as razões políticas, cumpre salientar que o advento da modificação de competência foi um reforço às justificativas para a continuidade da existência da Justiça do Trabalho, que era alvo de corrente que defendia, nessa época, sua extinção.¹⁸

¹⁶ MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 4.

¹⁷ Em 2010, a Justiça do Trabalho arrecadou R\$ 1.850.101.801,00.

Disponível em: <http://ext02.tst.jus.br/pls/no01/NO_NOTICIASNOVO.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=11941&p_cod_area_noticia=ASCS&p_txt_pesquisa=INSS>. Acesso em: 10/11/2011.

¹⁸ Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 43/1997, de autoria do ex-Senador Leonel Paiva (DF). Do ponto de vista político, encabeçou a ideia de extinção da Justiça do Trabalho o então Senador e Presidente do Congresso Nacional Antonio Carlos Magalhães. Em entrevista concedida ao **Jornal do Senado** de 04/03/1999, defendeu tal posicionamento. Equivocadamente, ainda mencionou que “ela só existe no Brasil”. Sobre a extinção da Justiça do Trabalho, o jurista Celso Antonio Bandeira de Mello declarou ao jornal **Folha de S. Paulo**: “Se fosse para extinguir algo, melhor seria a extinção desse senador. Não a física, porque vai contra todos os meus princípios, mas a extinção política. Esse seria um grande benefício para o país.” Em 18/03/1999, houve, inclusive, a publicação de livro com uma compilação de pseudojustificativas para a extinção da Justiça do Trabalho. (MORAES, Josino. **A indústria da Justiça do Trabalho**. Campinas, São Paulo: Komedi, 2001).

Assim, pode-se dizer que, do ponto de vista político, o advento da execução de ofício das contribuições previdenciárias foi, simultaneamente, fruto de uma ampla reforma que objetivava a melhoria da arrecadação previdenciária e de um reforço para os argumentos que justificavam a continuidade da existência da Justiça do Trabalho. Assim, incorporou-se, dentro do campo de competência da Justiça do Trabalho, a execução de ofício das contribuições previdenciárias.

Houve grande preocupação, no entanto, com as consequências práticas da incorporação de tal competência. Uma das críticas mais severas da doutrina recaía sobre o papel do magistrado, posto que se a execução seria de ofício, o juiz passaria então a defender interesse alheio, além de exercer uma função própria do Poder Executivo. Vislumbrou-se, ainda, que a Justiça do Trabalho careceria de aparelhamento administrativo para fazer essa cobrança.¹⁹ Note-se, todavia, que se houve relevantes críticas ao mecanismo da execução de ofício, desde a sua instituição, houve também apoio de outra parcela dos juristas que o compreenderam como uma via de prática de justiça social e de aumento da arrecadação, plenamente adaptável às exigências constitucionais e legais do ordenamento.²⁰

Parte das críticas levantadas foram superadas com a regulamentação legal da previsão constitucional, que, entretanto, não foi imediata. Anteriormente à Lei nº 10.035/2000, nem a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nem a Lei nº 8.212/1991 tratavam do instituto, ficando a aplicabilidade da norma constitucional totalmente ao arbítrio hermenêutico jurisprudencial²¹ e doutrinário. Considerou-se que não havia mesmo necessidade de legislação para a aplicação da disposição constitucional, pois o comando constitucional já era bastante em si²², sendo dotado de eficácia plena e aplicabilidade imediata.²³

¹⁹ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de direito do trabalho aplicado**. Rio de Janeiro: Campus, 2010, v. 8, p. 98.

²⁰ Pela constitucionalidade do instituto: CASTILHO, Paulo César Baria de. **Execução de Contribuição Previdenciária pela Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 142. Pela inconstitucionalidade: LAURINO, Salvador Franco de Lima. A Lei 10.035: processo inquisitorial e violação a garantias elementares do devido processo legal. **Jornal Magistratura e Trabalho – AMATRA da 2ª Região**, ano X, n. 40, abril/maio 2001.

²¹ O que resultou na Orientação Jurisprudencial nº 141 da SBDI-1, de 27/11/1998, posteriormente absorvida pela Súmula nº 368.

²² CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Contribuição à seguridade social em razão de decisões proferidas pela Justiça do Trabalho e sua execução. **Revista LTr**, São Paulo, v. 63, n. 2, fev. 1999, p. 174 e FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 34.

²³ Normas de eficácia plena são “aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos e situações, que o legislador constituinte, direta e normativamente, quis regular.” (SILVA, José Afonso da.

Antes da regulamentação pela Lei nº 10.035/2000 surgiram três correntes relativas às normas que deveriam dar suporte à aplicação do instituto.²⁴ A primeira, a predominante, afirmava que deveriam ser aplicadas as normas da CLT e, subsidiariamente, a Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/1980) e o Código de Processo Civil (CPC). Uma segunda corrente defendia a aplicação direta da Lei de Execuções Fiscais, pois se tratava de execução tributária.²⁵ Houve ainda a corrente minoritária, que defendia a aplicação do Código de Processo Civil. As divergências foram finalmente solapadas pela regulamentação do instituto, na já aludida Lei nº 10.035/2000, que introduziu diversos dispositivos na CLT. Assim, a Lei de Execuções Fiscais e o Código de Processo Civil passaram a ser aplicados apenas subsidiariamente, por força dos artigos 769 e 889 da CLT.²⁶

Não foram poupadas críticas ao resultado do trabalho do poder constituinte derivado. A redação adotada foi mal recebida, principalmente quanto à utilização do termo *sentença*, pois este não abarca, em acepção estrita, acórdãos e acordos homologados²⁷, ainda que se reconheça que os acordos são homologados por sentença.²⁸ Outra crítica foi a utilização da expressão *decorrentes das sentenças que proferir*, que, como se verá oportunamente, deixou duvidosa a incidência do mecanismo quando prolatada sentença ou provimentos meramente declaratórios.²⁹

Aplicabilidade das normas constitucionais. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 101). O tema não será examinado com a profundidade que requer, diante da perda da utilidade prática, já que, como poderá ser visto, houve pormenorizada regulamentação, sendo mencionado apenas a título de escorço histórico.

²⁴ MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 8-10.

²⁵ No sentido da aplicação da Lei de Execuções Fiscais: SAAD, Eduardo Gabriel. Temas Trabalhistas. In: **LTr Suplemento Trabalhista**, n. 022/99, p. 106-107. MARTINS, Sérgio Pinto. **Repertório IOB de jurisprudência**, 1ª quinzena, n. 3/99, Caderno 2, fev. 1999, p. 60. e CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Contribuição à seguridade social em razão de decisões proferidas pela Justiça do Trabalho e sua execução. **Revista LTr**, São Paulo, v. 63, n. 2, fev. 1999, p. 179.

²⁶ CLT:

Art. 769 - Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.

(...)

Art. 889 - Aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao presente Título, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

²⁷ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 222.

²⁸ Conforme Amador Paes de Almeida, a decisão homologatória de acordo trabalhista possui efeitos próprios das sentenças de mérito. (ALMEIDA, Amador Paes de. **CLT comentada: legislação, doutrina, jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 401).

²⁹ Quanto a tal crítica, Homero Batista Mateus da Silva ressalta que é “admirável que o legislador não se tenha movimentado para elaborar melhor a frase.” (SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de direito do trabalho aplicado**. Rio de Janeiro: Campus, 2010, v. 8).

O relapso do legislador foi mais grave quando da elaboração da Emenda Constitucional nº 45/2004, pois deixou de incluir pelo menos dois títulos extrajudiciais hoje comumente executados perante a Justiça do Trabalho. Com efeito, tanto os acordos homologados por Comissão de Conciliação Prévia quanto os Termos de Ajustamento de Conduta³⁰, trazidos a lume pela Lei nº 9.958/2000, constituem base suficiente para uma eventual execução de valores e, se de tais pagamentos decorrerem contribuições previdenciárias, carecerá a Justiça do Trabalho de competência para executá-las.

Poder-se-ia cogitar da menção à sentença arbitral, mas não é o caso, tendo em vista a resistência da jurisprudência e de parte da doutrina na aceitação do instituto da arbitragem nas relações individuais de trabalho. Isso porque o art. 1º da Lei de Arbitragem, Lei nº 9.307/1996, estipula que “as pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis”, sendo que nas relações individuais de trabalho viceja o princípio da irrenunciabilidade.

Voltando à questão relativa às Comissões de Conciliação Prévia, é verdade que o § 6º do art. 43 da Lei nº 8.212/1991 dispõe que “aos valores devidos ou pagos nas Comissões de Conciliação Prévia de que trata a Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000” se aplica a execução de ofício. Todavia, a aludida lei extrapolou os limites da competência conferida pelo inciso VIII do art. 114 da CF, que trata das contribuições decorrentes das *sentenças*.

Guilherme Guimarães Feliciano entende da mesma forma e se vale de Carlos Maximiliano para lembrar que “as hipóteses constitucionais de competência jurisdicional não admitem interpretação extensiva ou analógica.” Acrescente-se que, “*quando a norma atribui competência excepcional ou especialíssima – como é o caso da execução fiscal-previdenciária na Justiça do Trabalho, ex officio e aleno nominae – interpretação restritivamente; opta-se, na dúvida, pela competência ordinária.*” Tais contribuições “não são, por outro lado, *decorrentes* de sentença proferida por órgão judiciário da Justiça do Trabalho.”³¹ Neste sentido, não há como se estender a competência da execução de ofício das contribuições previdenciárias para os valores devidos ou pagos nas Comissões de Conciliação Prévia.

³⁰ É preciso notar, todavia, que o TST não tem reconhecido legitimidade ao Ministério Público do Trabalho para compelir empregadores ao recolhimento das contribuições previdenciárias, dada a natureza tributária destas (RR-179900-23.2003.5.12.0019). Contudo, as contribuições previdenciárias podem decorrer indiretamente de um Termo de Ajustamento de Conduta e, nessa hipótese, pode-se cogitar da execução de ofício das contribuições previdenciárias dele decorrentes.

³¹ FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 116-117.

Note-se que a utilidade ou conveniência da aplicação do instituto aos valores pagos ou devidos nas Comissões de Conciliação Prévia não convalida o vício de inconstitucionalidade, devendo o dispositivo ser expurgado e, em sua substituição, ser alterada a redação do art. 114, VIII, da CF, para atribuir tal competência à Justiça do Trabalho.

Até que isso ocorra, na execução de termo das Comissões de Conciliação Prévia, caberá ao juiz apenas oficiar para que a União exija a contribuição previdenciária mediante lançamento, inscrição em dívida ativa e cobrança na Justiça Federal.³² Diferente é a hipótese de as partes celebrarem acordo no curso da execução do termo de conciliação não cumprido, lavrado perante a Comissão de Conciliação Prévia, pois nesse caso haverá sentença homologatória, ensejando, portanto, execução de ofício das contribuições previdenciárias.³³

A despeito de o legislador constitucional não ter utilizado a melhor técnica legislativa e ter incorrido nas apontadas omissões, as referidas imprecisões não inviabilizaram a aplicação do instituto e mesmo a sua regulamentação pela legislação ordinária, como se verá a seguir.

2.3. A REGULAMENTAÇÃO DO INSTITUTO NA CLT E NA LEI Nº 8.212/1991 – LEIS Nº 10.035/2000, 11.457/2007 E 11.941/2009

Foi somente com o advento da Lei nº 10.035/2000 que se sistematizou a aplicação do instituto, ao menos nos aspectos processuais, com a inserção de diversos dispositivos e alterações de alguns outros. A maior parte das inovações foi inserida no Capítulo II do Título X da CLT, que trata do processo em geral. Na Seção X, “Da Decisão e Sua Eficácia”, foram modificados os artigos 831 e 832.

No art. 831, alterou-se a redação do parágrafo único. Nele já se mencionava que o termo de acordo homologado teria eficácia de decisão irrecorrível e, com a modificação, ressaltou-se que a irrecorribilidade não atingiria a previdência social no referente às contribuições que lhe fossem devidas.

³² Nesse sentido, inclusive, é a orientação contida no artigo 107 da Instrução Normativa RFB nº 971/2009.

³³ MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 55.

Ao art. 832 foi acrescentado, pela lei mencionada, o § 3º, disciplinando que as decisões cognitivas ou homologatórias devem “sempre indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária.” Entende-se, desse modo, que o termo acordo, assim como a sentença, deve discriminar as parcelas legais relativas às contribuições sociais, caso contrário, “estas incidirão sobre o valor total apurado em liquidação de sentença ou sobre o valor do acordo homologado”, conforme prevê o § 1º do art. 43 da Lei nº 8.212/1991, incluído pela Lei nº 11.941/2009.

Também foi inserido no art. 832 o § 4º, que trata especificamente das decisões homologatórias de acordos com parcela indenizatória³⁴, determinando-se que o INSS seja, nessa hipótese, intimado por via postal, “sendo-lhe facultado interpor recurso relativo às contribuições que lhe forem devidas.” Posteriormente, com o advento da Lei nº 11.457/2007, o parágrafo foi alterado, de modo a repassar a representação dos interesses da previdência social na Justiça do Trabalho à União e determinar que as intimações dos Procuradores não mais fossem feitas por correio, mas pessoalmente, “na forma do art. 20 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004”³⁵, ou seja, efetuada pessoalmente ao Procurador mediante a entrega dos autos com vista, o qual poderá interpor recurso em 16 dias (art. 1º, III, Decreto-lei nº 779/1969), não havendo a necessidade de preparo (art. 1º, IV, do Decreto-lei nº 779/1969).

A Lei nº 11.457/2007, na verdade, apenas adaptou o art. 832, § 4º, à nova realidade trazida por ela própria, que foi o repasse à Secretaria da Receita Federal do Brasil, antes denominada apenas Secretaria da Receita Federal, das atribuições de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas à tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas *a*, *b* e *c* do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/7/1991, e das contribuições instituídas a título de substituição (art. 2º, *caput*, Lei nº 11.457/2007).

³⁴ Em sentido contrário, afirmando que a parte final do dispositivo (“sendo-lhe facultado interpor recurso relativo às contribuições que lhe forem devidas”) já permitia o recurso da União na condição de terceiro interessado mesmo relativamente às demais sentenças, que não homologatórias: **TST**, RR nº 92.2003.5.04.0732, 7ª Turma, Rel. Min. Milton de Moura França, DEJT 21/05/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **TST**, RR nº 73940-96.2004.5.04.0203, 1ª Turma, Rel. Min. Walmir Oliveira da Costa, DEJT 15/05/2009. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

³⁵ Assim dispõe o referido dispositivo da Lei nº 11.033/2004:

Art. 20. As intimações e notificações de que tratam os arts. 36 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, inclusive aquelas pertinentes a processos administrativos, quando dirigidas a Procuradores da Fazenda Nacional, dar-se-ão pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista.

Inicialmente, tais competências eram titularizadas pelo INSS, que as deixou de deter com a criação da Secretaria da Receita Previdenciária, pela Lei nº 11.098/2005, a qual, todavia, teve vida curta, sendo extinta pela já aludida Lei nº 11.457/2007 (art. 2º, § 4º). Houve, então, a denominada unificação dos fiscos, restando na Secretaria da Receita Federal do Brasil o monopólio das atividades de tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento dos tributos federais.

Outro ponto a se destacar é que o § 4º do art. 832 da CLT, ao se referir à interposição de recurso, que na redação da Lei nº 10.035/2000 era restrito às contribuições que lhe forem devidas, passou a abarcar, com a Lei nº 11.457/2007, genericamente, os “tributos que lhe forem devidos.” É de bom alvitre ressaltar que a generalidade de tal expressão não é desprovida de propósito, pois tramita no Congresso Nacional Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 358/2005) que busca alargar a execução de ofício para nela incluir todos os tributos federais incidentes sobre os créditos decorrentes das sentenças que a Justiça do Trabalho proferir.³⁶

A Lei nº 11.457/2007 ainda inclui os §§ 5º a 7º ao art. 832 da CLT. O § 5º faculta à União interpor recurso em face da discriminação da natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, referida no § 3º, ou seja, tanto em face de decisões cognitivas ou homologatórias caberá recurso.

O § 6º determina que “o acordo celebrado após o trânsito em julgado da sentença ou após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença não prejudicará os créditos da União.” Por outro lado, o § 5º do art. 43 da Lei nº 8.212/1991, acrescentado pela Lei nº 11.941/2009, dispõe que, na hipótese de acordo celebrado após ter sido proferida decisão de mérito, a contribuição será calculada com base no valor do acordo. Em outros termos, se a sentença foi proferida, mas ainda não transitou em julgado,

³⁶ Quando da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional que resultou na Emenda Constitucional nº 45/2004, o texto do Senado Federal foi aprovado com a inclusão do inciso XII ao art. 114 da CF, atribuindo à Justiça do Trabalho competência para “a execução, de ofício, dos tributos federais incidentes sobre os créditos decorrentes das sentenças que proferir” (Proposta de Emenda Constitucional de nº 29/2000). A inclusão do aludido inciso não constou do texto aprovado na Câmara dos Deputados (Proposta de Emenda Constitucional nº 96/1992), sendo desmembrado parte do texto, que passou a formar a Proposta de Emenda Constitucional nº 358/2005. É verdade que a Justiça do Trabalho já promove a arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre os créditos apurados em decorrência de suas decisões, mas sem a competência jurisdicional para adotar medidas coercitivas ao recolhimento dos valores devidos. Parece que haveria uma maior projeção e destaque da Justiça do Trabalho, mas é preciso que esta seja dotada de instrumentos suficientes para o acúmulo de tal atribuição, para que não prejudique o desempenho de sua função essencial enquanto Justiça Especializada, que é garantir os direitos sociais dos trabalhadores e a harmonia das relações de trabalho. As funções arrecadatórias e sociais não são excludentes entre si ou incompatíveis com as missões constitucionais da Justiça do Trabalho. Dotando-se de estrutura suficiente para tais mister, não haverá qualquer prejuízo. Não se diz que a Justiça Estadual não detém atenção e sensibilidade para questões de família pelo fato de o Juiz de Direito também aplicar normas tributárias, mormente em questões atinentes aos executivos fiscais. Portanto, não é uma questão do que será feito, mas como.

deve-se aplicar o § 5º do art. 43 da Lei nº 8.212/1991, valendo os valores discriminados em acordo. Se a sentença transitou em julgado ou se já elaborados os cálculos de liquidação, o direito às contribuições então decorrentes não poderá ser prejudicado pelo advento de eventual acordo.

O § 7º do mesmo art. 832 trata da faculdade atribuída ao Ministro de Estado da Fazenda de dispensar a manifestação da União em decisões homologatórias de acordos cuja parcela indenizatória envolvida ocasione “perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico.” É uma manifestação de bom senso, deixando expressa a possibilidade de determinação de um piso para que haja manifestação da União nos autos.³⁷

Houve ainda a inserção de dispositivos e a alteração de outros, pela Lei nº 10.035/2000, no Capítulo V, “Da Execução”. Introduziu-se parágrafo único no art. 876, para deixar expresso que seriam executadas *ex officio* as contribuições sociais decorrentes de decisão da Justiça do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo. Posteriormente, a Lei nº 11.457/2007, além do ajuste da redação do dispositivo, pretendeu aplicar a sistemática de execução de ofício das contribuições previdenciárias às contribuições incidentes sobre os “salários pagos durante o período contratual reconhecido.”

Também foi acrescido o art. 878-A, que faculta “ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida à previdência social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução *ex officio*.” Esta disposição é mais uma expressão do bom senso. Se o recolhimento já é extemporâneo, pois a contribuição deveria ter sido paga à época da prestação dos serviços, nada mais justo que se permitir, ou até se obrigar, caso incida sobre verba incontroversa, o recolhimento. Tal conduta por parte do empregador contribuinte implica, inclusive, a elisão da incidência de mais juros moratórios, podendo, portanto, ser-lhe benéfica.

Importa aqui destacar que, hoje, resta expresso que se considera “ocorrido o fato gerador das contribuições sociais na data da prestação do serviço”, conforme § 2º do art. 43 da Lei nº 8.212/1991, acrescentado pela Lei nº 11.941/2009. Portanto, julga-se que deveriam restar suplantadas as demais correntes doutrinárias que afirmavam ocorrer o fato gerador somente com o pagamento; quando da prolação da sentença; ou, ainda, quando do

³⁷ Encontra-se vigente a Portaria MF nº 435/2011 - DOU 1 de 12/09/2011, que estabelece que “O Órgão Jurídico da União responsável pelo acompanhamento da execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho poderá deixar de se manifestar quando o valor das referidas contribuições devidas no processo judicial forem iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00.”

seu trânsito em julgado.³⁸ Ademais, segundo o § 3º do mesmo dispositivo, acrescentado também pela Lei nº 11.941/2009:

as contribuições sociais serão apuradas mês a mês, com referência ao período da prestação de serviços, mediante a aplicação de alíquotas, limites máximos do salário-de-contribuição e acréscimos legais moratórios vigentes relativamente a cada uma das competências abrangidas, devendo o recolhimento ser efetuado no mesmo prazo em que devam ser pagos os créditos encontrados em liquidação de sentença ou em acordo homologado, sendo que neste último caso o recolhimento será feito em tantas parcelas quantas as previstas no acordo, nas mesmas datas em que sejam exigíveis e proporcionalmente a cada uma delas.

Mesmo que o tema ainda não esteja pacificado, como será visto oportunamente, foi altamente salutar o advento de lei esclarecendo expressamente o momento da ocorrência do fato gerador. Isso porque a legislação realmente não definia claramente qual era o fato gerador da contribuição previdenciária.

Quanto aos cálculos, deve-se ainda atentar que o art. 43, § 4º, da Lei nº 8.212/1991, acrescentado pela Lei nº 11.941/2009, prescreve que:

no caso de reconhecimento judicial da prestação de serviços em condições que permitam a aposentadoria especial após 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, serão devidos os acréscimos de contribuição de que trata o § 6º do art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Em virtude de determinadas condições especiais em que o trabalho é realizado, as quais prejudicam a saúde ou a integridade física do trabalhador, são devidas as contribuições previstas no § 6º do art. 57 da Lei nº 8.213/1991. Tais condições ensejam a aposentadoria especial, que pressupõe tempo de contribuição reduzido em relação às demais atividades. Destarte, para que este encurtamento do tempo de contribuição e, teoricamente, o alargamento do período em que o benefício é pago, não gere distorções

³⁸ Vide item 3.2. do presente estudo.

atuariais³⁹, foi instituído uma contribuição adicional de 12%, 9% ou 6%, dependendo da atividade desempenhada pelo segurado. É preciso ressaltar, todavia, que o reconhecimento judicial das condições ambientais em que o trabalho é realizado e o consequente enquadramento é tarefa árdua e nem sempre se logrará êxito em proceder a tal comprovação pelos elementos constantes no processo judicial.

O art. 879 da CLT dispõe sobre a liquidação de sentença, sendo que os §§ 1º-A e 1º-B determinam que esta “abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas” e que “as partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente.”

O § 2º do art. 879 estabelece que, elaborada a conta e tornada líquida, “o Juiz poderá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.” Apesar de o dispositivo não especificar se tal impugnação se refere à sentença de liquidação ou aos cálculos, entende-se que se trata de mera impugnação aos cálculos, pois se houvesse decisão, o juiz certificaria as partes da decisão e não da conta.

Não havia menção expressa para a intervenção da União, mas isto foi corrigido pela Lei nº 11.457/2007, que incluiu, no art. 879, o § 3º, o qual determina que, “elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão”, ou seja, de não mais poder discutir os valores fixados transcorridos os dez dias. Assim, se a União, ao ser intimada quanto ao cálculo relacionado à contribuição previdenciária, discordar do valor, deverá manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias. Pela inteligência do art. 832, § 4º, da CLT, tal intimação deve ser feita pessoalmente, mediante a entrega dos autos com vista. Antes da Lei nº 11.457/2007, aplicava-se à União apenas a possibilidade de impugnar imediatamente após a sentença de liquidação, nos termos do art. 884 da CLT.⁴⁰

Há duas observações importantes quanto aos §§ 2º e 3º do art. 879 da CLT. A primeira é que o § 3º tem uma redação muito mais técnica que o § 2º, pois estabelece prazo de *manifestação* e não prazo de *impugnação*, como o § 2º. Isso porque o termo

³⁹ CF:
Art. 195 (...)
(...)

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

⁴⁰ VALLE, Márcio Ribeiro do. Contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho**: aspectos jurisprudenciais e doutrinários. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 7.

impugnação alude, precisamente, à ideia de ataque a uma decisão, e não à mera manifestação sobre cálculos elaborados. Como afirmado, por ocasião da pseudo impugnação prevista no § 2º, pode sequer haver decisório, tanto que a cientificação é da conta e não da decisão, de sorte que as partes, em verdade, se manifestarão ou atacam a conta e não a decisão judicial. Daí a incorreção da utilização da expressão *impugnação*.

O termo *manifestação* tem um sentido bem menos específico, podendo tanto remeter a uma ideia imprópria de impugnação da decisão eventualmente existente quanto a um simples posicionamento a respeito da correção dos cálculos elaborados, de sorte que se houver somente conta elaborada, a manifestação da União será sobre a conta, mas, se houver decisão judicial sobre a conta elaborada, a União atacará, impugnará o referido decisório. Portanto, a melhor técnica legislativa encontra-se no § 3º.

Remanesce, ainda, a dúvida se é obrigatória a abertura de prazo de manifestação às partes, pois, diferentemente do § 3º, que determina que o juiz “procederá à intimação da União”, o § 2º estabelece que “o Juiz poderá abrir às partes”, causando dúvida se o comando é realmente imperativo.

A segunda observação quanto aos mencionados parágrafos é que o legislador, em vez de incluir no art. 879 o § 3º, poderia ter alterado o § 2º, unificando as oportunidades de manifestação/impugnação das partes e da União.

É possível que o legislador tenha pretendido manter a redação do § 2º, pois há situações em que a cientificação da União não ocorre, como na hipótese de não haver contribuição previdenciária a ser executada ou quando o valor correspondente não justificar a intervenção da União (§ 5º do art. 879 da CLT). De toda sorte, é criticável a persistência das mencionadas dúvidas por falha redacionais do legislador.⁴¹

Em sequência ao trâmite, e decidida eventual liquidação pelo juiz, passa-se ao art. 880 da CLT, que trata da emissão do mandado de citação do executado. Antes, porém, convém prosseguir com os demais parágrafos do art. 879 da CLT, que preveem mais alguns detalhes sobre a matéria da execução de ofício das contribuições previdenciárias.

A Lei nº 11.457/2007 incluiu o § 4º ao dispositivo em comento, esclarecendo que a atualização do crédito devido à previdência social deve observar os critérios estabelecidos na legislação previdenciária. Outrossim, foi inserido o § 5º que, à semelhança do § 7º do art. 832 que trata dos acordos homologados, possibilita ao Ministro

⁴¹ No mesmo sentido: LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed, São Paulo: LTr, 2006, p. 905.

de Estado da Fazenda dispensar a manifestação da União quando o valor total das verbas que integram o salário de contribuição, na forma do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico.⁴² A diferença é que no § 7º do art. 832 a dispensa se baseia no “montante da parcela indenizatória envolvida” (verbas sem incidência de contribuição previdenciária, a princípio) e aqui o critério é o “valor total das verbas que integram o salário de contribuição” (verbas com incidência de contribuição previdenciária). No primeiro caso, evita-se que acordos sejam desvirtuados para impedir a cobrança de contribuições previdenciárias, estabelecendo-se, no entanto, um valor mínimo da parcela indenizatória, supostamente sem incidência, que justifique a intervenção do representante do órgão fazendário para que efetue tal controle. No segundo caso, faculta-se o estabelecimento de um montante mínimo que legitime tal intervenção, mas agora tendo por base não mais a parcela indenizatória, mas sim as verbas que integram o salário de contribuição.

Houve ainda alteração do *caput* do art. 880, que trata do mandado de citação do executado. A Lei nº 10.035/2000 determinou a inclusão no mandado da ordem de pagamento das contribuições sociais devidas ao INSS. Com o advento da Lei nº 11.457/2007, o parágrafo teve sua redação aperfeiçoada e adaptada à nova realidade, segundo a qual as contribuições não são devidas diretamente ao INSS, mas sim à União, que lhes dará a devida destinação.⁴³

A Lei nº 10.035/2000 acrescentou o § 4º ao art. 884 da CLT, determinando o julgamento, em mesma sentença, dos embargos e das impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário. A referida lei criou o art. 889-A, estabelecendo que os recolhimentos das importâncias devidas, concernentes às contribuições sociais, sejam efetuados “nas agências locais da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil S.A., por intermédio de documento de arrecadação da previdência social, dele se fazendo constar o número do processo.” Também foram inseridos os §§ 1º e 2º, que regulamentam a concessão de parcelamento, os quais tiveram suas redações aperfeiçoadas e adequadas pela Lei nº 11.457/2007.⁴⁴

⁴² O art. em referência trata da base de cálculo da contribuição previdenciária, estabelecendo o conceito de salário-de-contribuição e discriminando as verbas que sofrem ou não a incidência da contribuição previdenciária. Vide item 3.3 do presente trabalho.

⁴³ Assim dispõe § 1º do art. 2º da Lei nº 11.457/2007:

O produto da arrecadação das contribuições especificadas no caput deste artigo e acréscimos legais incidentes serão destinados, em caráter exclusivo, ao pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social e creditados diretamente ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social, de que trata o art. 68 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (grifos nossos)

⁴⁴ Hoje, assim dispõem os referidos parágrafos:

No Capítulo VI da CLT, “Dos Recursos”, foi acrescentado, pela Lei nº 10.035/2000, ao art. 897, o § 8º, para estabelecer que se o agravo de petição versar apenas sobre as contribuições previdenciárias, “o juiz da execução determinará a extração de cópias das peças necessárias, que serão autuadas em apartado” e “remetidas à instância superior para apreciação, após contraminuta.” Isso porque o § 1º do mesmo dispositivo permite “a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.” Uma vez que o recurso cinge-se à questão da execução de ofício, nada mais racional que possibilitar a execução imediata de todo o restante.

Essa foi, em suma, a sucessão de regulamentações constantes na Constituição, na Lei nº 8.212/1991 e na CLT. Tal panorama da evolução legislativa denota uma clara pormenorização dos procedimentos, que decorre das dificuldades vivenciadas quando da aplicação do instituto nas mais variadas situações processuais.

Nesse sentido, embora ainda persistam muitas celeumas acerca do tema, parece apropriado qualificar o fenômeno de sucessão de regras como evolução legislativa ou aperfeiçoamento procedimental. Antes, porém, de se adentrar nas aludidas celeumas, ainda como pressuposto para o enfrentamento de tais questões, cumpre analisar as principais indagações acerca da constitucionalidade do instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho.

2.4. SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO DE OFÍCIO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Já na introdução do presente trabalho, consignou-se que não são poucas as críticas feitas ao instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho. Tantas são essas críticas que Homero Batista Mateus da Silva, ao se referir à execução de contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho, afirma

§ 1º Concedido parcelamento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o devedor juntará aos autos a comprovação do ajuste, ficando a execução da contribuição social correspondente suspensa até a quitação de todas as parcelas.

§ 2º As Varas do Trabalho encaminharão mensalmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil informações sobre os recolhimentos efetivados nos autos, salvo se outro prazo for estabelecido em regulamento.

que “raras vezes o legislador conseguiu levantar tanta ira na doutrina e na jurisprudência, em matéria de organização judiciária.”⁴⁵

Grande parte dessas discussões se refere à constitucionalidade da execução de ofício das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho. Por diversos prismas indagou-se a respeito da questão constitucional, mas os questionamentos se centraram, principalmente, nas ofensas aos princípios da isonomia, da ampla defesa, do contraditório, do juiz natural e imparcial, além do devido processo legal. Apresentam-se, na sequência, cada um desses questionamentos.

Sérgio Pinto Martins afirma que houve vozes no sentido de que haveria ofensa ao princípio da isonomia, pois, com a atribuição de tal competência à Justiça do Trabalho, passariam a existir duas formas distintas para efeito da execução de contribuições previdenciárias.⁴⁶

Sabe-se que o princípio da isonomia consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, à medida que se desigalam, nos termos da lógica Aristotélica de equidade, consagrada juridicamente por Rui Barbosa na Oração aos Moços. Ou, conforme Hans Kelsen:

Seria absurdo impor os mesmos deveres e conferir os mesmos direitos a todos os indivíduos sem fazer quaisquer distinções, por exemplo, entre crianças e adultos, sãos de espírito e doentes mentais, homens e mulheres.⁴⁷

No caso, são, efetivamente, situações distintas: uma, a do contribuinte, que se sujeita à cobrança tradicional da contribuição previdenciária inadimplida, por intermédio do lançamento tributário, previsto no art. 142 do CTN⁴⁸; outra, muito bem delimitada, a do empregador, que é submetido à execução de ofício das contribuições

⁴⁵ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de direito do trabalho aplicado**. Rio de Janeiro: Campus, 2010, v. 8, p. 97.

⁴⁶ MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 11 e CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Das inconsistências jurídicas da competência atribuída à Justiça do Trabalho para a execução de ofício de contribuições sociais decorrentes de suas sentenças. **Revista de Previdência Social**, São Paulo, v. 25, n. 245, p. 228-231, 2001, p. 229.

⁴⁷ KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução e nota prévia de José Manuel M. Cardoso da Costa. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 158.

⁴⁸ CTN:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

previdenciárias na Justiça do Trabalho. No entanto, as consequências jurídicas, qual seja, o pagamento do tributo, são rigorosamente as mesmas para ambos, não havendo, portanto, qualquer ofensa ao princípio da isonomia.

Assim, há um mecanismo distinto para um contexto peculiar, qual seja, a prolação de sentença ou homologação de acordo na Justiça do Trabalho com o reconhecimento da inadimplência previdenciária, mostrando-se plenamente adequado o *critério de discriminen*.⁴⁹ Ademais, as distinções se restringem ao campo procedimental, não havendo diferença quanto à obrigação tributária que deve cumprir o contribuinte sujeito ao lançamento administrativo e o que é submetido à execução de ofício das contribuições previdenciárias.

Invocou-se ainda ofensa aos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal pelo fato de não existir uma fase de apuração administrativa do valor do débito, ou seja, o já aludido lançamento tributário (art. 142 do CTN). É preciso reconhecer, todavia, que em certos aspectos o procedimento é até mais garantista do que o denominado lançamento tributário, porque é orientado pelo contraditório e imparcialidade próprios da atividade judicial. Portanto, se por um lado a execução de ofício das contribuições previdenciárias não pressupõe a aludida atividade administrativa, por outro, compensa-se tal ausência com a garantia da intermediação do Poder Judiciário.

Ademais, o lançamento tributário é a principal, mas não a única forma de se iniciar a cobrança de tributo. Em nenhum momento a CF estabelece que os tributos só podem ser cobrados mediante tal procedimento administrativo. O que se extrai do texto constitucional é que o lançamento é a forma habitual, corriqueira, trivial de cobrança, sendo assim um meio de ofertar garantias ao contribuinte de que o crédito será devidamente apurado. Dessa forma, parece legítimo que a própria CF estabeleça forma diversa de cobrança, mormente quando as garantias são, em certos aspectos, até superiores às aquelas originalmente previstas. Gustavo de Amarante Merçon lembra que “o *devido processo legal, contraditório e ampla defesa* (incisos LIV e LV do art. 5º da Carta Magna), por sua vez, ficam resguardados e assegurados às partes (do processo de conhecimento) e INSS, no processo cognitivo de liquidação.”⁵⁰

⁴⁹ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 21-22.

⁵⁰ MERÇON, Gustavo do Amarante. A sentença trabalhista e o efeito anexo condenatório das contribuições previdenciárias. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 84.

Outrossim, a pecha não existe pelo simples fato de não haver contraditório entre União e partes durante o processo de conhecimento, até porque não é novidade em matéria processual que o contraditório seja diferido ou levemente abrandado, haja vista, por exemplo, as tutelas de urgência, as quais são, muitas vezes, concedidas *inaudita altera pars*, sendo relegada a ampla defesa e o contraditório ao curso do processo de conhecimento.

Relativamente à ausência de processo administrativo, é preciso ressaltar que este não é uma garantia constitucional ao administrado, havendo diversas questões de natureza administrativa que se resolvem sem a sua precedência, cabendo discussão diretamente no Poder Judiciário. Exemplo disso é que o inadimplemento de uma obrigação líquida, certa e exigível dentro de um contrato administrativo, a qual está sujeita à execução direta em juízo por parte da Administração Pública. Ou seja, subtrai-se a instância administrativa e nem por isso se reconhece violação a qualquer princípio constitucional.⁵¹

O art. 5º, XXXVI, da CF/1988, estabelece que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, não havendo igual garantia à instância administrativa, o que reforça a tese de que não há uma garantia indiscriminada à instauração de processo administrativo como pressuposto para o exercício de qualquer direito pelo Poder Público.

Por sua vez, o inciso LV do art. 5º, da CF/1988, também faz menção ao processo administrativo, determinando que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral” serão assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Tal dispositivo constitucional não impõe a onipresença do processo administrativo, mas impinge as referidas garantias nas hipóteses legais de sua ocorrência. Ocorrendo o processo administrativo, este será permeado pelo contraditório e ampla defesa, mas não há uma garantia de que toda e qualquer questão que envolva o Estado pressuponha processo administrativo.

Quanto à ausência de participação da União no processo de conhecimento, também é preciso considerar que, no bojo do processo judicial, já houve discussão acerca da existência ou não de verbas devidas, de maneira que não seria nada profícua a obrigatoriedade de manifestação, por parte da União, sobre o reflexo previdenciário no

⁵¹ **STJ**, REsp 879046, 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJe 18/05/2009. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. É entendimento corrente do STJ no sentido de que o contrato administrativo configura documento público e, portanto, título executivo extrajudicial (art. 585, II do CPC), desde que presentes os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade (art. 586 do CPC).

processo de conhecimento. Caso a União não atue previamente, procedendo à fiscalização do recolhimento de contribuições previdenciárias por parte da empresa antes da reclamatória trabalhista, deve aguardar a discussão pelas partes, permeada por todas as garantias próprias da atividade jurisdicional, e intervir somente ao final do processo, momento em que defenderá seus interesses, em especial no que tange à natureza das verbas deferidas.

É verdade que, no curso do processo, a União teria a vantagem de defender o deferimento de outras verbas, de forma mais ampla. Todavia, isso não torna indispensável a sua intervenção sob o prisma constitucional. Quando muito, poder-se-ia reconhecer como conveniente ao interesse público que o legislador previsse a participação da União, mas tal juízo parece estar no campo da discricionariedade do legislador, que leva em conta a oportunidade e conveniência de tal procedimento burocratizante, e não inquina vício de constitucionalidade. De toda sorte, cumpre salientar que o TST reconhece a legitimidade de a União, eventualmente, intervir no processo de conhecimento.⁵²

No que tange ao princípio da separação de poderes, alguns se insurgem afirmando que o juiz atuaria como autoridade administrativa, desempenhando função estranha aos desideratos do Poder Judiciário, pois estaria a praticar a atividade prevista no art. 142 do CTN, qual seja, a de lançar tributos.⁵³ Defende-se, ainda, que tal competência seria exclusiva da autoridade administrativa competente.⁵⁴

É corrente o entendimento de que o magistrado poderia ter a sua imparcialidade afetada pelo fato de exercer as funções de julgador e acusador, ao mesmo tempo.⁵⁵ Entretanto, pela execução de ofício, não se constitui legitimidade ao magistrado para executar contribuições e tomar o polo ativo da demanda, ainda que a expressão *execução de ofício*, semanticamente, signifique o contrário.

Em verdade, é imputado ao juiz o dever de zelar pela efetividade da arrecadação por mecanismos legais, como a obrigatoriedade de intimação da União sobre a questão e pelo dever de decidir a respeito da incidência ou não de contribuição previdenciária sobre as verbas. Disso decorre afirmar que o advento de tal mecanismo significou uma ampliação de competência da Justiça do Trabalho e não uma atribuição de

⁵² Vide TST, RR nº 29941-92.2003.5.04.0732, SBDI-I, Rel. Min. Milton de Moura França, DEJT 20/05/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

⁵³ BIM, Eduardo Fortunato. Inconstitucionalidade da execução das contribuições previdenciárias pela Justiça do Trabalho: EC 20/1998. **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo, n. 89, p. 21-34, 2003, p. 34.

⁵⁴ MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Processo tributário**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 76-77.

⁵⁵ LAURINO, Salvador Franco de Lima. A Lei 10.035: processo inquisitorial e violação a garantias elementares do devido processo legal. **Jornal Magistratura e Trabalho – AMATRA da 2ª Região**, ano X, n. 40, abril/maio 2001, p. 3.

legitimidade ao Juiz do Trabalho para executar. O problema reside, então, na utilização do vernáculo de forma imprecisa. Voltar-se-á a essa questão mais à frente.

Como afirmado, trata-se de ampliação de competência processual e não de atribuição de legitimidade processual ou mesmo de alteração da capacidade tributária ativa.⁵⁶ A uma, porque se trata do art. 114 da CF, que delimita as matérias de competência da Justiça do Trabalho e não da capacidade ativa das contribuições previdenciárias. A duas, porque a interpretação simplesmente literal, além de não atender às melhores lições de hermenêutica⁵⁷, levaria a uma interpretação do dispositivo claramente inconstitucional.

Não se deve entender na expressão *execução de ofício* que o magistrado adota a posição de exequente, pois lhe cumpre apenas provocar a manifestação da União e não promover, por conta própria, a execução. Este é o sentido que se deve dar ao inciso VIII do art. 114 da CF, sendo certo que os interesses da previdência social continuam sendo defendidos pela União Federal.

Outro ponto a se destacar é que o Estado é uno, a despeito de competir a cada poder uma função típica, por razões de ordem organizacional. Com isso, não se exclui que, atipicamente, um poder possa exercer a função de outro.⁵⁸ Todavia, o caso não parece ser de exercício de função atípica, pois o magistrado, na execução de ofício, continua exercendo seu papel de condutor e julgador do processo, mantendo, assim, a inércia necessária à sua atuação imparcial.

É verdade, igualmente, que o processo “começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial” (art. 262 do CPC). No caso, o juiz apenas provoca a manifestação da União, verdadeira exequente das contribuições previdenciárias, evidenciando-se que o instituto não modifica tal regra processual.

O art. 2º do CPC dispõe ainda que o juiz não prestará ofício de sua atividade jurisdicional a não ser quando provocado. Quer parecer, igualmente, que essa continua sendo a regra, pois, na execução de ofício, já houve provocação ao Poder Judiciário pela propositura da reclamatória trabalhista e novamente haverá no concernente à execução das

⁵⁶ Capacidade tributária ativa é o poder de exigir o cumprimento da obrigação tributária. Neste sentido, o art. 119 do CTN:

Art. 119. Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.

⁵⁷ “Quem só atende à letra da lei, não merece o nome de jurisconsulto; é simples pragmático.” (MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 112).

⁵⁸ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Lei 10.035/2000 – O desafio de interpretá-la. **Revista Nacional de Direito do Trabalho**, Ribeirão Preto, Nacional de Direito, v. 38, jun. 2001, p. 13.

contribuições pela manifestação expressa da União, que é simplesmente cientificada para atuar.

O mesmo vale para a legislação infraconstitucional, pois, em que pese o fato de o parágrafo único do art. 876 da CLT determinar que as contribuições sociais devidas em decorrência da decisão dos juízes e Tribunais do Trabalho e que resultem de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido, “serão executadas *ex officio*”, é preciso dar ao dispositivo a devida interpretação, devendo ser compreendida a execução *ex officio* como um dever de o juiz promover o impulso oficial da execução ou, nas palavras de Carlos Henrique Bezerra Leite, um dever de “*conduzir a execução*, isto é, o Juiz do Trabalho assume uma posição pró-ativa no processo, cobrando os débitos em obediência aos ditames legais.”⁵⁹ Portanto, a parte mantém a iniciativa da ação, mas essa se desenvolve por impulso oficial, conforme art. 262 do CPC, e a cientificação da União para manifestação consubstancia mero impulso oficial.

Entender que a execução de ofício modificou o quadro é, sim, ferir o princípio da inércia do Judiciário, que garante a sua imparcialidade. Esse também parece ser o entendimento de Sérgio Pinto Martins, para quem: “a palavra executar tem o sentido de obrigar ao pagamento da dívida, de fazer cumprir a obrigação, de promover em juízo a cobrança da prestação a que se obrigou o devedor.”⁶⁰

O mesmo posicionamento foi adotado por Salvador Franco de Lima Laurino, que, ao comentar o advento da Emenda Constitucional nº 20/1998, se manifestou no sentido de que:

embora a Emenda nº 20/1998 tenha ampliado a competência *ex ratione materiae* da Justiça do Trabalho, a instauração da execução fiscal está subordinada à iniciativa de parte.⁶¹

Já Homero Batista Mateus da Silva afirma que a execução de ofício somente pode ser aceita aproximando-a de uma simples despesa processual ou de um “reflexo” do

⁵⁹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed, São Paulo: LTr, 2006, p. 222.

⁶⁰ MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 19.

⁶¹ LAURINO, Salvador Franco de Lima. A Emenda nº 20/1998 e os limites à aplicação do § 3º do art. 114 da Constituição da República: a conformidade com o devido processo legal. **Revista LTr: Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 36, n. 25, 2000, p. 128.

crédito salarial correspondente, uma espécie, então, de efeito anexo da sentença. Isso porque, analisando-a da perspectiva exclusiva de contribuição social e, conseqüentemente, da natureza tributária, a execução pelo magistrado do trabalho violaria princípios fundamentais do processo, como a necessidade de provocação das partes, a imparcialidade do Judiciário e a proibição da condenação, além daquilo que fora expressamente postulado. Portanto, para o referido autor, a única interpretação do instituto que se coadunaria com os regramentos constitucionais seria no sentido de que não é o magistrado quem executa as contribuições decorrentes de suas decisões.⁶²

Note-se que se houver o requerimento da execução pela parte, segue-se o procedimento previsto no art. 880 da CLT, mas caso não haja, o juiz deverá instar a União a proceder à execução e o faz de ofício. É essa a leitura que deve ser feita acerca da competência para a execução de ofício das contribuições previdenciárias. Não há dúvida, então, que quem defenderá os interesses da União é o Procurador da Fazenda Nacional, mantendo-se o magistrado como autoridade imparcial e que dirigirá o processo de execução. Está assim assegurado o princípio da demanda ou princípio da ação ou da iniciativa das partes⁶³, consubstanciado no já aludido art. 2º do CPC: "nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou interessado a requerer, nos casos e formas legais."⁶⁴

Ainda que o art. 832, § 3º, da CLT estabeleça que a decisão cognitiva ou homologatória deva indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, trata-se de “mandamento puro de recolhimento da contribuição parafiscal, sem emitir qualquer juízo de conhecimento a respeito dessa matéria tributária”⁶⁵, daí advém que a sentença do processo de conhecimento não faz coisa julgada para a previdência social (art. 831, parágrafo único da CLT), e para as partes o efeito da falta de impugnação é a mera preclusão processual (art.

⁶² SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de direito do trabalho aplicado**. Rio de Janeiro: Campus, 2010, v. 8, p. 99.

⁶³ TOLEDO FILHO, Manuel Carlos de. Execução das contribuições previdenciárias no processo trabalhista. **Revista Síntese Trabalhista**, São Paulo, n. 39, p. 16-21, jun. 2001, p. 19, citado por VALLE, Márcio Ribeiro do. Contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 5.

⁶⁴ Mesmo este princípio comporta exceções, como nos casos de execuções penais; *habeas corpus*; inventário; e arrecadação de bens do ausente.

⁶⁵ CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. Perfil da novel competência fiscal trabalhista – natureza do título que funda a execução fiscal na Justiça do Trabalho. In: LAGE; LOPES (Coord.). *Ibid.*, p. 33.

473 do CPC), até porque, a rigor, a competência da Justiça do Trabalho para decidir sobre contribuições previdenciárias restringe-se ao processo de execução.

Na omissão da Procuradoria, surge, em tese, responsabilidade funcional e, por esta razão, deve o magistrado comunicar o fato ao órgão competente. Assim, não haverá hipótese em que o magistrado busque ou indique bens, discuta o *quantum debeatur*, etc., pois estas atividades são próprias e exclusivas de exequente.⁶⁶

Ressalta-se que, para justificar a constitucionalidade do instituto, não se lançou mão do art. 878 da CLT, que permite a execução de ofício do julgado pelo próprio magistrado, pois entende-se ser isso incompatível com a imparcialidade do Poder Judiciário. Tal dispositivo, em tal acepção, não foi recepcionado pela CF, não servindo como parâmetro normativo válido.⁶⁷

Claro está, pelo exposto até aqui, que a expressão *execução de ofício* padece da mesma imprecisão de outro instituto processual consagrado anteriormente como *recurso de ofício* (art. 475 do CPC⁶⁸). A expressão *remessa necessária*, hoje adotada pela doutrina processualística, evita a equivocidade, pois se sabe que, em verdade, o juiz não está recorrendo, mas tão somente remetendo o processo ao tribunal para apreciação da decisão proferida, o que ocorre por força de lei. Da mesma forma, melhor seria se o legislador tivesse atribuído ao ato judicial outra denominação como *provocação da execução necessária*, *impulso oficial à execução* ou qualquer outra expressão que deixasse mais claro que o mecanismo consiste na atribuição, ao juiz, do dever de ofício de instar a União a promover a execução, sem que isto signifique a assunção da titularidade da lide.

⁶⁶ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Comentários à lei básica da previdência social**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 590

⁶⁷ MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 32.

⁶⁸ CPC:

Art. 475. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: [\(Redação dada pela Lei nº 10.352, de 2001\)](#)

I – proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público; [\(Redação dada pela Lei nº 10.352, de 2001\)](#)

II – que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI). [\(Redação dada pela Lei nº 10.352, de 2001\)](#)

§ 1º Nos casos previstos neste art., o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do tribunal avocá-los. [\(Incluído pela Lei nº 10.352, de 2001\)](#)

§ 2º Não se aplica o disposto neste art. sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor. [\(Incluído pela Lei nº 10.352, de 2001\)](#)

§ 3º Também não se aplica o disposto neste art. quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente. [\(Incluído pela Lei nº 10.352, de 2001\)](#)

Afora a problemática do sentido da expressão *execução de ofício*, insurgem-se alguns doutrinadores contra o fato de o executado não exercer, durante o processo de conhecimento, o seu direito de defesa em face da União, especificamente no que tange às verbas que poderiam sofrer incidência de contribuição previdenciária. Com isso, haveria ofensa ao devido processo legal.⁶⁹ Salvador Franco de Lima Laurino é um dos defensores da tese:

Se não houve pedido de condenação de parcelas devidas à previdência social, se não houve citação do réu, se não existiu o devido processo legal e se não existiu a possibilidade do réu apresentar defesa, como executar de ofício alguém por aquilo a que jamais poderia ser condenado? Se não ocorreu qualquer pedido, como pode o Poder Judiciário condenar alguém a pagar contribuição fiscal ou parafiscal ao Estado?⁷⁰

Ocorre que os conceitos de *devido processo legal*, *ampla defesa* e *contraditório* não devem ser compreendidos em seu sentido meramente formal. Vale dizer, a ausência de manifestação em determinada fase processual não significa necessariamente prejuízo à parte. Para que se reconheça o vício a tais princípios, a hipótese deve causar lesão, ao menos potencialmente, como preconiza o princípio da instrumentalidade das formas. Na medida em que os direitos à ampla defesa e ao contraditório restarão assegurados na fase de liquidação de sentença e no próprio processo executivo, não há razão para se reconhecer ofensa a princípio constitucional na execução de ofício das contribuições previdenciárias, havendo mera postergação do debate da questão.

Não se está tratando, de maneira alguma, de procedimento arbitrário ou que suprima a questão de apreciação pelo Judiciário, e sim relegando tal apreciação a um foro próprio, ainda que mais restrito. *Mutatis mutandis*, é o que ocorre na execução de um título de crédito ou de qualquer título executivo que a Administração possua ante o contribuinte, hipótese em que, somente em embargos à execução, serão exercidos, plenamente, os direitos à ampla defesa e ao contraditório. Então, o procedimento de execução de ofício,

⁶⁹ ESCANFELLA, Carlos Augusto; TOLOY, Renato David. Execução das contribuições previdenciárias – Inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 20/1998 – Impossibilidade de execução de ofício pela Justiça do Trabalho. **Revista LTr: Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 35, n. 150, p. 793-797, jan./dez. 1999, p. 793-794.

⁷⁰ LAURINO, Salvador Franco de Lima. A Emenda nº 20/1998 e os limites à aplicação do parágrafo 3º do art. 114 da Constituição da República: a conformidade com o devido processo legal. **Revista LTr: Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 36, n. 25, 2000, p. 795.

compreendido na forma proposta, não ofende princípios constitucionais, tampouco viola as garantias necessárias ao correto desempenho das atividades judiciais.

Vale ainda destacar as alegações de inconstitucionalidades fundadas na regulamentação do instituto por lei ordinária. É sabido que normas gerais em matéria tributária devem ser veiculadas por lei complementar, conforme determina o art. 146 da CF. Entretanto, o instituto da execução de ofício é de índole processual e não tributária, embora objetive o recolhimento de tributos. Assim, exatamente por não constituir norma geral em matéria tributária, mostra-se despiciente a edição de lei complementar para regulamentar o assunto, sendo constitucionais as disposições já editadas. Ademais, ainda que se admita a natureza tributária a algumas disposições regulamentares da competência prevista no art. 114, VIII, da CF, estas tratam de situação específica, particular, qual seja, de um determinado tributo decorrente da sentença proferida ou do acordo homologado, de sorte que não haveria como lhes atribuir a natureza de normas gerais.

Por tudo o que foi exposto no presente item, a adequada interpretação do instituto e de suas regulamentações legais não levam ao reconhecimento de qualquer vício de inconstitucionalidade, ainda que se admita a existência de diversos aspectos *sui generis*.

3. AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Após uma panorâmica histórica e das principais fontes formais vigentes que tratam da execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho, bem como a apreciação das questões que envolvem a constitucionalidade do instituto, passar-se-á a analisar os principais aspectos gerais sobre as contribuições previdenciárias e as diversas questões específicas que surgem de sua colocação dentro de um processo judicial trabalhista.

Convém afirmar, ainda em instância preliminar, que as discussões acerca da natureza jurídica das contribuições sociais para a seguridade social, gênero do qual fazem parte as contribuições previdenciárias, encontram-se praticamente superadas⁷¹. Hoje, tais exações são tratadas por maciça doutrina⁷² e jurisprudência como espécie tributária, principalmente diante do que expõe a atual CF:

Para sepultar, de uma vez por todas, as dúvidas que outrora assaltaram esta Corte quanto à matéria, o Constituinte não apenas disciplinou as contribuições no Título VI, “Da Tributação e do Orçamento”, Capítulo I, “Do Sistema Tributário Nacional”, como tornou expresso no próprio *caput* do art. 149 que deveria ser observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições de seguridade social. Com isso, tornou inequívoca a conclusão pela sua natureza tributária, o que já decorreria, de qualquer modo, da constatação das características essenciais das respectivas obrigações que evidenciam imposição estatal de caráter compulsório, conteúdo pecuniário, finalidade não punitiva e destinação ao custeio de atividade do interesse público.⁷³

⁷¹ As Teorias sobre a natureza jurídica são: Teoria do Prêmio de Seguro; Teoria do Salário Diferido; Teoria do Salário Social; Teoria do Salário Atual; Teoria Fiscal; Teoria Parafiscal; e Teoria da Exação *Sui Generis*. (MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 90-95).

⁷² CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 345; MARTINS, Ibid, p. 95-101; CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 42-46; MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 353.

Em sentido contrário: MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Comentários à lei básica da previdência social**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 272. IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 124-125.

⁷³ Trecho do voto da Min. Ellen Gracie. **STF**, RE nº 562.276, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ellen Gracie, DJE 10/02/2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

Conforme se extrai do trecho acima, do voto da ex-Ministra Ellen Gracie no Recurso Extraordinário nº 562.276, após a Constituição Federal de 1988, ainda que haja julgados de Tribunais inferiores em sentido contrário, o STF assentou, sem hesitar, a natureza tributária das contribuições previdenciárias.

Quanto à classificação das espécies tributárias, em que pese o fato de parte da doutrina ainda debater o tema, há quase duas décadas o STF vem consolidando o posicionamento estampado em voto do ex-Ministro Carlos Velloso já nos idos de 1992:

As diversas espécies tributárias, determinadas pela hipótese de incidência ou pelo fato gerador da respectiva obrigação (CTN, art. 4º), são as seguintes: a) os impostos (CF, arts. 145, I, 153, 154, 155 e 156); b) as taxas (CF, art. 145, II); c) as contribuições, que podem ser assim classificadas: c.1. de melhoria (CF, art. 154, III); c.2. parafiscais (CF, art. 149), que são: c.2.1. sociais, c.2.1.1. de seguridade social (CF, art. 195, I, II, III), c. 2.1.2. outras de seguridade social (CF, art. 195, § 4º), c.2.1.3. sociais gerais (FGTS, o salário-educação, CF, art. 212, § 5º, contribuições para o SESI, SENAI, SENAC, CF, art. 240); c.3. especiais: c.3.1. de intervenção no domínio econômico (CF, art. 149) e c.3.2. corporativas (CF, art. 149). Constituem, ainda, espécie tributária: d) os empréstimos compulsórios (CF, art. 148).⁷⁴ - grifos nossos

Vê-se, portanto, que as contribuições referidas nos artigos 195, I, *a*, e II, da CF, aludidas pelo art. 114, VIII, da CF, ao delimitar a execução de ofício, podem ser classificadas como contribuições de seguridade social.

Do trecho do voto do ex-Ministro Carlos Velloso, extrai-se ainda que estão excluídas da competência para a execução de ofício as seguintes contribuições para

A definição da natureza tributária das contribuições previdenciárias também decorre das razões de decidir que deram origem à Súmula Vinculante nº 8, da Sessão Plenária de 12/06/2008, DJe nº 112/2008, p. 1, em 20/6/2008 - DO de 20/6/2008, p. 1.

Constitucionalidade - Prescrição e Decadência de Crédito Tributário. São inconstitucionais o parágrafo único do art. 5º do Decreto-lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.

⁷⁴ **STF**, RE nº 138.284, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 28/08/1992. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011; No mesmo sentido: **STF**, ADIN nº 447, Tribunal Pleno, Rel. Min. Octavio Gallotti, voto do Min. Carlos Velloso, DJ 05/03/1993. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

seguridade social: da empresa sobre a receita ou o faturamento (art. 195, I, *b*, da CF); da empresa sobre o lucro (art. 195, I, *c*, da CF); da empresa sobre a receita de concursos de prognósticos (art. 195, III, da CF); e a do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar (art. 195, IV, da CF), sendo que esta última não foi citada pelo STF, por somente ter sido criada posteriormente, com o advento da Emenda Constitucional nº 42/2003. Outrossim, estão afastadas as demais contribuições para a seguridade social (art. 195, § 4º, da CF) e também as de natureza previdenciária que são destinadas a regimes próprios (artigos 40 e 149, § 1º, da CF).

A nomenclatura *contribuições previdenciárias* restou consagrada pela doutrina para se referir exatamente às mesmas contribuições sociais de seguridade social sujeitas à execução de ofício (art. 195, I, *a*, e II, da CF). Tal subdivisão decorre da particularidade de que tais recursos não podem ser utilizados para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social (art. 167, XI, da CF), diferentemente das demais contribuições sociais de seguridade social, que podem ter como destinação, por exemplo, a Saúde ou a Assistência Social. Portanto, quando o objeto de estudo é a execução de ofício, em vez de se referir às contribuições sociais de seguridade social, é preferível adotar o termo *contribuições previdenciárias*.

Ainda que o art. 114, VIII, da CF, seja claro ao definir as contribuições sujeitas à execução de ofício perante a Justiça do Trabalho, não foram poucas as discussões acerca da inclusão de determinadas contribuições, cuja natureza jurídica é, por vezes, objeto de debate.

Foi o que ocorreu, por exemplo, com a contribuição ao Seguro de Acidente do Trabalho - SAT (art. 7º, XXVIII, e 201, § 10º, da CF; e art. 22, II, da Lei nº 8.212/1991), que é uma contribuição de seguridade social que financia os benefícios decorrentes dos riscos ambientais derivados da atividade da empresa. Há ainda uma contribuição adicional ao SAT, que se direciona ao financiamento da aposentadoria especial (art. 201, § 1º, da CF; e §§ 6º e 7º do art. 57 da Lei nº 8.213/1991) e que também ostenta natureza de contribuição de seguridade social. Hoje a matéria encontra-se pacificada no TST, no sentido de que tais contribuições são passíveis de execução⁷⁵, posto que constituem contribuição do empregador sobre “a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados” (art. 195, I, *a*, da CF).

⁷⁵ **TST**, RR nº 1406341-60.2003.5.09.0007, 4ª Turma, Rel. Min. Antonio José de Barros Levenhagen, DEJT 22/04/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011; e **TST**, AIRR nº 82240-03.2001.5.12.0018, SBDI-I, Rel. Min. Rosa Maria Weber, DEJT 06/05/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

Com efeito, tais contribuições enquadram-se na moldura definida no art. 195, I, *a*, da CF, já que incidentes sobre “a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço”, de sorte que se sujeitam à execução de ofício perante a Justiça do Trabalho.

É de se mencionar novamente que o art. 43, § 4º, da Lei nº 8.212/1991, acrescentado pela Lei nº 11.941/2009, veio a esclarecer que “no caso de reconhecimento judicial da prestação de serviços em condições que permitam a aposentadoria especial após 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, serão devidos os acréscimos de contribuição de que trata o § 6º do art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.” Tal disposição reforça ainda mais o entendimento de que as contribuições ao seguro de acidentes do trabalho e seu adicional destinado às aposentadorias especiais estão sujeitas à execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho.

Quanto às contribuições para terceiros, quais sejam, as destinadas ao denominado Sistema “S”, além das contribuições ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do salário-educação (art. 240 da CF, art. 94 da Lei nº 8.212/1991 e art. 3º da Lei nº 11.457/2007), conforme o art. 240 da CF, as contribuições compulsórias “dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical”, não se sujeitam ao art. 195 da CF, ou seja, não estão vinculadas à seguridade social e, nessa medida, mantêm natureza diversa das contribuições previdenciárias de que trata o art. 114, VIII, da CF.⁷⁶

Embora as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições previdenciárias e das contribuições referidas no art. 240 da CF sejam de competência do mesmo órgão, isto é, da Secretaria da Receita Federal do Brasil⁷⁷, tendo em vista que o critério adotado para delimitar os tributos sujeitos à execução de ofício é o da natureza jurídica do tributo e não o do ente que titulariza as prerrogativas aludidas, conclui-se que carece de competência a Justiça do Trabalho para executar de ofício as contribuições mencionadas pelo art. 240 da CF.

⁷⁶ Não é pacífica a natureza jurídica de tais exações, havendo, inclusive, quem negue a sua natureza tributária. (MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 213-214).

⁷⁷ Art. 3º, parágrafo 1º da Lei 11.457/2007 e art. 27, II, e 33, da Lei nº 8.212/1991.

Mesmo parecendo clara a inaplicabilidade da execução de ofício das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho às contribuições de terceiros⁷⁸, ainda há discussão jurisprudencial nos Tribunais inferiores⁷⁹, a despeito de o TST ter assentado o entendimento pela impossibilidade de cobrança na Justiça do Trabalho.⁸⁰

3.1. AS ESPÉCIES DE SEGURADOS

A seguir, discorre-se, sucintamente, sobre as espécies de segurados. A classificação em si não será de interesse direto do presente estudo, cabendo apenas ter em mente noções razoáveis das categorias, em especial no que concerne à distinção entre o segurado empregado e os demais segurados, pois essa diferenciação é essencial para se compreender a nova dimensão da execução de ofício das contribuições previdenciárias em face da ampliação da competência da Justiça do Trabalho, que a partir da Emenda Constitucional n° 45/2004 passa a processar e julgar demanda oriunda de qualquer relação de trabalho.

Os segurados obrigatórios estão descritos nos artigos 11 da Lei n° 8.213/1991 e 12 da Lei n° 8.212/1991. Em nível infralegal, há disposições no art. 9° do Regulamento da previdência social, aprovado pelo Decreto n° 3.048/1999, e nos artigos 2° a 8° da Instrução Normativa INSS/PRES n° 45/2010. Pode-se conceituá-los como sendo “aqueles vinculados obrigatoriamente ao sistema previdenciário, sem a possibilidade de exclusão voluntária.”⁸¹ A própria lei classifica os segurados obrigatórios nas categorias de empregado, empregado doméstico, avulso, especial e contribuinte individual. Examina-se, na sequência, cada uma delas.

Em linhas gerais, os conceitos oferecidos pela legislação previdenciária de empregado e empregado doméstico são equivalentes àqueles consolidados pela legislação

⁷⁸ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Execução no processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2001, p. 641. IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 247. Ambos sustentam que tais exações ostentam natureza jurídica de contribuições sociais gerais.

⁷⁹ **TRT 10ª Região**. AP n° 00937.2001.005.10.00.1, 3ª Turma, Rel. Des. Patrícia Soares Simões de Barros, DEJT 09/04/2010. Disponível em: <<http://www.trt10.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **TRT 13ª Região**. AP 00220.2006.003.13.00-5, 1ª Turma, Rel. Des. Ana Maria Ferreira Madruga, DJ 22/05/2009. Disponível em: <<http://www.trt13.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

⁸⁰ **TST**, RR n° 75100-64.2004.5.10.0018, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16/06/2011. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **TST**, RR n° 1808501-68.2004.5.09.0003, 4ª Turma, Rel. Min. Maria de Assis Calsing, DEJT 18/11/2011. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 06/12/2011.

⁸¹ IBRAHIM, Ibid, p. 150.

trabalhista, com a inclusão do rurícola (art. 3º c.c. 7º, *b*, da CLT e art. 1º da Lei nº 5.859/1972).⁸² Quanto ao segurado ou trabalhador empregado, a legislação trabalhista o conceitua como a “pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”⁸³, enquanto que a legislação previdenciária o qualifica como aquele que “presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.”⁸⁴ É verdade que a lei previdenciária arrola ainda uma série de hipóteses de enquadramento do segurado empregado (alíneas *b* a *j* do inciso I do art. 11 da Lei nº 8.213/1991), mas em todas elas encontram-se presentes os requisitos descritos no art. 3º da CLT, razão pela qual conclui-se não haver qualquer diferença.

Da mesma forma, quanto ao segurado ou trabalhador empregado doméstico, a legislação previdenciária o define como aquele que presta serviço de natureza contínua para pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos⁸⁵, enquanto que a legislação trabalhista o especifica como aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa para pessoa ou família no âmbito residencial destas.⁸⁶ Tampouco aqui se vislumbra qualquer dessemelhança entre as conceituações. Incluem-se nessa categoria o motorista particular; a enfermeira particular; o caseiro, inclusive o que trabalha em área rural; o piloto ou comandante de aeronave particular; o vigia particular; o jardineiro; a governante; o mordomo, etc.⁸⁷

Já o trabalhador avulso é conceituado apenas pela legislação previdenciária como aquele que “presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento.”⁸⁸ E o Regulamento da previdência social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999, em seu art. 9º, VI, complementa dizendo que os trabalhadores avulsos podem ser sindicalizados ou não e que os seus serviços são sempre prestados “com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra, nos termos da Lei nº 8.630/1993, ou do sindicato da categoria”, arrolando, em sequência, os trabalhadores que nessa categoria se enquadram.⁸⁹ Portanto, os traços característicos são a

⁸² IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 151.

⁸³ Art. 3º da CLT.

⁸⁴ Art. 11, I, *a*, da Lei nº 8.213/1991.

⁸⁵ Art. 11, II, da Lei nº 8.213/1991.

⁸⁶ Art. 1º da Lei n. 5.859/1972.

⁸⁷ HORVATH JUNIOR, Miguel. **Direito previdenciário**. 7. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 153-154.

⁸⁸ Art. 11, VI, da Lei nº 8.213/1991.

⁸⁹ São eles: “a) o trabalhador que exerce atividade portuária de capatazia, estiva, conferência e conserto de carga, vigilância de embarcação e bloco; b) o trabalhador de estiva de mercadorias de qualquer natureza, inclusive carvão e minério; c) o trabalhador em alvarenga (embarcação para carga e descarga de navios); d) o

intermediação⁹⁰ e a ausência dos requisitos da relação de emprego. Caso ausente a intermediação, será considerado segurado contribuinte individual. Se presentes os requisitos da relação de emprego, obviamente, será considerado segurado empregado.

O conceito de segurado especial que, em suma, é um trabalhador autônomo que tem tratamento diferenciado por força de disposição constitucional (art. 195, § 8º)⁹¹, não encontra definição correlata na legislação trabalhista ou mesmo no CC. Conforme a legislação previdenciária, segurado especial é “a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros.”⁹²

A última categoria de segurado obrigatório é a do contribuinte individual, que também não ostenta categoria correlata na legislação trabalhista e tampouco no CC. O CC define a figura do empresário como aquele que “exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços” (art. 966). Em seguida, esclarece que não se considera empresário “aquele que exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, mesmo se contar com auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa” (parágrafo único do art. 966). Todavia, ainda que somadas ambas as definições, não se chega ao amplo conceito previdenciário de contribuinte individual, que engloba diversas outras formas de prestação autônoma de serviços, como, por exemplo, “o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.”⁹³ Portanto, pode-se defini-lo, em linhas gerais, como o trabalhador que exerce qualquer trabalho remunerado e que não se enquadra nas demais modalidades de segurados, sendo as formas mais comuns a do trabalhador autônomo e do empresário.

Além dessas categorias de segurados obrigatórios, a legislação previdenciária prevê ainda os segurados facultativos que, diferentemente dos segurados obrigatórios, filiam-se e contribuem de forma espontânea, não compulsória. Fábio

amarrador de embarcação; e) o ensacador de café, cacau, sal e similares; f) o trabalhador na indústria de extração de sal; g) o carregador de bagagem em porto; h) o prático de barra em porto; i) o guindasteiro; e j) o classificador, o movimentador e o empacotador de mercadorias em portos;”

⁹⁰ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 161.

⁹¹ § 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

⁹² Art. 11, VII, da Lei nº 8.213/1991.

⁹³ Art. 10, V, c, da Lei n. 8.213/1991.

Zambitte Ibrahim aponta que o contribuinte facultativo tem origem na figura do contribuinte em dobro, que era aquele segurado que deixava de exercer emprego ou atividade que lhe garantia a proteção previdenciária, mas que continuava filiado ao regime geral de previdência social, contribuindo com o pagamento mensal em dobro da contribuição (art. 9º da Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS nº 3.807/1960). O autor alerta, todavia, que o segurado facultativo é categoria “muito mais ampla, pois permite a filiação voluntária de qualquer pessoa excluída do sistema previdenciário, na maioria das vezes, em virtude da ausência de atividade remunerada.”⁹⁴ Hoje pode ser considerado facultativo “o maior de 14 (quatorze) anos que se filia espontaneamente ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, desde que não se enquadre como segurado obrigatório.” A disciplina legal encontra-se nos artigos 13 da Lei nº 8.213/1991 e no art. 14 da Lei nº 8.212/1991. Em nível infralegal, há disposições no art. 11 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999, e no art. 9º da Instrução Normativa INSS/PRES nº 45/2010.

É de se ressaltar que não podem se filiar na condição de segurados facultativos aqueles que já integram regime próprio de previdência social, conforme vedação contida no art. 201, § 5º, da CF, salvo se afastados sem vencimento e desde que não possa continuar contribuinte ao respectivo regime próprio.⁹⁵

3.2. O FATO GERADOR DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em matéria de execução de ofício de contribuições previdenciárias são adotados os mais variados entendimentos sobre o momento da ocorrência do fato gerador, levando, na prática, a intermináveis discussões. A doutrina e a jurisprudência posicionam-se, basicamente, em quatro vertentes, havendo defensores de que o fato gerador se aperfeiçoaria com a prolação da decisão pela Justiça do Trabalho; com o trânsito em julgado do referido decisório; com o pagamento dos valores objeto da condenação; ou já, antes, quando da prestação dos serviços.

Por ser a questão extremamente intrincada, a análise será segmentada, partindo da Constituição e seguindo para a legislação infraconstitucional. Em seguida,

⁹⁴ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 172.

⁹⁵ Art. 11, § 2º, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999.

serão examinadas as demais correntes doutrinárias e apontados os entendimentos jurisprudenciais, em especial dos Tribunais Superiores.

Antes, porém, é preciso justificar a escolha pela adoção da expressão *fato gerador* ao invés de *hipótese de incidência*. Geraldo Ataliba, após anotar que a doutrina tradicional, no Brasil, costuma designar por fato gerador “tanto aquela figura conceptual e hipotética – consistente no enunciado descritivo do fato, contido na lei – como o próprio fato concreto que, na sua conformidade, se realiza, *hic et nunc*, no mundo fenomênico (...)”, critica tal postura de se designar duas realidades diversas pelo mesmo nome.⁹⁶

Por tal razão, prefere utilizar a expressão *hipótese de incidência* para designar o conceito legal (descrição legal, hipotética, de um fato, estado de fato ou conjunto de circunstâncias de fato) e *fato imponible* ou *fato gerador* para se referir ao acontecimento do mundo fenomênico, num determinado tempo e lugar, configurando rigorosamente a hipótese de incidência.⁹⁷

Todavia, tendo em vista que a diferenciação supra não surtirá qualquer efeito no que concerne às conclusões do presente trabalho e que resta consagrado quanto ao tema da execução de ofício das contribuições previdenciárias a utilização da expressão *fato gerador* para ambas as realidades, prosseguir-se-á com a sua utilização.

3.2.1. O Fato Gerador na Constituição Federal

O Código Tributário Nacional estipula que o fato gerador da obrigação tributária é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência (art. 114 do CTN).

O art. 195, I, *a*, da CF, estipula os limites constitucionais do fato gerador das contribuições previdenciárias da empresa, determinando que incidam sobre “a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados.”⁹⁸ Do trecho destacado

⁹⁶ ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 54.

⁹⁷ Id., Ibid., p. 54.

⁹⁸ *Folha de salários* é termo que somente pode remeter à figura do segurado empregado e não aos demais segurados, dado que somente este recebe salário, em seu sentido técnico ou legal (artigos 3º e 457, § 1º, da CLT). Nesse sentido: STF, RE 148304, 2ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 12/05/1995. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. STF, RE 166772, Tribunal Pleno, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 16/12/1994. <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. Também tratam do tema: STF, RE 177296, Tribunal Pleno, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 09/12/1994. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. STF, ADIN 1.102-2, Tribunal Pleno, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 17/11/1995. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. É verdade que o direito previdenciário classicamente utiliza as expressões “salário-de-contribuição” e “salário de benefício” inclusive para os demais segurados, mas a expressão folha de salários é própria do direito do trabalho. Outrossim, talvez o

extrai-se que a tributação pode ocorrer sobre os rendimentos pagos e sobre os creditados. A dúvida não reside quanto aos rendimentos pagos, dado que estes são de verificação clara e de conceituação jurídica evidente, mas sim quanto aos rendimentos creditados. É preciso investigar o que significa “crédito”, para que se possa entender o significado da expressão “rendimentos do trabalho creditados” e, nesse sentido, a demarcação exata dos limites constitucionais para a instituição do fato gerador da contribuição previdenciária da empresa.

Entende-se não ser plausível interpretar que o rendimento creditado corresponde àquele que foi creditado em conta de instituição financeira, pois isto equivale a pagamento. Se a lei não contém palavras inúteis⁹⁹, não faz sentido a CF mencionar rendimentos do trabalho pagos ou creditados e os dois conceitos se identificarem. Portanto, a melhor hermenêutica indica a busca por sentido diverso ao termo.

Os outros sentidos possíveis do termo seriam uma referência ao crédito jurídico ou crédito contábil (lançamento contábil). O crédito ou lançamento contábil ocorre por qualquer manifestação volitiva, que pode ser a emissão de um recibo ou nota fiscal, a assinatura de um contrato, acordo ou confissão, o reconhecimento de uma dívida decorrente de decisão judicial.

Já o crédito jurídico é aquele *ex lege*, que ocorre não só com o reconhecimento pela forma da lei, mas também pela mera ocorrência dos pressupostos legais, ainda que tal não tenha sido reconhecido contabilmente ou por “declaração formal”. É o que sucede quando se torna credor de uma obrigação, até mesmo independentemente do reconhecimento contábil pelo devedor, como o ocorrido exatamente no caso da prestação dos serviços pelo trabalhador.

Para o mundo jurídico, prestados os serviços contratados, é indiferente o reconhecimento contábil pela empresa de que a remuneração é devida, bastando que esta decorra da lei ou do contrato, de sorte que o crédito surge já no momento em que nasce o direito. Se este crédito, eventualmente, é reconhecido por sentença, a decisão apenas revela e materializa o direito preexistente.

Entende-se não haver razão plausível para se afirmar que a CF utilizou, no art. 195, I, *a*, linguagem contábil em vez da jurídica, de modo que se pode concluir que a

único segurado não empregado que receba em folha, mas não de salário e sim de pagamento, seria o contribuinte individual empresário. De forma diversa, o conceito de rendimentos do trabalho é amplo o suficiente para abarcar todas as espécies de segurados empregados, como se verá adiante.

⁹⁹ MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 251.

referência é ao crédito jurídico e não contábil. Portanto, ocorrido o pagamento ou o crédito jurídico, incide sobre a remuneração a contribuição previdenciária.

Assim, como o fato gerador da obrigação tributária é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência (art. 114 do CTN), sucedendo qualquer das situações, pagamento da remuneração ou o mero crédito jurídico, concretiza-se o fato gerador. Note-se que o crédito jurídico ocorre normalmente com a prestação dos serviços, mas não só com ela, pois “não raro, há salário de contribuição, mas não há prestação de serviços correspondente (*e.g.*, nas horas *in itinere*).”¹⁰⁰ De toda sorte, há crédito jurídico decorrente de relação de trabalho, encaixando-se na previsão do art. 195, I, da Constituição Federal.

Luiz Carlos de Araújo e Wilson Pocidonio da Silva também defendem que a situação definida em lei como necessária e suficiente para a ocorrência do fato gerador da obrigação principal é a prestação de serviços, pois é ela quem dá ensejo à “prestação pecuniária devida ao trabalhador e, conseqüentemente, às contribuições sociais incidentes sobre a correspondente remuneração.”¹⁰¹ Didática é a ilustração feita com a ocorrência do fato gerador do Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços ICMS:

ocorre o fato gerador do ICMS, por exemplo, não com a emissão da nota fiscal, que constitui obrigação acessória, mas com a operação de venda e circulação da mercadoria. Se o comerciante, neste mesmo exemplo, deixa de emitir a nota fiscal, ainda assim é devido o tributo, pois ocorreu o fato gerador. O mesmo ocorre em uma relação de emprego quando, por exemplo, o empregado presta serviços extraordinários, o fato gerador das contribuições previdenciárias ocorre com a prestação dos serviços e não com a elaboração das folhas de salários ou com o pagamento.¹⁰²

Portanto, a mera existência do direito à remuneração (crédito jurídico) ou o próprio pagamento, ainda que sem a prestação de serviços, como no caso em que o

¹⁰⁰ FELICIANO, Guilherme Guimarães. Do fato gerador das contribuições sociais na justiça do trabalho – aspectos controvertidos. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 34, 2009, p. 90, citado em nota de rodapé.

¹⁰¹ No mesmo sentido, BALERA, Wagner. O marketing de incentivo e as contribuições sociais. In: BIFANO, Elidie et al. **Marketing de incentivo: uma visão legal**. Barueri, SP: Manole, 2008, p. 124: “Os critérios utilizados para configurar a contribuição vêm previstos nos arts. 20 e 28, I, da Lei 8.211/91, estabelecendo-se como critério material o exercício de atividade remunerada (...).” Veja ainda CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2001, p. 210 e 334.

¹⁰² ARAÚJO, Luiz Carlos de; SILVA, Wilson Pocidonio. Fato gerador das contribuições sociais. **Revista LTr**, São Paulo, v. 73, n. 04, abril 2009.

trabalhador apenas fica à disposição ou quando é pago antecipadamente à prestação dos serviços (adiantamento)¹⁰³, é bastante para que se aperfeiçoe o fato gerador da contribuição previdenciária.

Em outras palavras, ocorrida a prestação de serviços sujeita à remuneração ou mesmo a mera disponibilidade remunerada do trabalhador, excluindo-se, portanto, o trabalho voluntário, devem ser consideradas ocorridas “as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios” (art. 116, I, do CTN). Ainda que não haja pagamento, o fato gerador está consolidado. O pagamento da remuneração é a sua consequência natural, mas nada impede que possa não ocorrer.

Por fim, cumpre ressaltar que a interpretação do dispositivo ora proposta é consoante ao próprio arquétipo constitucional do sistema de previdência social. Isso porque a CF determina que a previdência social seja “organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial” (art. 201), estabelecendo, assim, que, prestados os serviços, ocorre, concomitantemente, o dever de contribuir (caráter contributivo) e a entrada ou permanência no sistema (filiação obrigatória), preservando-se assim o “equilíbrio financeiro e atuarial”. Neste sentido, negar a ocorrência do fato gerador na prestação de serviços equivale a excepcionar essa sistemática idealizada pelo art. 201 da CF, dissociando-se a proteção do regime obrigatoriamente contributivo.

Quanto à contribuição dos segurados, a CF menciona a contribuição do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, mas não faz qualquer menção aos seus contornos básicos (art. 195, II)¹⁰⁴, exceto quando estipula no § 11 do art. 201 que “os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.” De tal referência extrai-se apenas o elemento da base de cálculo e não o momento da ocorrência do fato gerador, de sorte que se deve concluir que a definição deste foi relegada à lei.

¹⁰³ IBRAHIM, Fábio Zambitte, **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 200.

¹⁰⁴ **STJ**, REsp 502650, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 25/02/2004. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **STF** RE 437642 AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma, DJe 02/09/2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

3.2.2. O Fato Gerador na Lei nº 8.212/1991

Pois bem, afora o texto constitucional, deve-se ainda analisar o que determina a Lei nº 8.212/1991 quanto ao fato gerador das contribuições previdenciárias, que trata separadamente cada uma das aludidas categorias de segurados, quanto à contribuição da empresa e também quanto à contribuição do trabalhador segurado.

O art. 22, I, da Lei nº 8.212/1991 estipula que a contribuição das empresas, relativamente aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, incide “sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês.” O inciso III do mesmo artigo, afirma que, quanto à remuneração de contribuintes individuais, a contribuição das empresas incide somente “sobre o total das remunerações pagas ou creditadas”.

Quanto à contribuição dos empregadores domésticos, a lei estabelece que a contribuição incide sobre o salário-de-contribuição (art. 24 c.c. art. 28, II, da Lei nº 8.212/1991), conceito que será abordado no item subsequente. Todavia, a disposição legislativa nos remete tão somente a uma base de cálculo, no caso “remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social”, não indicando, propriamente, o fato gerador da contribuição previdenciária, ou seja, a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência (art. 114 do CTN). Com recurso da analogia¹⁰⁵, deve-se seguir a regra dos segurados empregados e avulsos, constituindo fato gerador a existência de remuneração paga, devida ou creditada. Note-se que o art. 20 da Lei nº 8.212/1991, ao dispor sobre a contribuição do trabalhador, trata conjuntamente das três categorias referidas, o que indica uma certa similaridade legislativa, daí a utilização da disciplina dispensada aos segurados empregados e avulsos para os empregados domésticos.

Como afirmado na introdução, não se tratará das hipóteses em que a contribuição das empresas é substituída por outra base, como a renda bruta decorrente da comercialização da produção rural ou um percentual do faturamento (Simples Nacional), pois tal discussão alongaria o presente estudo em aspectos que não interessam diretamente à investigação que se procede.

Passando da contribuição dos empregadores para a contribuição dos trabalhadores segurados, cumpre repisar que a CF menciona a contribuição dos

¹⁰⁵ Decreto Lei nº 4.657/1942 - Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro:

Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

trabalhadores e dos demais segurados da previdência social, mas não faz qualquer menção aos seus contornos básicos (art. 195, II), exceto quando estipula, no § 11 do art. 201, que “os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei”, sendo que de tal referência extrai-se apenas elemento da base de cálculo e não o momento da ocorrência do fato gerador, cumprindo à lei defini-lo.

Especificamente quanto à contribuição dos segurados empregados e avulsos, extrai-se do art. 28, I, da Lei nº 8.212/1991, fato gerador idêntico ao da contribuição das empresas sobre a remuneração desses trabalhadores, qual seja, a existência de “remunerações pagas, devidas ou creditadas” (artigo 22, I, da Lei nº 8.212/1991).

Por outro lado, no que diz respeito aos segurados empregados domésticos e contribuintes individuais, a Lei nº 8.212/1991 não estabelece claramente o fato gerador da contribuição previdenciária do trabalhador, estipulando apenas a sua alíquota e limites nos artigos 20 e 21, além da base de cálculo no art. 28. Destarte, novamente é preciso recorrer à analogia, aplicando-se o fato gerador previsto para a contribuição das empresas no caso dos segurados contribuintes individuais, que é a existência de remunerações pagas ou creditadas (artigo 22, III), e, no caso dos segurados empregados domésticos, como afirmado quanto à contribuição dos empregadores domésticos, a remuneração paga, devida ou creditada (artigo 22, I).

Quanto aos segurados especiais, o fato gerador é peculiar, consistindo na “comercialização da sua produção rural” (art. 25 da Lei nº 8.212/1991). Para os segurados facultativos, não há fato gerador, pois a contribuição não é “prestação pecuniária compulsória” (art. 3º do CTN) e, portanto, não é tributo, configurando a contribuição mero exercício do direito subjetivo de aderir ao sistema, beneficiando-se da faculdade de manter a qualidade de segurado e, com isso, a possibilidade de ser beneficiário, juntamente com seus dependentes, de prestações previdenciárias. As contribuições dos segurados facultativos e dos segurados especiais não serão estudadas a fundo, por não ser o foco principal do presente estudo, na medida em que sequer são objeto de execução perante a Justiça do Trabalho.

Como se vê, é preciso fazer um grande esforço exegético para se extrair o fato gerador das contribuições previdenciárias. Wladimir Novaes Martinez reconhece que a lei, tecnicamente, não ostenta descrição precisa e exaustiva da hipótese de incidência da contribuição previdenciária, não mencionando expressamente o seu elemento

determinante. O autor conclui, no entanto, que “o pagamento, *per se*, não é o fato gerador do dever de contribuir”, ainda que seja a sua forma mais comum, “principalmente quando o contrato de trabalho flui normalmente”, de sorte que o fato gerador também ocorreria pelo advento do momento em que o ordenamento ou o contrato torna devida a verba trabalhista que integra o salário de contribuição (art. 28 da Lei 8.212/1991), em outras palavras, quando deveria ter sido paga a remuneração ou parcela. E exemplifica com a hipótese dos segurados empregados, cujos salários, por força do art. 459 da CLT, devem ser pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado, de modo que a partir do advento de tal termo considera-se ocorrido o fato gerador - crédito jurídico da remuneração.¹⁰⁶

De toda sorte, a partir do posicionamento aqui mencionado¹⁰⁷, pode-se concluir que, dentro dos limites constitucionalmente definidos, da lei, extraem-se os fatos

¹⁰⁶ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**, 4. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 582.

¹⁰⁷ Esse entendimento é muito próximo daquele consolidado hoje pela Administração, conforme artigos 52 e 103 da IN 971:

Art. 52. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador da obrigação previdenciária principal e existentes seus efeitos:

I - em relação ao segurado:

a) empregado e trabalhador avulso, quando for paga, devida ou creditada a remuneração, o que ocorrer primeiro, quando do pagamento ou crédito da última parcela do décimo terceiro salário, observado o disposto nos arts. 96 e 97, e no mês a que se referirem as férias, mesmo quando recebidas antecipadamente na forma da legislação trabalhista;

b) contribuinte individual, no mês em que lhe for paga ou creditada remuneração;

c) empregado doméstico, quando for paga ou devida a remuneração, o que ocorrer primeiro, quando do pagamento da última parcela do décimo terceiro salário, observado o disposto nos arts. 96 e 97, e no mês a que se referirem as férias, mesmo quando recebidas antecipadamente na forma da legislação trabalhista;

II - em relação ao empregador doméstico, quando for paga ou devida a remuneração ao segurado empregado doméstico, o que ocorrer primeiro, quando do pagamento da última parcela do décimo terceiro salário, observado o disposto nos arts. 96 e 97, e no mês a que se referirem as férias, mesmo quando recebidas antecipadamente na forma da legislação trabalhista;

III - em relação à empresa:

a) no mês em que for paga, devida ou creditada a remuneração, o que ocorrer primeiro, a segurado empregado ou a trabalhador avulso em decorrência da prestação de serviço;

b) no mês em que for paga ou creditada a remuneração, o que ocorrer primeiro, ao segurado contribuinte individual que lhe presta serviços;

c) no mês da emissão da nota fiscal ou da fatura de prestação de serviços por cooperativa de trabalho;

d) no mês da entrada da mercadoria no seu estabelecimento, quando transportada por cooperados intermediados por cooperativa de trabalho de transportadores autônomos;

e) no mês em que ocorrer a comercialização da produção rural, nos termos do Capítulo I do Título III;

f) no dia da realização de espetáculo desportivo gerador de receita, quando se tratar de associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional;

g) no mês em que auferir receita a título de patrocínio, de licenciamento de uso de marcas e símbolos, de publicidade, de propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos, quando se tratar de associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional;

h) no mês do pagamento ou crédito da última parcela do décimo terceiro salário, observado o disposto nos arts. 96 e 97;

i) no mês a que se referirem as férias, mesmo quando pagas antecipadamente na forma da legislação trabalhista;

IV - em relação ao segurado especial e ao produtor rural pessoa física, no mês em que ocorrer a comercialização da sua produção rural, nos termos do art. 166;

geradores para cada uma das categorias de trabalhadores segurados, tanto em relação à contribuição dos empregadores quanto com referência à contribuição dos trabalhadores.

Mas, especificamente quanto às contribuições executadas de ofício perante a Justiça do Trabalho, como visto no capítulo anterior, hoje resta expresso que se considera “ocorrido o fato gerador das contribuições sociais na data da prestação do serviço”, conforme § 2º do art. 43 da Lei nº 8.212/1991, acrescentado pela Lei nº 11.941/2009. O § 3º do mesmo dispositivo, também fruto da Lei nº 11.941/2009, estipula:

as contribuições sociais serão apuradas mês a mês, com referência ao período da prestação de serviços, mediante a aplicação de alíquotas, limites máximos do salário-de-contribuição e acréscimos legais moratórios vigentes relativamente a cada uma das competências abrangidas, devendo o recolhimento ser efetuado no mesmo prazo em que devam ser pagos os créditos encontrados em liquidação de sentença ou em acordo homologado, sendo que neste último caso o recolhimento será feito em tantas parcelas quantas as previstas no acordo, nas mesmas datas em que sejam exigíveis e proporcionalmente a cada uma delas.

V - em relação à obra de construção civil de responsabilidade de pessoa física, no mês em que ocorrer a prestação de serviços remunerados pelos segurados que edificam a obra.

§ 1º Considera-se creditada a remuneração na competência em que a empresa contratante for obrigada a reconhecer contabilmente a despesa ou o dispêndio ou, no caso de equiparado ou empresa legalmente dispensada da escrituração contábil regular, na data da emissão do documento comprobatório da prestação de serviços.

§ 2º Para os órgãos do Poder Público considera-se creditada a remuneração na competência da liquidação do empenho, entendendo-se como tal, o momento do reconhecimento da despesa.

(...)

Art. 103. Serão adotadas as competências dos meses em que foram prestados os serviços pelos quais a remuneração é devida, ou dos abrangidos pelo reconhecimento do vínculo empregatício, quando consignados nos cálculos de liquidação ou nos termos do acordo.

§ 1º Quando, nos cálculos de liquidação de sentença ou nos termos do acordo, a base de cálculo das contribuições sociais não estiver relacionada, mês a mês, ao período específico da prestação de serviços geradora daquela remuneração, as parcelas remuneratórias serão rateadas, dividindo-se seu valor pelo número de meses do período indicado na sentença ou no acordo, ou, na falta desta indicação, do período indicado pelo reclamante na inicial, respeitados os termos inicial e final do vínculo empregatício anotado em CTPS ou judicialmente reconhecido na reclamatória trabalhista.

§ 2º Se o rateio mencionado no § 1º envolver competências anteriores a janeiro de 1995, para a obtenção do valor originário relativo a cada competência, o valor da fração obtida com o rateio deve ser dividido por 0,9108 (nove mil cento e oito décimos de milésimos) - valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), vigente em 1º de janeiro de 1997, a ser utilizado nos termos do art. 29 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, dividindo-se em seguida o resultado dessa operação pelo Coeficiente em Ufir expresso na Tabela Prática Aplicada em Contribuições Previdenciárias elaborada pela RFB para aquela competência.

§ 3º Na hipótese de não reconhecimento de vínculo, e quando não fizer parte da sentença condenatória ou do acordo homologado a indicação do período em que foram prestados os serviços aos quais se refere o valor pactuado, será adotada a competência referente, respectivamente, à data da sentença ou da homologação do acordo, ou à data do pagamento, se este anteceder aquelas.

Portanto, a definição pela Lei nº 11.941/2009 do momento da ocorrência do fato gerador na hipótese específica da execução de ofício mostra-se plenamente ajustada com demarcação do fato gerador da contribuição previdenciária pela Lei nº 8.212/1991 e de acordo com o art. 97, III, do CTN, que atribui à lei a “definição do fato gerador da obrigação tributária principal” e, consequentemente, do momento de sua ocorrência.

Após a apresentação da legislação e do nosso entendimento a respeito, passa-se a examinar, de forma crítica, o posicionamento de outros autores e dos Tribunais Superiores.

3.2.3. Correntes Doutrinárias sobre o Fato Gerador das Contribuições Previdenciárias e a Jurisprudência dos Tribunais Superiores

Como afirmado no início do item 3.2, diversos são os posicionamentos a respeito do momento da ocorrência do fato gerador das contribuições previdenciárias na execução de ofício. Além do entendimento de que o fato gerador ocorre já com a prestação dos serviços, pode-se agrupar os demais entendimentos no sentido de que o fato gerador se aperfeiçoaria com a prolação da decisão pela Justiça do Trabalho; com o trânsito em julgado do referido decisório; e, ainda, somente com o pagamento dos valores objeto da condenação.¹⁰⁸

Os defensores da tese de que o fato gerador ocorreria somente com o pagamento argumentam que o art. 195 da CF, inciso I, ao qual se refere o art. 114, VIII, da CF, menciona *pagamento* e, portanto, o fato gerador de contribuições previdenciárias só ocorreria no momento do recebimento de valores devidos em decorrência do trabalho prestado.¹⁰⁹ O art. 276, *caput*, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo

¹⁰⁸ Há posicionamentos mais particulares, como o de Paulo Gustavo de Amarante Merçon, para quem “em se tratando de sentença declaratória de vínculo empregatício (...) os créditos previdenciários incidem, mês a mês, sobre fatos geradores pretéritos (salários presumidamente pagos ao longo do período reconhecido em sentença) (...) Na sentença condenatória, contudo, a situação é completamente distinta: aqui, como o fato gerador é a sentença, as contribuições previdenciárias deverão incidir sobre o valor total das parcelas salariais apuradas na liquidação trabalhista, utilizando-se a tabela de alíquotas então vigente e observando-se, no tocante às contribuições do empregado, o limite máximo do salário-de-contribuição.” Conclui o autor que o fato gerador, no caso das sentenças condenatórias, não se configurou na época da prestação dos serviços porque não houve pagamento. (MERÇON, Paulo Gustavo do Amarante. A sentença trabalhista e o efeito anexo condenatório das contribuições previdenciárias. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho**: aspectos jurisprudenciais e doutrinários. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 102-103).

¹⁰⁹ Esse era o entendimento da própria Administração Pública, conforme se extrai do item 12 da Ordem de Serviço Conjunta INSS/DAF/DSS 66, de 10/10/1997, o que veio a ser alterado pelo advento da Instrução Normativa INSS/DC 100, de 18/12/2003, sucedida por outros instrumentos normativos, mas sempre no novo sentido, de que o fato gerador ocorre já com a prestação dos serviços. Igual posicionamento era

Decreto nº 3.048/1999, especificamente no que diz respeito às contribuições previdenciárias executadas perante a Justiça do Trabalho, disciplinaria nesse sentido, na medida em que determina que o recolhimento das contribuições previdenciárias será realizado até o dia dois do mês seguinte ao da liquidação da sentença.

Quanto ao *caput* do art. 276 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/1999, que disciplina que “nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, o recolhimento das importâncias devidas à seguridade social será feito no dia dois do mês seguinte ao da liquidação da sentença”, cumpre ressaltar que a estipulação da data do pagamento em nada se relaciona à ocorrência do fato gerador, tratando-se apenas de um prazo para recolhimento sob pena de execução forçada, não indicando, portanto, o momento da ocorrência do fato gerador, mas sim o momento da coercibilidade da exigência.

Ademais, o dispositivo refere-se a pagamento de *direitos* sujeitos à incidência e não *pagamentos* sujeitos à incidência, de sorte que o pagamento, em si, não se revela como o fato gerador, mas sim o direito de ser remunerado pelos serviços, que foi reconhecido no decisório, ou seja, o crédito jurídico. Em outras palavras, o que está sujeito à incidência é o direito ora reconhecido e não o pagamento, o que leva a crer que o fato gerador não é propriamente o pagamento feito em juízo, como muitos tem sustentado.¹¹⁰

Defende-se, ainda, que o aludido art. 276, *caput*, teria sido derogado pelo já mencionado art. 43, § 3º da Lei 8.212/1991, de modo que o prazo de recolhimento não seria mais “no dia dois do mês seguinte ao da liquidação da sentença”, mas sim “no mesmo prazo em que devam ser pagos os créditos encontrados em liquidação de sentença ou em acordo homologado.”

Para outra parte da doutrina, o fato gerador ocorreria somente após a decisão da Justiça do Trabalho, na medida em que seria a partir de tal momento que as referidas exações passariam a ser efetivamente devidas pelo sujeito passivo da obrigação tributária. Há ainda quem defenda que a ocorrência do fato gerador dessas contribuições previdenciárias ocorreria no trânsito em julgado do decisório¹¹¹, sendo esta a tese

expressamente adotado pelo art. 5º do Provimento 02/1993 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, o qual foi revogado em 2006 pela Consolidação das Normas da Corregedoria 2006, não sobrevivendo outra disciplina pelo TST.

¹¹⁰ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2001, p. 271.

¹¹¹ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social**, 19. ed. São Paulo Atlas, 2003, p. 266; PEDUZZI, Maria Cristina Hirigoyen. A competência da Justiça do Trabalho para a execução das contribuições

albergada pelo TST.¹¹² Para esta corrente, o fato gerador não seria o pagamento, sendo este apenas a causa de extinção da obrigação consubstanciada no título judicial. Afirmam os defensores de tais teses que a incidência dos juros e multa de mora ostenta natureza punitiva, de maneira que somente poderiam incidir após o trânsito em julgado da condenação ou, ao menos, da sua liquidação.

Ambas as correntes partem ainda do pressuposto de que o fato gerador só ocorre quando se possa constranger o sujeito passivo a recolher a contribuição, o que é claramente equivocado. Uma coisa é a ocorrência do fato gerador, outra completamente distinta é a coercibilidade ao pagamento. Isto também se dá fora da execução de ofício das contribuições previdenciárias. Os tributos decorrentes dos fatos geradores ocorridos e não pagos estão sujeitos ao lançamento de ofício. Antes da ocorrência deste, já há exigibilidade, mas não coercibilidade, sendo indispensável lançar, inscrever em dívida ativa e propor a execução fiscal para se constranger efetivamente o contribuinte. No entanto, isso não tem o condão de realocar o fato gerador para outro momento, tanto que os acréscimos legais retroagem à data do inadimplemento, não passando a correr a partir do lançamento, o que demonstra que o fato gerador não se relaciona com a possibilidade de execução do tributo.

Essa é, aliás, uma regra geral dos direitos subjetivos, que se impõe às pessoas naturalmente, sem a necessidade de atuação do Estado-juiz, pois "a decisão judicial condenatória tem tão-somente o efeito de um reconhecimento a posteriori de um direito vilipendiado; não cria direitos, apenas os declara existentes e não satisfeitos."¹¹³ Nas palavras de Wladimir Novaes Martinez, o crédito previdenciário "preexistia à resolução enunciativa, situando-se na época do trabalho."¹¹⁴

previdenciárias. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília: TST, v. 70, n. 1, jan./jul. 2004, p. 26; FELICIANO, Guilherme Guimarães. Do fato gerador das contribuições sociais na Justiça do Trabalho – aspectos controvertidos. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 34, 2009, p. 83: “o dissídio individual acomete ao Juiz do Trabalho a responsabilidade de decidir regra geral, *si et quando* a situação jurídica esteve definitivamente constituída, não havendo como impor tributo, concretamente, antes dessa decisão. Daí a necessidade do trânsito em julgado para se reconhecer definitividade ao próprio fato gerador.”

¹¹² TST, RR 4315/2007-001-12-00.1, 4ª Turma, Rel. Min. Antônio José de Barros Levenhagen, DJ 17/04/2009. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. TST, RR 433/2002-079-15-01.4, 2ª Turma, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva, DJ 20/02/2009. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. TST, RR 1445/2006-101-15-01.6, 8ª Turma, Rel. Min. Dora Maria da Costa, DJ 06/02/2009. TST, RR 11/2005-029-15-85.5, 6ª Turma, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DJ 12/12/2008. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

¹¹³ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2001, p. 273.

¹¹⁴ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 583.

Tampouco se deve confundir o vencimento, data de pagamento com o momento da ocorrência do fato gerador. É verdade que a lei normalmente atrela um ao outro, mas nada impede que sejam momentos bem distintos. Exemplo disso é a denominada substituição tributária *para frente*, permitida pelo art. 150, § 7º, da CF, que admite à lei “atribuir a sujeito passivo da obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deve ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.” Ou seja, pode até haver obrigação tributária vencida, e, portanto, com incidência de acréscimos legais, mesmo antes da ocorrência do fato gerador, que foi presumido. Destarte, também não há que se vincular, necessariamente, o momento da ocorrência do fato gerador com o vencimento da obrigação tributária.¹¹⁵

No TST, no entanto, mesmo com o advento da Lei nº 11.941/2009, o posicionamento quanto ao instante da ocorrência do fato gerador parece não ter mudado, decidindo-se que a despeito do que consta no art. 43, § 2º, da Lei nº 8.212/1991, deve haver constituição da mora para que se considere ocorrido o fato gerador.¹¹⁶ Tal entendimento despreza o fato de que, em matéria tributária, a mora é *ex lege* (art. 3º do CTN), decorrendo a obrigação tributária da mera ocorrência do fato gerador (art. 113, § 1º, do CTN). Em tais julgados, afasta-se a incidência do art. 43, § 2º, da Lei nº 8.212/1991, com base no art. 276 do Decreto nº 3.048/1999, sob o equivocado argumento de que este se aplicaria em face de sua especialidade ao caso em comento. Ocorre que o art. 43 trata de forma específica das reclamações trabalhistas e sabe-se que os parágrafos expressam “os aspectos complementares à norma enunciada no *caput* do art.”, conforme determina o art. 11, III, *c*, da Lei Complementar nº 105/1998, de modo que não há como negar a aplicabilidade da disposição à execução de ofício das contribuições previdenciárias.

Ademais, somente se utiliza do critério da especialidade como solução de antinomia aparente se não houver hierarquia entre as normas, o que não é o caso quando se compara norma extraída de decreto com norma extraída de texto de lei. Portanto, a

¹¹⁵ Diz-se que normalmente estão atreladas porque, conforme art. 113, § 1º, do CTN, “A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.” Portanto, a regra é a ocorrência do fato impositivo, que gera a obrigação tributária, que, por sua vez, terá uma data ou prazo de adimplemento, após o qual incidirão acréscimos legais.

¹¹⁶ Vide: **TST**, AIRR 288240.76.2007.5.12.0001, 8ª Turma Rel. Min. Dora Maria da Costa, DEJT 06/05/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **TST**, AIRR-115440-12.2005.5.18.0012, 3ª Turma, Rel. Min. Horácio Raymundo de Senna Pires, DEJT 13/05/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

despeito de sua descrição generalista sobre o momento do fato gerador, não se pode afastar a aplicação do § 2º à hipótese descrita no *caput*.

A própria Súmula 368, do TST, ao estipular “que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição”, está reconhecendo que as contribuições previdenciárias incidem mês a mês, no regime de competência, e, portanto, que o fato gerador ocorre também periodicamente, o que se mostra incompatível com o posicionamento de que o fato gerador dessas contribuições previdenciárias ocorreria no trânsito em julgado do decisório.

Por fim, ressalte-se que o STJ tem entendimento pacífico de que o fato gerador ocorre com a prestação dos serviços¹¹⁷ e que, quando detinha competência para a análise de questão infraconstitucional, o STF posicionou-se no sentido de que a prestação de serviço é fato gerador de contribuição previdenciária.¹¹⁸

Além disso, o STF entende, ainda hoje, que “o estabelecimento do momento em que se dá o fato gerador e a exigibilidade da contribuição social devida pelo empregador, incidente sobre a folha de salários, são questões a serem reguladas mediante legislação ordinária”¹¹⁹, de maneira que a Lei nº 11.941/2009 é constitucional, e que acrescentando parágrafos ao art. 43 da lei 8.212/1991, estabeleceu como momento da ocorrência do fato gerador, para todas as categorias de segurados obrigatórios, a época da prestação dos serviços.

¹¹⁷ **STJ**, REsp 419667, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 10/03/2003. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **STJ**, REsp 384372, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 07/10/2002. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **STJ**, AgRg no Resp 1018189, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 02/06/2008. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **STJ**, AgRg no Ag 727948, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 28/08/2006. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **STJ**, REsp 542109/SC, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 24/10/2006. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **STJ**, AgRg no Ag 586342/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 01/07/2005. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **STJ**, REsp 502650, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 25/02/2004. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

¹¹⁸ **STF**, RE 90466, 1ª Turma, Rel. Min. Rafael Mayer, DJ 04/03/1981. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

¹¹⁹ **STF**. Acórdão do AI 508.398 AgR, 2ª Turma, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 14/10/2005. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. No mesmo sentido: **STF**, RE 437642 AgR, 2ª Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, DJe 02/09/2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

3.3. A BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

A base de cálculo das contribuições previdenciárias é tema relevante não só do ponto de vista do custeio do sistema de seguridade social, mas também de interesse direto do trabalhador, pois o seu valor, em regra, serve de referência para o cálculo do salário-de-benefício do segurado ou dependente, repercutindo, portanto, na quantificação do benefício a ser concedido.¹²⁰

Também pode ser denominada de base tributável ou base imponible do tributo e é um dos elementos do critério quantitativo do fato gerador. Trata-se da unidade de medida ou preço que serve para dimensionar, para quantificar “a intensidade do comportamento inserto no núcleo do fato jurídico, para que, combinando-se à alíquota, seja determinado o valor da prestação pecuniária.”¹²¹ Ou seja, cada fato de relevância tributária deve ser submetido a um juízo de valor e de estimativa que se pode definir como a “determinação da base imponible”.¹²²

Assim, o fato gerador do tributo deve ser mensurado conforme parâmetros legalmente estabelecidos, “com a finalidade de fixar critério para determinação, em cada obrigação tributária concreta, do *quantum debeatur*.”¹²³ Essa operação de fixação, como visto, carecerá ainda do elemento alíquota, “que se consubstancia na fixação de um critério indicativo de uma parte, fração – sob a forma de percentual, ou outra – da base imponible.”¹²⁴

As alíquotas das contribuições previdenciárias não serão esmiuçadas aqui por não terem grande repercussão nos propósitos do estudo, na medida em que, diferentemente da base de cálculo, não são determinantes em termos de repercussão dos direitos do trabalhador segurado, tendo implicações meramente arrecadatórias.

¹²⁰ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008. p. 285 e KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário**. 4. ed. Salvador: Podivm, 2007, p. 111.

¹²¹ CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 360-361.

¹²² Nesse sentido, Gianni de Luca: Ogni fatto a rilevanza tributaria deve essere valutato, e cioè sottoposto ad un giudizio di valore e di stima definito ‘determinazione della base imponibile’ (...). (LUCCA, Gianni de. **Diritto tributario**. XXIII edizione. Napoli: Edizioni Giuridiche Simone. Gruppo Editoriale Esselibri – Simone. 2009, p. 111). Tradução livre no texto.

¹²³ ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 108.

¹²⁴ Ibid, p. 113.

O art. 195, I, *a*, da CF, ao mencionar que a contribuição previdenciária da empresa incidirá sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, além de ofertar os contornos dentro dos quais o legislador infraconstitucional deve definir o fato gerador, também está estabelecendo os limites constitucionais para a estipulação da base de cálculo, que é, portanto, a folha de salários e demais rendimentos do trabalho. Há, realmente, ínsita relação entre o fato gerador e a base de cálculo, tanto que parte da doutrina tributarista denomina a base de cálculo como o critério quantitativo¹²⁵ ou perspectiva dimensional¹²⁶ da hipótese de incidência.

Afirma-se que a rigidez constitucional do sistema tributário associa a base de cálculo à hipótese de incidência, de sorte que não se admite a sua escolha aleatória.¹²⁷ Aliás, há até mais um parâmetro normativo na CF quanto à base de incidência, especialmente quanto às contribuições previdenciárias, que é o § 11 do art. 201, que estabelece que “os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.” Tal disposição constitucional, diferentemente do art. 195, I, *a*, direciona-se para a contribuição da empresa e também do trabalhador, pois a Constituição não fez qualquer referência específica.

De toda sorte, é preciso reconhecer, como visto, tanto em relação ao fato gerador como quanto à base de cálculo, que a Constituição aponta os contornos para que dentro dos limites ali fixados sejam determinados elementos essenciais e especiais. No nosso sentir, a CF ofertou limites estreitos para a determinação legal da base impositiva do tributo, em especial quanto à contribuição da empresa, sendo que fora desses limites a lei não pode estabelecer a incidência, salvo mediante a instituição de nova fonte de custeio por lei complementar, conforme determinação do art. 195, § 4º, da CF.

Portanto, a princípio, a base de cálculo das contribuições das empresas resta constitucionalmente definida. No entanto, quanto à contribuição dos trabalhadores, em que pese o fato do já mencionado § 11 do art. 201 determinar a incorporação dos ganhos habituais do empregado, a qualquer título, para efeito de contribuição previdenciária, a CF

¹²⁵ CARVALHO, Ibid, p. 357.

¹²⁶ ATALIBA, Ibid, p. 108.

¹²⁷ BALERA, Wagner. In: BIFANO, Elidie P. et al. **Marketing de incentivo**: uma visão legal. Barueri, SP: Manole, 2008, p. 110.

não trouxe balizas tão estreitas, havendo maior espaço para a atuação do legislador ordinário.¹²⁸ Passa-se, a seguir, à análise da legislação infraconstitucional.

Dentro dos mencionados parâmetros constitucionais, a Lei nº 8.212/1991, em seu art. 11, delimitou a base de cálculo da contribuição das empresas, a qual incide sobre a “remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço” (parágrafo único, alínea *a*) e dos trabalhadores, que, por sua vez, incide, sobre o seu “salário-de-contribuição” (parágrafo único, alínea *b*).

Mas o que seria “salário-de-contribuição”? A CF, nos §§ 2º e 3º do art. 201¹²⁹, fez menção ao salário-de-contribuição, mas não o definiu¹³⁰, relegando tal tarefa à Lei nº 8.212/1991. Antes de adentrar no conceito de “salário-de-contribuição” é preciso advertir que não se pode confundir salário-de-contribuição com salário¹³¹ ou remuneração.

Salário é o termo que remete à forma de retribuição do empregado¹³² e que, tradicionalmente, tem três elementos: “a contraprestação (trabalho efetivamente prestado), a disponibilidade (tempo à disposição) e obrigações decorrentes do contrato de trabalho (interrupções remuneradas do contrato)”¹³³, podendo ser conceituado como:

toda vantagem econômica expressa em dinheiro ou utilidade que o empregado recebe diretamente do empregador, de forma regular e

¹²⁸ IBRAHIM, Fábio Zambitte, **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 185: “Embora a Constituição não preveja, a lei determina que a incidência recaia sobre o chamado *salário-de-contribuição* do trabalhador (...) Como não há previsão constitucional expressa, poderia o legislador ordinário traçar outra sistemática de imposição securitária, mas decidiu seguir a tradição previdenciária, que, desde sua criação, tem incidido sobre os valores recebidos.”

¹²⁹ CF:

Art. 201 (...)

(...)

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

¹³⁰ Vê-se, por exemplo, que o legislador ordinário não poderia incluir na base de cálculo das contribuições previdenciárias verbas de cunho indenizatório ou de ressarcimento de despesas, tendo em vista que o art. 195, I, *a*, da CF, somente permite rendimentos do trabalho e, por óbvio, a indenização não é rendimento.

¹³¹ Guilherme Guimarães Feliciano lembra que “as sucessivas modificações na legislação previdenciária demonstram que o caráter indenizatório do título, firmado segundo a lei trabalhista (art. 457 da CLT), nem sempre significava isenção.” Segue afirmando que outras vezes a legislação previdenciária exclui da base de cálculo do salário-de-contribuição rubricas tipicamente salariais nos termos do art. 458, *caput*, da CLT, tais como “o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico (...) inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa (art. 28, § 9º, *q*, da Lei n. 8.212/1991).” (FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 71-72).

¹³² BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 2. ed. São Paulo LTr, 2006, p. 590.

¹³³ MANNRICH, Nelson. Consequências trabalhistas da atividade de marketing de incentivo e natureza jurídica do prêmio. In: BIFANO, Elidie P. et al. **Marketing de incentivo: uma visão legal**. Barueri, SP: Manole, 2008, p. 145.

permanente, em contraprestação dos serviços prestados, e cuja obrigatoriedade venha a gerar legítima expectativa por parte do empregado por força da habitualidade.¹³⁴

Diversas são as verbas pagas ao empregado que não ostentam natureza salarial, como as indenizações, a participação nos lucros, os benefícios e complementações previdenciárias e os direitos intelectuais.¹³⁵

A remuneração, por outro lado, é conceito mais amplo, abarcando, além do salário, também as gorjetas.¹³⁶ Estas últimas são retribuições efetuadas por terceiros, conforme art. 457 da CLT¹³⁷, encontrando hoje similaridade com as denominadas gueltas, no setor de venda e de comércio.

Os conceitos de salário e de remuneração, como se vê, ostentam índole trabalhista e as disposições mais importantes encontram-se nos artigos 76 a 83 e 457 a 467 da CLT.¹³⁸ A remuneração, fora dos lindes da Consolidação das Leis do Trabalho, pode ainda abarcar os conceitos de vencimento, soldo, subsídios, pró-labore, honorários ou qualquer outra espécie de retribuição que *remunere*.

A base de cálculo do FGTS tem sutis diferenças em relação à base de cálculo das contribuições previdenciárias (Lei nº 8.036/1990; Súmulas 63 e 305 do TST; e Orientações Jurisprudenciais SBDI-1 195 e 232). Outrossim, a base de cálculo do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza possui muitas outras diferenças (artigos 43 e 44 do CTN e ampla legislação esparsa). Não serão aprofundados os estudos nessas matérias por necessidade de se delimitar adequadamente o enfoque do estudo. Voltar-se-á ao conceito de salário-de-contribuição.

Feitas as advertências quanto a outras bases que tomam por conta os rendimentos do trabalho, vejamos as definições de salário-de-contribuição para cada espécie de segurado contidas no art. 28 da Lei nº 8.212/1991:¹³⁹

¹³⁴ Id., Ibid., p. 151-152.

¹³⁵ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 34. ed. São Paulo: LTr, 2009, p. 333.

¹³⁶ MARTINS, Sergio Pinto. **Comentários à CLT**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 403.

¹³⁷ Em que pese a distinção feita pelo art. 457 CLT, não é uniforme o critério diferenciador estabelecido para a dicotomia salário/remuneração, conforme: MANNRICH, Nelson. Consequências trabalhistas da atividade de marketing de incentivo e natureza jurídica do prêmio. In: BIFANO, Elidie P. et al. **Marketing de incentivo: uma visão legal**. Barueri, SP: Manole, 2008, p. 161. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 34. ed. São Paulo: LTr, 2009, p. 333 e 331.

¹³⁸ Quanto ao empregado rural, há algumas notas distintivas nos artigos 9º a 12 da Lei nº 5.889/1973 e em seu Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 73.626, de 12 de fevereiro de 1974.

¹³⁹ Os mesmos conceitos foram repetidos no art. 214 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999, com algumas pequenas diferenças, que não cabe no estudo abordar.

I - para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;

II - para o empregado doméstico: a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para comprovação do vínculo empregatício e do valor da remuneração;

III - para o contribuinte individual: a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês;

IV - para o segurado facultativo: o valor por ele declarado.

Quanto ao segurado empregado e avulso, vê-se que o conceito legal estabelecido é amplo, de forma a abarcar todo e qualquer título que, habitualmente, sirva para retribuir a prestação de serviços. Todavia, é preciso ressaltar que a base de cálculo é apurada mediante o cotejamento dos conceitos supradescritos com as regras de inclusão, exclusão e limites descritos nos parágrafos do mesmo artigo, os quais não serão examinadas no presente estudo.

Todas essas regras valem também para a formação da base de cálculo da contribuição das empresas, que é a “remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço” (parágrafo único, alínea *a*, do art. 11 da Lei nº 8.212/1991). Em verdade, por via de regra, ver-se-á que ambas as bases são idênticas, exceto quanto à existência de um limite máximo legalmente estabelecido ao “salário-de-contribuição” (art. 20; art. 22, I e § 2º; e 28, I, todos da Lei nº. 8.212/1991)¹⁴⁰, o qual inexistente no cálculo da base da contribuição da empresa. Tal advertência também vale em relação às contribuições da

¹⁴⁰ (i) O art. 20 fixa os limites do salário-de-contribuição; (ii) o inciso I do art. 22 descreve a base de cálculo de forma idêntica ao inciso I do art. 28, que trata da base de cálculo da contribuição do segurado empregado e avulso; (iii) o parágrafo 2º do art. 22, ao tratar da contribuição da empresa, remete ao art. 28, § 9º, que menciona as verbas que não integram o salário de contribuição.

empresa e do trabalhador incidentes sobre a remuneração dos contribuintes individuais. Assim, a contribuição das empresas sobre a remuneração dos contribuintes individuais não sofre limites, diferentemente da contribuição do segurado contribuinte individual, que ostenta o mesmo limite máximo da contribuição dos segurados empregados e avulsos.

Quanto ao salário-de-contribuição dos contribuintes individuais, o transcrito inciso III do art. 28 estabeleceu como sendo “a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês.”¹⁴¹ Já quanto ao segurado empregado doméstico, o salário-de-contribuição é “a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para comprovação do vínculo empregatício e do valor da remuneração.” Tal regra acaba por atribuir ao empregado doméstico o ônus de demonstrar que há remuneração em valor diferente do registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social. Em complementação, embora incorrendo em inconstitucionalidade¹⁴², a Lei nº 8.213/1991, em seu art. 36, estipula que se o empregado doméstico, “tendo satisfeito as condições exigidas para a concessão do benefício requerido, não comprovar o efetivo recolhimento das contribuições devidas, será concedido o benefício de valor mínimo, devendo sua renda ser recalculada quando da apresentação da prova do recolhimento das contribuições.” Ou seja, além de atribuir ao empregado doméstico o ônus da comprovação do pagamento em valor superior ao registrado, ainda lhe atribui a obrigação de comprovar o efetivo recolhimento das contribuições, sob pena de receber sempre a prestação em valor mínimo.

Pelas mesmas razões aludidas quando se tratou do fato gerador, não será abordada em pormenores a base de cálculo do segurado especial e do facultativo.

Os aludidos conceitos de salário-de-contribuição foram utilizados para formar a base de cálculo da contribuição das empresas, embora neste último caso não se imponha um limite máximo à base de cálculo, como já afirmado. Exceção se faça ao empregador doméstico que contribui sobre o salário-de-contribuição e, portanto, utilizando a mesma base da contribuição do empregado doméstico, inclusive quanto ao limite.

¹⁴¹ Exceção seja feita ao condutor autônomo de veículo rodoviário ou respectivo auxiliar, em automóvel cedido em regime de colaboração. Conforme Lei nº 6.094/1974, pelo frete, carreto ou transporte de passageiros, realizado por conta própria, o seu salário-de-contribuição corresponde a 20% do rendimento bruto.

¹⁴² IBRAHIM, Fábio Zambitte, **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 188.

Quanto à arrecadação e ao recolhimento das contribuições, a Lei nº 8.212/1991 determina que a empresa ou ente equiparado¹⁴³ deve arrecadar e recolher as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração¹⁴⁴, e que tal desconto sempre se presume feito oportuna e regularmente, não lhe sendo lícito alegar omissão para se eximir do recolhimento, ficando diretamente responsável pela importância que deixou de receber ou arrecadou em desacordo com o disposto na Lei.¹⁴⁵ Portanto, em hipótese alguma o segurado empregado ou avulso poderá ser responsabilizado pelo recolhimento de suas contribuições.

O mesmo ocorre hoje quanto à contribuição do contribuinte individual, relativamente aos serviços prestados a empresas, não podendo igualmente ser responsabilizado por eventual falta de recolhimentos, nos termos da Lei nº 10.666/2003.

Por outro lado, quanto ao empregador doméstico, em que pese seja sua a responsabilidade de efetuar o desconto da contribuição do empregado doméstico e recolhê-la juntamente com a sua contribuição, o ônus da comprovação do efetivo recolhimento continua com o empregado doméstico, sob pena de receber o benefício em valor mínimo, como visto. Tal disposição discriminatória somente pode ser justificada dentro do tratamento legal *diferenciado* que a legislação brasileira dispensa aos empregados domésticos, que poderá ser suplantado caso haja a ratificação da novel Convenção 189 da OIT, que estipula devam ter estes trabalhadores os mesmos direitos básicos dos demais, incluindo horário regular, descanso semanal de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, limite para pagamentos em espécie, informações claras sobre os termos e condições do emprego e respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho, incluindo liberdade de associação e negociação coletiva.

¹⁴³ Lei nº 8.212/1991:

Art. 15. Considera-se:

I - empresa - a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional;

II - empregador doméstico - a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

Parágrafo único. Equipara-se a empresa, para os efeitos desta Lei, o contribuinte individual em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 1999).

¹⁴⁴ Art. 30, I, da Lei nº 8.212/1991.

¹⁴⁵ Art. 33, § 5º, da Lei nº 8.212/1991.

3.4. OS ACRÉSCIMOS LEGAIS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

O inciso VIII do art. 114 da CF atribui competência à Justiça do Trabalho para processar e julgar a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, *a*, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. Já foi estudado o conteúdo das contribuições passíveis de execução de ofício, cabendo agora indagar acerca do sentido e alcance da expressão “acréscimos legais”.

Não se acredita que o termo “acréscimos legais” seja instituto jurídico que precise ser interpretado além de sua literalidade, parecendo significar todo e qualquer aditamento ao valor, que seja decorrente da lei. Assim, a não ser quando não preenchido o pressuposto da instituição em lei, todo acréscimo passa a ser devido. Note-se que não há uma definição jurídica para o termo, daí ser tomado em sua simples literalidade.

Em sentido oposto, Homero Batista da Silva afirma que a expressão *acréscimos legais*, prevista constitucionalmente (art. 114, VIII, *in fine*), abarca tão somente eventuais atualizações monetárias e juros moratórios, devendo-se entender por excluída a multa de mora.¹⁴⁶ Posicionamentos de tal jaez encontram supedâneo na redação do art. 879, § 4º, da CLT, que, em redação inadequada, afirma que “a atualização do crédito devido à previdência social observará os critérios estabelecidos na legislação previdenciária.” É preciso alertar, todavia, que a atualização ou correção monetária, que consiste em mera recomposição de valor ou, em outras palavras, “atualização da expressão monetária utilizada”¹⁴⁷, sequer existe hoje, tendo sido abolida do ordenamento jurídico nos idos de 1995.¹⁴⁸

Com o advento da Lei nº 11.457/2007, os acréscimos legais às contribuições previdenciárias, na hipótese de atraso do recolhimento, passaram a ser aqueles previstos no art. 61 da Lei nº 9.430/1996¹⁴⁹, conforme determina hoje o art. 35 da Lei nº 8.212/1991. Antes, estavam previstos no próprio corpo da Lei nº 8.212/1991, em seus artigos 34 e 35.

¹⁴⁶ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de direito do trabalho aplicado**. Rio de Janeiro: Campus, 2010, v. 8, p. 103 e 104.

¹⁴⁷ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 316.

¹⁴⁸ Art. 4º da Lei nº 9.249/1995.

¹⁴⁹ Lei nº 8.212/1991:

Art. 35. Os débitos com a União decorrentes das contribuições sociais previstas nas alíneas *a*, *b* e *c* do parágrafo único do art. 11 desta Lei, das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, não pagos nos prazos previstos em legislação, serão acrescidos de multa de mora e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009).

Nos termos dos referidos diplomas legais, os acréscimos legais pelo recolhimento em atraso são a multa de mora, calculada à taxa de trinta e três centésimos por cento (0,33%), por dia de atraso, a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento, limitado a vinte por cento; e os juros de mora calculados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês de pagamento.¹⁵⁰ Então, não existe mais a multa de mora progressiva na fase processual, como previa a Lei nº 8.212/1991.¹⁵¹

¹⁵⁰ Em virtude do enfoque dado ao presente trabalho, não serão examinadas as discussões existentes sobre a natureza jurídica da multa e dos juros de mora e tampouco o histórico de discussões sobre a legalidade e constitucionalidade da utilização da denominada Taxa Selic como juros moratórios. Remete-se o leitor à obra de IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 316-332.

¹⁵¹ Redação anterior da Lei nº 8.212/1991:

Art. 35. Sobre as contribuições sociais em atraso, arrecadadas pelo INSS, incidirá multa de mora, que não poderá ser relevada, nos seguintes termos; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

I - para pagamento, após o vencimento de obrigação não incluída em notificação fiscal de lançamento; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997)

a) oito por cento, dentro do mês de vencimento da obrigação; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

b) quatorze por cento, no mês seguinte; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

c) vinte por cento, a partir do segundo mês seguinte ao do vencimento da obrigação; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

II - para pagamento de créditos incluídos em notificação fiscal de lançamento; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997)

a) vinte e quatro por cento, em até quinze dias do recebimento da notificação; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

b) trinta por cento, após o décimo quinto dia do recebimento da notificação; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

c) quarenta por cento, após apresentação de recurso desde que antecedido de defesa, sendo ambos tempestivos, até quinze dias da ciência da decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

d) cinquenta por cento, após o décimo quinto dia da ciência da decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS, enquanto não inscrito em Dívida Ativa; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

III - para pagamento do crédito inscrito em Dívida Ativa; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997)

a) sessenta por cento, quando não tenha sido objeto de parcelamento; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

b) setenta por cento, se houve parcelamento; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

c) oitenta por cento, após o ajuizamento da execução fiscal, mesmo que o devedor ainda não tenha sido citado, se o crédito não foi objeto de parcelamento; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

d) cem por cento, após o ajuizamento da execução fiscal, mesmo que o devedor ainda não tenha sido citado, se o crédito foi objeto de parcelamento. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

§ 1º Na hipótese de parcelamento ou reparcimento, incidirá um acréscimo de vinte por cento sobre a multa de mora a que se refere o caput e seus incisos. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997)

§ 2º Se houver pagamento antecipado à vista, no todo ou em parte, do saldo devedor, o acréscimo previsto no parágrafo anterior não incidirá sobre a multa correspondente à parte do pagamento que se efetuar. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997)

§ 3º O valor do pagamento parcial, antecipado, do saldo devedor de parcelamento ou do reparcimento somente poderá ser utilizado para quitação de parcelas na ordem inversa do vencimento, sem prejuízo da que for devida no mês de competência em curso e sobre a qual incidirá sempre o acréscimo a que se refere o § 1º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997)

A Lei nº 8.212/1991 prevê ainda no art. 35-A¹⁵² a denominada multa de ofício, que é aquela aplicada pela autoridade “quando da lavratura do auto de infração relativamente a débito não declarado/confessado pelo contribuinte.”¹⁵³ Ou seja, se o contribuinte, obrigado por lei a informar fatos geradores dos tributos e recolhê-los antecipadamente¹⁵⁴, não efetua nem a declaração/confissão e tampouco o recolhimento, tornando necessário o lançamento de ofício dos tributos correspondentes¹⁵⁵, além do tributo, será compelido a recolher esta multa, que é mais gravosa que a aludida multa de mora. No entanto, na Justiça do Trabalho, não é devida a multa de ofício, pois inexistente atuação estatal que possa ser qualificada como lançamento de ofício.

Uma discussão ainda persistente na Justiça do Trabalho em matéria de acréscimos legais das contribuições previdenciárias é sobre o início da contagem de tais acréscimos. O art. 30, I, *b*, da Lei nº 8.212/1991, estipula que o recolhimento deve ser feito “até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da competência.” A definição da competência

§ 4º Na hipótese de as contribuições terem sido declaradas no documento a que se refere o inciso IV do art. 32, ou quando se tratar de empregador doméstico ou de empresa ou segurado dispensados de apresentar o citado documento, a multa de mora a que se refere o caput e seus incisos será reduzida em cinquenta por cento. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26/11/1999)

¹⁵² Lei nº 8.212/1991:

Art. 35-A. Nos casos de lançamento de ofício relativos às contribuições referidas no art. 35 desta Lei, aplica-se o disposto no art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009).

¹⁵³ PAULSEN, Leandro. **Constituição e código tributário à luz da doutrina e da jurisprudência**. Porto Alegre, 2007, p. 931.

¹⁵⁴ Esse é o chamado lançamento por homologação, previsto no art. 150 do CTN:

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste art. extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.

¹⁵⁵ As diversas hipóteses de lançamento de ofício estão contidas no art. 149 do CTN:

Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I - quando a lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o art. seguinte;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.

para a contribuição previdenciária passa necessariamente pela definição do momento em que se aperfeiçoa o seu fato gerador, assunto já discutido no item anterior.

Como se viu, prevalece na Justiça do Trabalho a tese de que o fato gerador não ocorre com a prestação dos serviços, de sorte que somente após o prazo fixado no bojo do processo judicial para recolhimento é que poderiam incidir os acréscimos legais.¹⁵⁶ O referido entendimento, conforme também já exposto no presente trabalho, baseia-se no art. 276, *caput*, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/1999, que determina o recolhimento das contribuições previdenciárias até o dia dois do mês seguinte ao da liquidação da sentença. Portanto, somente após o vencimento do prazo estabelecido pelo regulamento é que incidiriam acréscimos legais.

Já se teve oportunidade de afirmar que a estipulação da data do pagamento em nada se relaciona à ocorrência do fato gerador, tratando-se apenas de um prazo para recolhimento sob pena de execução forçada, não indicando, portanto, o momento da ocorrência do fato gerador ou o início de incidência dos acréscimos legais e defende-se que o aludido art. 276, *caput*, teria sido derogado pelo art. 43, § 3º da Lei 8.212/1991, de modo que o prazo de recolhimento não seria mais "no dia dois do mês seguinte ao da liquidação da sentença", mas sim "no mesmo prazo em que devam ser pagos os créditos encontrados em liquidação de sentença ou em acordo homologado."

Reafirmam-se aqui tais ideias, concluindo que a prestação dos serviços é fato gerador das contribuições previdenciárias e, portanto, deve-se reconhecer na Justiça do Trabalho que, após o dia vinte do mês seguinte à prestação de serviços, são devidos os acréscimos legais previstos no art. 35 da Lei nº 8.212/1991.

Portanto, andou bem o legislador da Lei nº 11.941/2009 que, ao incluir os §§ 2º e 3º ao art. 43 da Lei nº 8.212/1991, determinou que se considera "ocorrido o fato gerador das contribuições sociais na data da prestação do serviço" e que serão respeitadas "as alíquotas, limites máximos do salário-de-contribuição e acréscimos legais moratórios vigentes relativamente a cada uma das competências abrangidas" e que o pagamento deve ser efetuado em prazo idêntico ao estabelecido para pagamento dos "créditos encontrados em liquidação de sentença ou em acordo homologado", sob pena de execução forçada.

¹⁵⁶ Guilherme Guimarães Feliciano acusa ainda a "prática comum de não se exigir, nos acordos celebrados perante a Justiça do Trabalho, multas ou juros sobre o salário de contribuição discriminado em ata." (FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 91).

4. A FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO E AS DECISÕES SUJEITAS À EXECUÇÃO DE OFÍCIO

Após o estudo das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho, em que se buscou precisar a sua natureza jurídica, os seus elementos essenciais e as particularidades de sua cobrança na Justiça do Trabalho, cumpre dar um passo avante para analisar dois aspectos essenciais à definição do sentido e alcance do instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias no processo do trabalho.

Primeiramente, serão apresentadas as indagações sobre a existência de um título que dê suporte à execução das contribuições perante a Justiça do Trabalho e sobre a natureza desse título que se forma, ou seja, se é um título executivo judicial ou extrajudicial, de natureza administrativa.

Em sequência, será examinada a questão essencial à delimitação do mecanismo instituído pela Emenda Constitucional nº 20/1998, que é saber se o art. 114, VIII, da CF, alcança sentenças que não tenham provimentos condenatórios ou que, a despeito de possuírem provimentos desse jaez, possuam outros que não o sejam.

Superadas ambas as questões, entende-se que do ponto de vista objetivo restará delimitada a competência da Justiça do Trabalho para executar de ofício contribuições previdenciárias, permitindo que se possa tratar, no capítulo subsequente, de aspectos relativos à atuação das partes na execução de ofício das contribuições previdenciárias.

4.1. A FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO

Toda execução pressupõe um título executivo, conforme indica o brocardo jurídico *nulla executio sine titulo* e, portanto, é indispensável identificar que título está sujeito à denominada execução de ofício das contribuições previdenciárias e qual a sua natureza jurídica.

Paulo Gustavo de Amarante Merçon relembra a existência do princípio da tipicidade dos títulos executivos ou, em parêmia latina *nullus titulus sine lege*, o qual tem ínsita relação com os direitos e garantias fundamentais arrolados no art. 5º da CF, em especial o referido no inciso LIV, que assegura que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”, e o inciso LV, que estabeleceu que “aos

litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”¹⁵⁷ Sendo assim, pode-se afirmar com tranquilidade que, com exceção de autorizações constitucionais expressas de confisco¹⁵⁸, a excussão do patrimônio do indivíduo deve estar embasada em título executivo legal ou constitucionalmente previsto.

Não é por outra razão que o art. 586 do CPC prevê que “a execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.”

Tradicionalmente, a formação de títulos executivos para a execução de créditos tributários ocorre por uma das formas de lançamento descritas no Código Tributário Nacional (CTN), em seus artigos 147 a 150, as quais não serão examinadas no presente estudo por delimitações de enfoque. A própria CF faz menção ao instituto do lançamento ao estruturar os princípios gerais do sistema tributário nacional, ainda que não o defina (art. 146, III, *b*).

O referido instituto encontra-se conceituado no art. 142 do CTN:

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

¹⁵⁷ MERÇON, Paulo Gustavo de Amarante. A sentença trabalhista e o efeito anexo condenatório das contribuições previdenciárias. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette. (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho**: aspectos jurisprudenciais e doutrinários. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 79.

¹⁵⁸ A única hipótese hoje constitucionalmente autorizada é a do parágrafo único do art. 243 da CF: Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.

Diante da consolidação dessa forma de constituição do crédito tributário, tem-se indagado, desde o advento da Emenda Constitucional nº 20/1998, na execução de ofício, como ocorreria, propriamente, o fenômeno do lançamento tributário.

O assunto foi amplamente discutido em obras e artigos sobre o tema da execução de ofício das contribuições previdenciárias, mas ainda não se pode dizer que se encontra pacificado.

Chegou-se a defender, antes da regulamentação legal da disposição constitucional, que haveria necessidade de lançamento administrativo da contribuição previdenciária a ser executada de ofício. Nesse sentido manifestou-se Ary Fausto Maia, afirmando que a execução das contribuições previdenciárias dependeria de lançamento, “a ser realizado de forma obrigatória e vinculada, sob pena de responsabilidade funcional, pela autoridade administrativa competente, que não o Juiz, nem qualquer serventuário da Justiça do Trabalho.”¹⁵⁹

Tal entendimento foi superado pelo advento da regulamentação legal, que não fez qualquer menção à atuação de ente ou autoridade administrativa como condição para a execução de ofício das contribuições previdenciárias. No entanto, muito se discutiu desde então sobre a existência ou não do ato de lançamento pelo juiz ou pelo serventuário da justiça, qual o momento e quem seria o protagonista de tal ato. Para Carlos Victor Muzzi Filho, por exemplo, a decisão judicial, na hipótese da execução de ofício das contribuições previdenciárias, constitui ato de lançamento:

O conceito legal de lançamento tributário, posto no Código Tributário Nacional (art. 142), não é empecilho para que se atribua à autoridade judicial, no âmbito de determinado processo judicial, a atribuição de lançar o tributo. (...) A referência feita pela norma positiva à autoridade administrativa, muito antes de excluir a atribuição de tal mister a outras autoridades estatais, tem o objetivo de afirmar que o contribuinte não realiza o lançamento, que é, pois, atividade estatal, a ser realizada, não necessariamente pela autoridade administrativa, mas pela autoridade competente.¹⁶⁰

¹⁵⁹ MAIA, Ari Fausto. A inaplicabilidade da competência para a execução trabalhista das contribuições previdenciárias. **Revista LTr**, São Paulo, v. 64, n. 7, julho 2000, p. 882.

¹⁶⁰ MUZZI FILHO, Carlos Victor. A exigência pela Justiça do Trabalho de contribuição sobre a folha de pagamentos. In: COELHO, Sacha Calmon Navarro (Org.). **Contribuições para seguridade social**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

Entende-se que, em verdade, não acontece propriamente o lançamento previsto no art. 142 do CTN, ocorrendo a apuração do montante de forma anômala, como regra, por intermédio do processo de liquidação da sentença, em clara exceção ao sistema geral disciplinado pelo CTN.

Na execução de ofício das contribuições previdenciárias, todos os elementos estão contidos nos autos, e, como em qualquer processo, sob o julgamento do magistrado, forma-se um título executivo suficiente para execução. Não há atuação ou lançamento propriamente administrativo, ocorrendo a formação do título executivo diretamente em juízo, por expressa atribuição de competência constitucional.

É claro que no processo trabalhista se verificará “a ocorrência do fato gerador da obrigação”, determinar-se-á “a matéria tributável”, calcular-se-á “o montante do tributo devido” e será identificado “o sujeito passivo”, até porque sem isso não se poderia proceder a uma devida identificação da dívida, não sendo, em nosso entender, razão suficiente para que se conclua ser a decisão da Justiça do Trabalho um lançamento administrativo. Com efeito, as características de um processo, a começar pela relação triangular que se forma e pelos princípios que permeiam os atos processuais, não permitem que se equipare a atuação administrativa de cunho inquisitório à apuração que se procede em liquidação de sentença ou à própria prolação de sentença líquida ou homologatória de acordo.

É preciso ainda lembrar que o ato de lançamento não é um cerimonial indispensável à cobrança de um tributo, só é a sua principal forma. Existem outras formas de exigência de tributo diretamente em juízo, como ocorre com as taxas processuais, para as quais não se garante, igualmente, processo administrativo. Desse ângulo, não é tão inovadora a sistemática, apenas mais retumbante pelos valores que representa. É bom ressaltar, ademais, que não se pode subjugar norma constitucional, no caso o art. 114, VIII, às regras impostas por normas hierarquicamente inferiores, em especial a disciplina sobre o lançamento tributário contida no CTN.

Nesse sentido manifesta-se Paulo Cesar Baria de Castilho:

Uma análise superficial do art. 142 do CTN levará o intérprete desatento a defender a ideia equivocada de que somente o lançamento ensejará o nascimento do crédito tributário. Não é isso que a lei prevê. Diz ela, claramente, que crédito tributário oriundo de lançamento só pode ser feito naquelas condições, ou seja, pela autoridade administrativa competente.

Contudo, não prevê o referido texto legal que todo crédito tributário (e muito menos a execução fiscal) deve nascer de um lançamento feito pelo funcionário público vinculado ao Poder Executivo (...) Ora, se é possível ter crédito tributário sem lançamento, também é possível executá-lo. (...) E frise-se que, no momento da liquidação de sentença, é possível a apuração do valor devido no âmbito judicial, inclusive assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, não sendo imprescindível que haja prévio processo de apuração na esfera administrativa (...).¹⁶¹

Ressalte-se que não há prejuízo ao empregador contribuinte, pois, por ser uma apuração em processo judicial, ocorre sob a chancela do Judiciário, com imparcialidade e contraditório a ele inerentes, diferentemente do que se sucede no procedimento de constituição administrativa do crédito tributário, que contém esta etapa prévia de natureza preponderantemente inquisitiva, denominada de lançamento administrativo, e outra fase que consubstancia, aí sim, um profícuo filtro de legalidade, com contraditório e ampla defesa assegurados, que é o processo administrativo, instaurado se e quando o contribuinte impugnar o lançamento.¹⁶²

Como foi dito anteriormente, sempre houve tributos cobrados diretamente em juízo, como as taxas e emolumentos, os quais são decorrência direta da própria atividade jurisdicional e a prova de seu recolhimento constitui, inclusive, pressuposto recursal. Homero Batista Mateus da Silva lembra que tais tributos, assim como os honorários de advogado, de perito e de outros auxiliares da justiça, “podem e devem ser cobrados de ofício pelo juízo prolator da decisão ou responsável por sua execução.”¹⁶³

O que fez a Emenda Constitucional nº 20/1998 foi alargar a competência para um tributo, que, tal qual as taxas e emolumentos, decorre da decisão judicial e tem relação ínsita com os direitos do trabalhador segurado. A crítica verdadeiramente cabível é a de que, como a preocupação está centrada no recolhimento da contribuição, o mecanismo prestigia apenas o aspecto arrecadatório, sem haver um compromisso com a garantia dos

¹⁶¹ CASTILHO, Paulo César Baria de. **Execução de Contribuição Previdenciária pela Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 60-61.

¹⁶² O processo administrativo fiscal tem início com a impugnação do lançamento pelo contribuinte, conforme artigo 14 do Decreto nº 70.235/1972, *in verbis*:

Art. 14. A impugnação da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento.

¹⁶³ Lembra ainda o autor que tal foi feito para se admitir a cobrança do fundo de garantia, que possui natureza tributária, quando o demandante for a Caixa Econômica Federal, e caráter trabalhista, na hipótese de ser pleiteado pelo empregado em processo trabalhista. (SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de direito do trabalho aplicado**. Rio de Janeiro: Campus, 2010, v. 8, p. 99).

direitos sociais do trabalhador segurado, como já afirmado na introdução do trabalho e como se terá a oportunidade de abordar mais atentamente no último capítulo.

Além da questão relativa ao lançamento tributário, é preciso considerar que, regra geral, o tributo, após o lançamento e em caso de inadimplemento por parte do contribuinte, é judicialmente cobrado via execução de um título executivo extrajudicial, a Certidão de Dívida Ativa, prevista no parágrafo único do art. 202 do Código Tributário Nacional e no § 6º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais). A referida certidão não é senão a representação da denominada dívida ativa, conceituada no *caput* do art. 2º da Lei nº 6.830/1980 e nos artigos 201 e 202 do CTN, constituindo título executivo que poderá embasar a execução fiscal e, conseqüentemente, permitir a excussão do patrimônio do contribuinte. Assim, questiona-se, no caso da execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho, qual título seria executado, pois não existe Certidão de Dívida Ativa representativa do tributo a ser executado.

Ademais, por força dessas prescrições de natureza tributária, discute-se se a execução de ofício das contribuições previdenciárias é efetuada com base em título executivo judicial ou extrajudicial. Por razões de coerência lógica, aqueles que entendem que a atuação do magistrado ou do serventuário da justiça em relação à execução de ofício é de natureza administrativa, concluirão que se formará um título de natureza administrativa, assim como aqueles que compreendem como sendo de índole jurisdicional tal atuação, acabarão por afirmar que se constituirá um título executivo judicial.

Guilherme Guimarães Feliciano afirma a natureza administrativa do título executivo fiscal¹⁶⁴ e Salvador Franco de Lima Laurino, indo além, lembra que a Administração possui a prerrogativa de constituir unilateralmente um título executivo, sendo “a única hipótese do elenco do art. 585 do CPC a excepcionar a regra geral da formação negocial dos títulos extrajudiciais.”¹⁶⁵ Nesse sentido, aduz que sequer haveria interesse de agir no pleito de formação de um título executivo judicial.

Edilton Meireles atesta, igualmente, a natureza administrativa do título executivo, pois para a formação de título judicial seria indispensável a presença do credor e do devedor da obrigação na relação jurídica processual. Reduz a competência jurisdicional

¹⁶⁴ FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 28.

¹⁶⁵ LAURINO, Salvador Franco de Lima. A Emenda nº 20/98 e os limites à aplicação do § 3º do art. 114 da Constituição da República: a conformidade com o devido processo legal. **Revista LTr: Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 36, n. 25, 2000, p. 127.

a ponto de compará-la à situação de o juiz condenar o vencido em ação trabalhista a pagar custas processuais:

Ao fixar o valor sobre o qual incidirão as custas, o juiz não está sentenciando, isto é, exercendo sua função jurisdicional, mas, sim, apenas cumprindo uma de suas muitas funções anômalas, de cunho administrativo. Está, em outras palavras, cumprindo uma das etapas necessárias ao lançamento tributário.”¹⁶⁶

Sérgio Pinto Martins também entende não haver propriamente título executivo para a União na medida em que o assunto julgado só atinge as partes (art. 472 do CPC).¹⁶⁷ Mas, defende que se forma a liquidez e a certeza na execução da sentença trabalhista quando a discussão for ampliada e cotejar fato gerador, base de cálculo, alíquota, montante, entre outros. Aduz, ainda, que o instituto é uma aberração jurídica, mas presente na Constituição.¹⁶⁸

Posição curiosa sustenta José Eduardo de Resende Chaves Júnior, para quem o mecanismo instituiu um *tertium genus* híbrido de título executivo, alterando a dicotomia clássica prevista pelo art. 583 do CPC entre título executivo judicial e extrajudicial, ao qual denomina título executivo judiciário.¹⁶⁹ Para este autor, tal título nasce com a decisão que reconhece a existência de um fato gerador e se aperfeiçoa no momento em que os serviços judiciários procedem ao lançamento tributário. Já se teve oportunidade de expor o entendimento de que não há que se falar em lançamento do crédito tributário, pois a própria CF conferiu competência direta para a execução de ofício. Sendo assim, a tese não parece sustentável.

Novamente, o procedimento mostra-se anômalo quando comparado à forma usual de cobrança de tributos. Entende-se que não há que se falar em pleito ou ação para a formação do título executivo judicial, pois este decorre de imposição constitucional, sendo

¹⁶⁶ MEIRELES, Edilton. **Temas da execução trabalhista**. São Paulo: LTr, 1998, p. 86-89.

¹⁶⁷ No mesmo sentido, SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira. Não-auto-aplicabilidade do parágrafo 3º, do art. 114, da CF, introduzido pela EC n. 20/98. **Revista LTr: Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 36, n. 10, 2000, p. 41-48.

¹⁶⁸ MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 13.

¹⁶⁹ CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. Perfil da novel competência fiscal trabalhista – natureza do título que funda a execução fiscal na Justiça do Trabalho. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho**: aspectos jurisprudenciais e doutrinários. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 30.

prescindível a atuação administrativa ou qualquer outro ato volitivo para que se forme a eficácia executória em relação às contribuições previdenciárias.

No caso da execução de ofício das contribuições previdenciárias, tanto a sentença de homologação de acordo quanto a líquida e a de liquidação, após o trânsito em julgado, constituem título executivo hábil para que a União execute as contribuições previdenciárias.

Este foi o posicionamento do STJ, no Conflito de Atribuição nº 88 (99/0089929-6), publicado no DJU de 13/11/2000. A Ministra Eliana Calmon, em seu voto, manifestou-se no seguinte sentido:

quando disse o legislador constitucional que a execução das contribuições sociais decorrentes das suas sentenças seriam *ex officio*, automaticamente, dispensou a certidão de dívida ativa e legitimou, como título executivo judicial, pronunciamento que, anteriormente, não o era (...) Com a ordem constitucional, surge no Direito Brasileiro um título judicial que deve ser prestigiado pela Justiça, que hoje teve competência ampliada para promover a cobrança de débitos previdenciários (...)¹⁷⁰

Também nesse sentido, Eduardo Gabriel Saad afirma que “a sentença, prolatada na reclamatória trabalhista, na qual se consigna o crédito previdenciário, será o título executivo judicial em ação distinta.”¹⁷¹ Deveras, conforme o art. 301, § 2º, do CPC¹⁷², a rigor, a execução das contribuições previdenciárias, ainda que tramite nos mesmos autos¹⁷³, constitui ação distinta daquela do processo de conhecimento e mesmo do processo de execução das demais matérias, não só por ostentar pretensão própria, mas

¹⁷⁰ Com entendimento semelhante: MERÇON, Paulo Gustavo de Amarante. A sentença trabalhista e o efeito anexo condenatório das contribuições previdenciárias. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 86: “Na verdade, o *título executivo* das contribuições previdenciárias mencionadas no texto constitucional em exame é a própria *sentença trabalhista*, em seu *efeito anexo condenatório*.”

¹⁷¹ SAAD, Eduardo Gabriel. Temas Trabalhistas. In: **LTr Suplemento Trabalhista**, n. 022/99, p. 106-107. No mesmo sentido, SUAIKEN, Chede Domingos. **A decadência das contribuições previdenciárias no âmbito das execuções instauradas pela Justiça do Trabalho**. 2010. 155p. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais: Direito Previdenciário), PUC-SP, São Paulo, p. 116.

¹⁷² CPC, art. 301, § 2º:

Art. 301. (...)

(...)

§ 2º Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

¹⁷³ Antes da regulamentação legal do instituto, alguns Tribunais chegaram a prever a formação de autos apartados. Nesse sentido foram os Provimentos do Rio Grande do Sul (Provimento n. 208/1999) e do Rio Grande do Norte (Provimento n. 4/1999).

também porque as partes na execução das contribuições previdenciárias não são as mesmas do processo de conhecimento.

O art. 472 do CPC¹⁷⁴ dispõe que a coisa julgada só alcança as partes, não prejudicando, nem beneficiando terceiros, mas, na verdade, “a eficácia natural da sentença pode vir a prejudicar interesses de terceiros, que podem recorrer, ainda quando não alcançados pelos efeitos da coisa julgada.”¹⁷⁵ Apesar da regra do art. 472 do CPC ainda prevalecer, ao menos em matéria de ações e direitos individuais, tendo em vista que as relações jurídicas, “em si mesmas, são entrelaçadas e encadeadas”, não raras vezes o sistema é excepcionado.¹⁷⁶ A seguir, passa-se a analisar se este é o caso das execuções de ofício das contribuições previdenciárias no processo do trabalho.

No caso de a execução basear-se no acordo homologado, a intervenção da União dá-se após o decisório de homologação, mas antes que a decisão sobre incidência ou não de contribuições previdenciárias possa ser considerada definitiva.¹⁷⁷ Deveras, o art. 832, § 4º, da CLT, que trata especificamente das decisões homologatórias de acordos com parcela indenizatória, determina que a União seja intimada por via postal, “sendo-lhe facultado interpor recurso relativo às contribuições que lhe forem devidas.” Portanto, o título executivo, para as partes, forma-se com a homologação do acordo, mas, relativamente ao crédito previdenciário, somente se pode falar em constituição definitiva do título executivo após o cumprimento do aludido dispositivo e o julgamento de recurso, caso interposto.

Se a execução estiver embasada em sentença líquida, esta indicará “a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição

¹⁷⁴ CPC:

Art. 472. A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.

¹⁷⁵ FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 64.

¹⁷⁶ WAMBIER, Luiz Rodrigues. In: WAMBIER, L. R. (Coord.); TALAMINI, Eduardo; ALMEIDA, Flávio Correia de. **Curso avançado de processo civil** – Teoria geral do processo de conhecimento. 9. ed. São Paulo: Editora LTr, 2007, v. 1, p. 257.

¹⁷⁷ CLT:

Art. 831 - A decisão será proferida depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação. Parágrafo único. No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas. (Redação dada pela Lei nº 10.035, de 25/10/2000)

previdenciária”¹⁷⁸ e a União, após ser intimada da sentença, poderá, igualmente, interpor recurso relativo às contribuições, conforme autoriza o art. 832, § 5º, da CLT.

Assim, verifica-se que tanto na hipótese de acordo homologado judicialmente quanto no caso de ser proferida sentença líquida, a intervenção da União se dará antes da consolidação definitiva do título que se forma em seu favor, de sorte que haverá, sim, título executivo judicial para a União, que participou do processo, ainda que com atuação acanhada.

Mais complexa, no entanto, é a formação do título executivo judicial para a União, quando for proferida sentença ilíquida e, portanto, houver necessidade de sua liquidação.

Nas condenações ao cumprimento de obrigação de dar quantia certa “quase sempre a decisão que se executa, embora certa quanto ao seu objeto, não traz os valores devidos de forma líquida.”¹⁷⁹ Assim, inicia-se uma fase, um “conjunto de atos processuais necessários para aparelhar o título executivo, que possui certeza, mas não liquidez à execução que se seguirá.”¹⁸⁰

Cândido Rangel Dinamarco conceitua a liquidação de sentença como a “atividade jurisdicional cognitiva destinada a produzir a declaração do *quantum debeatur* ainda não revelado quanto à obrigação a que o título executivo se refere.”¹⁸¹ Quanto a sua natureza jurídica, a doutrina majoritária a reconhece como exercício do direito de ação e, nessa medida, uma ação autônoma dentro do processo de execução.¹⁸²

É nessa fase ou nessa ação de fixação do *quantum debeatur* faltante à sentença que se inicia a intervenção da União para a execução das contribuições previdenciárias. Com efeito, nos termos do art. 879, § 3º, da CLT, após a elaboração da “conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias.” A partir de então, a União passa a ser parte do processo quanto à ação de liquidação¹⁸³, com uma participação menos estreita que aquela verificada na hipótese de homologação de acordo ou de prolação de sentença já líquida. Após tal manifestação e resolvidas as demais questões atinentes à liquidação, será proferida sentença de liquidação, a qual poderá ser atacada por embargos à

¹⁷⁸ Art. 832, § 4º, da CLT.

¹⁷⁹ MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Execução da sentença no processo de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 17.

¹⁸⁰ Id., Ibid., p. 17.

¹⁸¹ DINAMARCO. Cândido Rangel. **Execução civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 559-560.

¹⁸² Id., Ibid., p. 520-527.

¹⁸³ Ver-se-á mais detalhadamente a figura processual que assume a União na execução de ofício das contribuições previdenciárias no item 5.1. do presente estudo.

execução pelo devedor ou mesmo por impugnação à sentença de liquidação pelo credor, no caso, a União.

Por fim, nas hipóteses legais de dispensa de ciência e manifestação da União (art. 832, § 7º, e art. 879, § 5º, ambos da CLT), realmente não se poderá cogitar da formação de um título executivo judicial, pois não há participação do credor ou sujeito ativo do tributo¹⁸⁴, sendo a execução um mero consectário da sentença, tal como ocorre com as custas processuais não pagas, na forma do art. 790, § 2º, da CLT, que determina que, “no caso de não-pagamento das custas, far-se-á execução da respectiva importância.”

Assim, conclui-se que, excepcionadas as hipóteses legais de dispensa de ciência e manifestação da União, há sempre a participação da União no processo do trabalho e, portanto, forma-se, legitimamente, título executivo em seu favor, havendo, igualmente, oportunidade de manifestação e impugnação por parte dos devedores, razão pela qual não há qualquer ofensa às regras processuais consagradas.

4.2. A SENTENÇA DECLARATÓRIA E A EXECUÇÃO DE OFÍCIO

Conforme art. 162, § 1º, do CPC, a “sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269” do mesmo *Codex*, sendo que no art. 267 estão previstos os casos de extinção do processo sem resolução do mérito, ou seja, das sentenças denominadas pela doutrina de terminativas, e no art. 269 as hipóteses de resolução de mérito, quais sejam, das sentenças definitivas. Tal conceito legal é aplicável ao processo do trabalho em razão da omissão da CLT (art. 769).

Mas, além da classificação entre sentenças terminativas e definitivas, costuma-se categorizar as sentenças com base em sua eficácia preponderante ou seus efeitos¹⁸⁵, atribuindo-se nome semelhante à ação que busca provimento de tal jaez.¹⁸⁶ Fala-se, então, em sentença ou ação de cunho declaratório, constitutivo ou condenatório.

As ações de natureza declaratória objetivam a afirmação ou negação de algo juridicamente relevante, tornando indiscutível a existência, a inexistência ou a natureza de determinada relação jurídica, daí alguns denominá-las de ações de acerto.¹⁸⁷

¹⁸⁴ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 222.

¹⁸⁵ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 360.

¹⁸⁶ LEITE, Ibid., p. 534.

¹⁸⁷ Id., Ibid., p. 534.

Conforme art. 4º do CPC, o interesse do autor pode limitar-se à mera declaração, seja da existência ou da inexistência de relação jurídica, seja da autenticidade ou falsidade de documento.

Já nas ações de cunho constitutivo, o decisório buscado cria, extingue ou modifica relação jurídica, como no processo de anulação de casamento. No processo do trabalho, tem-se como exemplo a ação com pedido de rescisão indireta do contrato de trabalho (art. 483 da CLT¹⁸⁸) e a ação com pedido de resolução do contrato de trabalho do empregador portador de estabilidade ou garantia no emprego.¹⁸⁹

Por fim, existem as ações condenatórias, por intermédio das quais se busca não só o reconhecimento de um direito violado, mas também constrangimento à satisfação da obrigação em caso de renitência no descumprimento.¹⁹⁰ Ressalte-se que, mesmo a decisão proferida em ações de outra natureza comumente contém provimentos condenatórios, tais como a condenação à parte sucumbente a pagar despesas processuais, como custas, honorários advocatícios e honorários periciais.¹⁹¹

¹⁸⁸ CLT:

Art. 483 - O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

- a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;
- b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;
- c) correr perigo manifesto de mal considerável;
- d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;
- e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;
- f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

§ 1º - O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.

§ 2º - No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.

§ 3º - Nas hipóteses das letras "d" e "g", poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo. (Incluído pela Lei nº 4.825, de 5/11/1965)

¹⁸⁹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 534-535.

¹⁹⁰ Pontes de Miranda ainda menciona as ações mandamentais e as executivas lato sensu. Não se enveredará pelo estudo da classificação mais adequada ou correta, pois a questão não importa aos objetivos do estudo. Ademais, o próprio autor reconhece que não há sentenças ou ações puras: *Não há nenhuma ação, nenhuma sentença, que seja pura. Nenhuma é somente declarativa. Nenhuma é somente constitutiva. Nenhuma é somente condenatória. Nenhuma é somente mandamental. Nenhuma é somente executiva.* (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao código de processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1974, v. 1, p. 222).

¹⁹¹ LEITE, Ibid., p. 535.

Com base em tal classificação, parte da doutrina e da jurisprudência sustenta que a competência da Justiça do Trabalho para executar contribuições previdenciárias se restringiria às sentenças propriamente condenatórias.

Antes de adentrar no mérito da questão, é preciso ainda ressaltar que a função declaratória está presente em toda e qualquer modalidade de provimento dito cognitivo, sendo inerente ao próprio exercício da jurisdição.¹⁹² No entanto, quando se indaga sobre a possibilidade de se executar de ofício sentenças declaratórias, não se está referindo a esta carga declaratória mínima inerente a toda e qualquer sentença, mas sim às sentenças que vão além em sua carga declaratória, reconhecendo a existência ou a inexistência de relação jurídica, ou mesmo a autenticidade ou falsidade de documento.

Quanto às sentenças constitutivas, parece-nos que, na Justiça do Trabalho, sempre se fixará uma condenação correspondente, de sorte que naturalmente serão executadas as contribuições previdenciárias que dela decorrerem. É o caso da ação que julga procedente pedido de rescisão indireta de contrato de trabalho (art. 483 da CLT) ou da ação que reconhece a equiparação salarial e, nessa medida, constitui nova relação jurídica. Em tais ações, sempre haverá pedido de condenação no pagamento das verbas rescisórias e das diferenças salariais, respectivamente.¹⁹³ De todo modo, as justificativas e conclusões quanto ao alcance da competência constitucional à sentença declaratória seriam as mesmas a justificar o alcance às sentenças constitutivas, ainda que despidas de outro provimento de cunho condenatório.

É claro que há uma infinidade de pedidos diversos nos milhões de ações que tramitam em toda a Justiça do Trabalho, mas, basicamente, é preciso dar respostas às seguintes indagações:

- a) da declaração que não foi objeto da ação - pedido do autor - e, portanto, não consta do dispositivo da sentença, decorrem contribuições previdenciárias?
- b) da declaração objeto da ação e, portanto, constante do dispositivo da sentença, decorrem contribuições previdenciárias?

¹⁹² YARSHELL, Flávio Luiz. **Tutela jurisdicional** 1. ed. 2ª tiragem. São Paulo: Atlas, 1999, p. 143.

¹⁹³ Em outros casos, simplesmente não decorreriam contribuições previdenciárias, como na hipótese de sentença que julga procedente ação de inquérito para apuração de falta grave promovida em face de empregado estável (art. 494 e 853 da CLT).

Quanto à primeira questão, relativa à declaração que não foi objeto da ação, de pedido do autor e que, portanto, não deve constar do dispositivo da sentença, é forçoso reconhecer que não decorrem contribuições previdenciárias.

Conforme determinam os artigos 469 e 470 do CPC, aplicáveis ao processo do trabalho por força do art. 769 da CLT, não fazem coisa julgada: (i) os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença; (ii) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença; (iii) e a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo, cuja resolução não foi requerida pela parte.

Tudo isso, a despeito de constar da sentença, é passível de discussão em outro processo, não constituindo provimento suscetível de execução, de sorte que de tais considerações da sentença não decorrem contribuições previdenciárias a serem executadas na Justiça do Trabalho. Quando muito, os fatos ali reconhecidos podem ser objeto de comunicação para a apuração do crédito tributário pelo órgão correspondente.

Cite-se como exemplo a situação de o empregado com CTPS anotada ajuizar reclamação tendo como único pedido o pagamento de parcelas trabalhistas. Nessa hipótese, ainda que conste na motivação da sentença que foi apurado, por exemplo, que a reclamada nunca recolheu contribuições previdenciárias, a Justiça do Trabalho somente tem competência material para exigir o recolhimento das contribuições previdenciárias que incidam sobre parcelas que foram objeto de condenação e nunca daquelas que incidam sobre o restante da remuneração ou de outro período, não pleiteado.

Portanto, pode-se afirmar que sempre que a questão não for decidida por sentença, vale dizer, não fizer coisa julgada, pode até haver contribuições não recolhidas, mas isso será discutido em outro processo, perante outro ramo do Poder Judiciário, sendo que a Justiça do Trabalho não terá competência para analisar a questão, tampouco para executar as contribuições previdenciárias.

Avançando para a questão seguinte, e partindo da análise constitucional, é preciso perquirir se da expressão “decorrentes das sentenças que proferir” (art. 114, III, da CF) extrai-se uma exclusão quanto ao alcance do instituto às sentenças declaratórias.

Antes da regulamentação legal do instituto, o TST entendia que competia à Justiça do Trabalho a execução das contribuições previdenciárias incidentes sobre as parcelas integrantes do salário de contribuição, “pagas em virtude de contrato, ou de emprego reconhecido em juízo, ou decorrentes de anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), objeto de acordo homologado em juízo.” Tal atribuição foi

regulamentada pela Orientação Jurisprudencial nº 141 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1), inserida em 27 de novembro de 1998 e posteriormente incorporada pela Súmula nº 368 do mesmo tribunal.

Entretanto, esse entendimento foi superado, no ano de 2005, quando se alterou o teor da referida Súmula e passou-se a afirmar que a competência da Justiça do Trabalho quanto à execução das contribuições previdenciárias limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que a Justiça do Trabalho proferir, e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.¹⁹⁴

A polêmica continuou existindo, sendo levada a questão ao STF. Em decisão de 11 de setembro de 2008, publicada em 29 de setembro do mesmo ano, cujo acórdão somente foi publicado em 12 de dezembro de 2008, ficou decidido que não compete à Justiça do Trabalho executar de ofício as contribuições decorrentes de decisões que apenas declarem a existência de vínculo empregatício. Assim, deve haver condenação ou acordo quanto ao pagamento para que incida a disposição do art. 114, VIII, da CF. Também ficou decidido que seria elaborada súmula vinculante sobre o tema, ainda não editada, muito provavelmente em razão da pendência de julgamento de Embargos de Declaração.

A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário nº 569.056, interposto pelo INSS contra decisão do TST baseada na aludida Súmula nº 368. Foi negada a pretensão do INSS de que também houvesse a incidência da competência executória quanto às decisões que reconhecessem a existência de vínculo trabalhista.¹⁹⁵

¹⁹⁴ SUM-368 DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS. COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO. FORMA DE CÁLCULO (inciso I alterado) - Res. 138/2005, DJ 23, 24 e 25/11/2005: I. A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário-de-contribuição. (ex-OJ nº 141 da SBDI-1 - inserida em 27/11/1998)

II. É do empregador a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, resultante de crédito do empregado oriundo de condenação judicial, devendo incidir, em relação aos descontos fiscais, sobre o valor total da condenação, referente às parcelas tributáveis, calculado ao final, nos termos da Lei nº 8.541, de 23/12/1992, art. 46 e Provimento da CGJT nº 01/1996. (ex-OJs nºs 32 e 228 da SBDI-1 - inseridas, respectivamente, em 14/03/1994 e 20/06/2001)

III. Em se tratando de descontos previdenciários, o critério de apuração encontra-se disciplinado no art. 276, §4º, do Decreto nº 3.048/1999 que regulamentou a Lei nº 8.212/1991 e determina que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário-de-contribuição. (ex-OJs nºs 32 e 228 da SBDI-1 - inseridas, respectivamente, em 14/03/1994 e 20/06/2001)

¹⁹⁵ No mesmo sentido: **STF**, AI 760826-AgR, 2ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, DJe 12/02/2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **STF**, AI 757321-AgR, 1ª Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 06/08/2010. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **STF**, RE 560930-AgR, 1ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe 20/02/2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

O INSS, hoje substituído em casos análogos pela União, em razão da já aludida Lei nº 11.457/2007, alegava ofensa ao art. 114, VIII, da CF, que visou maior celeridade à execução das contribuições previdenciárias, e atribuiu competência ao juízo trabalhista, que, após proferir sentenças, fossem elas homologatórias, condenatórias ou declaratórias, poderiam dar prosseguimento à execução das contribuições previdenciárias delas decorrentes. Aduziu, igualmente, que a obrigação de recolher contribuições previdenciárias ocorre, na Justiça do Trabalho, não apenas quando há pagamento de remunerações, mas também quando se reconhecem os serviços prestados, independentemente de vínculo trabalhista.

Como se disse, concluiu-se no julgamento do recurso que a competência da Justiça do Trabalho restringe-se às sentenças condenatórias em pecúnia e aos acordos homologados. Em seu voto, o relator do Recurso Extraordinário, ex-Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, expôs que:

(...) entender possível a execução de contribuição social desvinculada de qualquer condenação, de qualquer transação, seria consentir com uma execução sem título executivo, já que a sentença de reconhecimento do vínculo, de carga predominantemente declaratória (no caso, de existência de vínculo trabalhista), não comporá execução que origine o seu recolhimento.

Como visto no item anterior, há título executivo a embasar a execução de ofício das contribuições previdenciárias, razão pela qual não se adere a tal posicionamento. Ademais, o art. 114, VIII, da CF, não impõe qualquer restrição à natureza das sentenças sujeitas à execução de ofício, não elegendo que a contribuição deva decorrer de sentença com obrigação de pagar. Aliás, sequer faz menção à condenação, de sorte que toda e qualquer remuneração reconhecida em sentença e sujeita à incidência de contribuição previdenciária fará incidir a competência executória, independentemente de haver condenação ao pagamento.¹⁹⁶ Não encerra o dispositivo constitucional cláusula geral ou conceito jurídico indeterminado, “que contêm termos ou expressões de textura aberta,

¹⁹⁶ CANCELLA, Carina Bellini; FAVA, Marcos Neves. Efetividade da jurisdição trabalhista e recolhimentos previdenciários: crítica à revogação da Súmula nº 368 do Tribunal Superior do Trabalho. **Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola da Magistratura da 15ª Região**, São Paulo, v. 2, n. 6, nov. 2006, p. 312. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/35279>>. Acesso em: 9 abr. 2010.

dotados de plasticidade, que fornecem um início de significação a ser complementado.”¹⁹⁷ É uma expressão com significação própria e ampla, não cabendo restringi-la.

Paulo Gustavo de Amarante Merçon, no mesmo sentido, lembra que “é princípio de hermenêutica: onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo”, razão pela qual conclui ser incabível qualquer interpretação restritiva, até porque nada impede, como visto, que a lei atribua às sentenças meramente declaratórias efeitos condenatórios, exemplificando isso com a condenação em custas, “que pode decorrer de sentença meramente declaratória, como a que julga improcedente o pedido.”¹⁹⁸ Ora, se nada impede à lei atribuir efeitos condenatórios, tanto mais a Constituição. Ressalte-se que a competência foi atribuída por Emenda Constitucional, pois se trata de exceção à regra, já esculpida na própria Constituição, de que compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes” (art. 109, I).

No caso, a Constituição elegeu como critério definidor da competência o documento de que decorrem as contribuições - “sentenças que proferir” - e não a sua espécie - sentença condenatória, declaratória, constitutiva, etc.. Conforme Sérgio Pinto Martins, a CF não fez distinções entre a natureza da sentença a ser proferida, não havendo como sustentar o entendimento de que a competência da Justiça do Trabalho seria restrita aos casos de sentenças condenatórias.¹⁹⁹ Portanto, em nível constitucional não nos parece aceitável argumentar a intangibilidade das sentenças declaratórias, como decidido pelo STF.

Outrossim, a interpretação do dispositivo tem que ser feita a partir da própria Constituição para o plano infraconstitucional, e não o contrário, sob pena de reduzir a força normativa da carta política. A execução de ofício, como será visto mais pormenorizadamente no último capítulo, acaba por reconhecer a filiação do trabalhador segurado ao sistema de previdência social idealizado na CF, tendo por consequência não só o dever de recolhimento de contribuições previdenciárias, mas também o direito deste

¹⁹⁷ BARROSO, Luiz Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)**, Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 9, março/abril/maio 2007, p. 9. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>. Acesso em: 06/09/2010.

¹⁹⁸ MERÇON, Paulo Gustavo de Amarante. A sentença trabalhista e o efeito anexo condenatório das contribuições previdenciárias. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, p. 96-97.

¹⁹⁹ MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 34.

trabalhador segurado de ter reconhecidos os dados constantes na sentença e que serviram de base para a execução de ofício das contribuições previdenciárias também para fins de obtenção de prestações previdenciárias

Destarte, envolvendo um direito social fundamental, a sua interpretação, ensina Konrad Hesse, tem significado decisivo para a consolidação e preservação da força normativa da Constituição, de forma que a interpretação constitucional deve submeter-se ao princípio da ótima concretização da norma. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não é possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição.²⁰⁰

A Constituição figura hoje no centro do sistema jurídico, de onde irradia sua força normativa, dotada de supremacia formal e material. Funciona, assim, não apenas como parâmetro de validade para a ordem infraconstitucional, mas também como vetor de interpretação de todas as normas do sistema.²⁰¹

Assim, não há que se aceitar também qualquer tipo de redução do campo de incidência do instituto pela regulamentação legal. Tampouco cabe ao próprio Judiciário restringir, subjugar as competências constitucionalmente outorgadas. Sérgio Pinto Martins, ao afirmar a competência da Justiça do Trabalho para a execução de ofício quanto às sentenças declaratórias, fundamenta tal posição no princípio da máxima eficácia da norma constitucional.²⁰² Referindo-se ao princípio da “eficiência” ou da “interpretação efectiva”, Canotilho descreve-o como:

um princípio operativo em relação a todas e quaisquer normas constitucionais, e embora a sua origem esteja ligada à tese da atualidade das normas programáticas (THOMA), é hoje sobretudo invocado no âmbito dos direitos fundamentais (no caso de dúvidas deve preferir-se a interpretação que reconheça maior eficácia aos direitos fundamentais).²⁰³

²⁰⁰ HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1991, p. 22.

²⁰¹ BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)**, Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 9, março/abril/maio 2007, p. 21. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>> Acesso em: 06/09/2010.

²⁰² Id., Ibid., p. 21.

²⁰³ CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003, p. 1.224.

Por força de tal princípio, em reforço ao que se aduziu, ainda que se admitisse a possibilidade de redução ou restrição do alcance da norma constitucional²⁰⁴, “há um limite para o dimensionamento acometido ao legislador ordinário; não pode ele, a pretexto de regulamentá-la, fazer vistas grossas à sua teleologia ou ao seu texto.”²⁰⁵ Nesse sentido, não parece acertado o entendimento de que, “ante a dimensão que a lei ordinária imprime à norma constitucional”, dos “créditos previdenciários reconhecidos, *incidenter tantum*, em sentenças trabalhistas *sem qualquer carga condenatória*”²⁰⁶, não poderiam decorrer contribuições previdenciárias a serem executadas perante a Justiça do Trabalho.

O Decreto nº 4.032/2001 alterou o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999, disciplinando a questão e deixando expresso o entendimento da Administração de que se incluíam na competência constitucionalmente estabelecida as contribuições previdenciárias decorrentes de sentenças declaratórias proferidas pela Justiça do Trabalho.²⁰⁷ Pelo Decreto, reconhecido o vínculo, ainda que o

²⁰⁴ Guilherme Guimarães Feliciano entende que se trata de norma de eficácia contida, que são aquelas normas constitucionais que produzem efeitos desde sua entrada em vigor, mas a lei pode vir a restringir o exercício dos direitos dela decorrentes. (FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2002, p. 86, 89 e 100).

²⁰⁵ Id., Ibid., p. 100.

²⁰⁶ Id., Ibid., p. 89.

²⁰⁷ RPS:

Art. 276. Nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, o recolhimento das importâncias devidas à seguridade social será feito no dia dois do mês seguinte ao da liquidação da sentença.

§ 1º No caso do pagamento parcelado, as contribuições devidas à seguridade social serão recolhidas na mesma data e proporcionalmente ao valor de cada parcela.

§ 2º Nos acordos homologados em que não figurarem, discriminadamente, as parcelas legais de incidência da contribuição previdenciária, esta incidirá sobre o valor total do acordo homologado.

§ 3º Não se considera como discriminação de parcelas legais de incidência de contribuição previdenciária a fixação de percentual de verbas remuneratórias e indenizatórias constantes dos acordos homologados, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º A contribuição do empregado no caso de ações trabalhistas será calculada, mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário-de-contribuição.

§ 5º Na sentença ou acordo homologado, cujo valor da contribuição previdenciária devida for inferior ao limite mínimo permitido para recolhimento na Guia da Previdência Social, é autorizado o recolhimento dos valores devidos cumulativamente com as contribuições normais de mesma competência. (Incluído pelo Decreto nº 4.032, de 2001)

§ 6º O recolhimento das contribuições do empregado reclamante deverá ser feito na mesma inscrição em que são recolhidas as contribuições devidas pela empresa. (Incluído pelo Decreto nº 4.032, de 2001)

§ 7º Se da decisão resultar reconhecimento de vínculo empregatício, deverão ser exigidas as contribuições, tanto do empregador como do reclamante, para todo o período reconhecido, ainda que o pagamento das remunerações a ele correspondentes não tenha sido reclamado na ação, tomando-se por base de incidência, na ordem, o valor da remuneração paga, quando conhecida, da remuneração paga a outro empregado de categoria ou função equivalente ou semelhante, do salário normativo da categoria ou do salário mínimo mensal, permitida a compensação das contribuições patronais eventualmente recolhidas. (Incluído pelo Decreto nº 4.032, de 2001)

§ 8º Havendo reconhecimento de vínculo empregatício para empregado doméstico, tanto as contribuições do segurado empregado como as do empregador deverão ser recolhidas na inscrição do trabalhador. (Incluído pelo Decreto nº 4.032, de 2001)

pagamento das remunerações a ele correspondentes não tivesse sido reclamado na ação, deverão ser exigidas as contribuições previdenciárias, conforme o art. 276, § 7º. Em outros termos, não seria sequer necessário o pleito condenatório pelo reclamante, bastando que o magistrado reconhecesse qualquer período de vínculo cujo recolhimento de contribuições previdenciárias esteja descoberto.

Posteriormente, aquilo que estava estampado em nível regulamentar passou ao plano legal. A Lei nº 11.457/2007, ao alterar o art. 876 da CLT, dispôs que seriam executadas inclusive as contribuições sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.

No entanto, diversos autores têm entendimento semelhante ao do STF, que nega a possibilidade de execução de ofício de contribuições previdenciárias decorrentes de sentenças ou capítulos de sentenças meramente declaratórios.²⁰⁸

Carlos Henrique Bezerra Leite afirma que “débitos previdenciários, que deveriam ter sido recolhidos durante a vigência do contrato de trabalho e que não integram a sentença trabalhista, continuam sob a alçada da Justiça Federal.”²⁰⁹

No mesmo sentido, João Oreste Dalazen, após admitir que a Constituição não explicita a natureza jurídica das sentenças abarcadas pela execução de ofício, entende que o § 3º do art. 832 da CLT, por pressupor “a discriminação da natureza jurídica das parcelas”, estaria estabelecendo, implicitamente, que somente a sentença condenatória se sujeitaria à execução de ofício.²¹⁰ Entretanto, não pode a legislação ordinária reduzir competência constitucionalmente outorgada a determinado ramo do Poder Judiciário, como visto anteriormente.

A inteligência do dispositivo invocado, ademais, é outra. A despeito de determinar a indicação da “natureza final jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento

§ 9º É exigido o recolhimento da contribuição previdenciária de que trata o inciso II do art. 201, incidente sobre o valor resultante da decisão que reconhecer a ocorrência de prestação de serviço à empresa, mas não o vínculo empregatício, sobre o valor total da condenação ou do acordo homologado, independentemente da natureza da parcela e forma de pagamento. (Incluído pelo Decreto nº 4.032, de 2001)

Art. 277. A autoridade judiciária deverá velar pelo fiel cumprimento do disposto no art. anterior, executando, de ofício, quando for o caso, as contribuições devidas, fazendo expedir notificação ao Instituto Nacional do Seguro Social, para dar-lhe ciência dos termos da sentença, do acordo celebrado ou da execução.

Parágrafo único. O Instituto Nacional do Seguro Social fornecerá, quando solicitados, as orientações e dados necessários ao cumprimento do que dispõe este artigo.

²⁰⁸ FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 89-90.

²⁰⁹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 902.

²¹⁰ DALAZEN, João Oreste. Controvérsias sobre a execução de contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho. **Revista do Direito Trabalhista**, n. 6, 2003, p. 8.

da contribuição”, assim determina “se for o caso”. Portanto, abre-se a possibilidade de *não ser o caso* de determinação de tais elementos, como na hipótese de prolação de sentença declaratória, de sorte que não está vedado que em outro momento possam ser apuradas as contribuições previdenciárias.

Referentemente ao aludido dispositivo, assim se manifesta Guilherme Guimarães Feliciano:

Creio que a oração condicional “se for o caso”, lançada ao final do texto, não se vincula exclusivamente à fixação dos limites de responsabilidade mas, antes, a todo o conteúdo do parágrafo; (...) A oração “se for o caso” ressalva, pois, todas as decisões cognitivas ou homologatórias em que não há, sequer em tese, incidência previdenciária: acordos de mera readmissão ou de recíproca quitação, sentenças meramente declaratórias ou constitutivas, sentenças condenatórias com comando único de readmissão etc. Não é o caso, porém, de acordos ou condenações que contemplem apenas parcelas sem incidência previdenciária; nesse caso, a discriminação se impõe, diante do interesse do INSS em recorrer ou embargar, discutindo a real natureza do título ou a regra de incidência vigente.”²¹¹

Conforme se afirmou no item 4.1, os §§ 3º 5º do art. 832, da CLT, referem-se às sentenças de homologação de acordos e às sentenças líquidas. Já nas hipóteses de sentenças que careçam de liquidação, que é o caso da sentença declaratória quanto às contribuições previdenciárias, segue-se o rito do art. 879 e §§, da CLT.

Ou seja, respondendo à segunda questão formulada no início do presente item - letra b, da declaração objeto da ação e, portanto, constante do dispositivo da sentença, decorrem, sim, contribuições previdenciárias a serem executadas perante a Justiça do Trabalho.

Por exemplo, se a sentença se restringe a reconhecer o vínculo de emprego, sem que haja condenação, salvo quanto à anotação e/ou retificação da anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, mesmo não havendo necessidade de processo de execução, da sentença de procedência e, portanto, de reconhecimento de vínculo, podem decorrer contribuições previdenciárias a serem executadas na Justiça do Trabalho. O

²¹¹ FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 77.

mesmo vale para a sentença parcialmente procedente em que se reconhece o vínculo, mas nega-se eventual pedido de condenação a pagamento de verbas contratuais ou rescisórias. Nesse sentido manifestam-se Renato Saraiva e Sérgio Pinto Martins.²¹²

Na quase totalidade dos casos, haverá, sim, condenação de verbas trabalhistas contratuais ou rescisórias²¹³ ou, ao menos, a obrigação de fazer, consistente na anotação ou retificação da Carteira de Trabalho e Previdência Social.²¹⁴ Todavia, ainda que se vislumbre possível o pedido de mera declaração ou mesmo o pleito de carga predominantemente declaratória, como afirmou o ex-Ministro Carlos Alberto Menezes Direito em trecho de voto supracitado, é a própria CF que atribui eficácia condenatória quanto às contribuições previdenciárias às sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho, de forma que o título que dá suporte à execução de ofício está implícito no título executivo judicial declaratório e será aperfeiçoado após a sua liquidação, nos termos do art. 879 e §§, da CLT. Daí se afirmar que haverá execução de ofício mesmo se a sentença for omissa quanto à responsabilidade e valores de contribuição previdenciária a serem recolhidos.²¹⁵

Note-se que não se avaliou, até aqui, se é útil ou conveniente atribuir à Justiça do Trabalho tal dever, mas tão somente que não se pode diminuir uma competência constitucionalmente conferida.

Mas, ainda que o raciocínio partisse para argumentos metajurídicos, mesmo do ponto de vista da lógica legislativa, não faria sentido imaginar tal restrição. Marcos Fava e Carina Cancelli assim se manifestam:

Nenhuma lógica organizacional – para não destacar, de novo, a perda da economia processual – justificaria que, munido o intérprete da redação do

²¹² SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Método, 2009, p. 129 e MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 34. Em sentido contrário, TST Recurso de Revista-476/2001-002-24-01.4. 3ª Turma, Relatora: Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. DJ 4/03/2005.

²¹³ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 534.

²¹⁴ FELICIANO, Guilherme Guimarães, **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2002, p. 98-100.

²¹⁵ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 904-905.

Súmula 401 do TST: SENTENÇA EXEQÜENDA OMISSA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À COISA JULGADA (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 81 da SB-DI-2) - Res. 137/2005 – DJ 22, 23 e 24/08/2005, Súmula A-123.

Os descontos previdenciários e fiscais devem ser efetuados pelo juízo executório, ainda que a sentença exequenda tenha sido omissa sobre a questão, dado o caráter de ordem pública ostentado pela norma que os disciplina. A ofensa à coisa julgada somente poderá ser caracterizada na hipótese de o título exequendo, expressamente, afastar a dedução dos valores a título de imposto de renda e de contribuição previdenciária. (ex-OJ nº 81 da SBDI-2 - inserida em 13/03/2002).

art. 114, VIII, exigisse do cidadão que, alcançado em providência jurisdicional trabalhista o reconhecimento do vínculo de emprego, fosse obrigado a retornar ao aparelho judiciário, perante, agora, a Justiça Federal, para obter eficácia daquela declaração com fito de preencher-se o requisito do recolhimento das contribuições previdenciárias e, finalmente, cumprir carência ou demonstrar o tempo de contribuição para fins de aposentadoria.²¹⁶

Em verdade, os posicionamentos de tal jaez parecem decorrer da visão opaca que se tem do instituto, a qual desconsidera sua real importância e íntima relação com os desígnios da Justiça do Trabalho, em especial enquanto mecanismo de garantia de direitos previdenciários dos trabalhadores segurados, como se verá no último capítulo. Só isso pode justificar a redução de seu campo de incidência e a inversão de valores constitucionais.

Ademais, como visto, a legislação atual não veda e até prevê a possibilidade de execução de ofício das contribuições previdenciárias decorrentes das sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho, não sendo compreensível, mesmo em termos estritamente jurídicos, o posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal e por parte da doutrina.

²¹⁶ CANCELLA, Carina Bellini; FAVA, Marcos Neves. Efetividade da jurisdição trabalhista e recolhimentos previdenciários: crítica à revogação da Súmula nº 368 do Tribunal Superior do Trabalho. **Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola da Magistratura da 15ª Região**, São Paulo, v. 2, n. 6, nov. 2006, p. 312-313. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/35279>>. Acesso em: 9 abr. 2010.

5. O DIREITO DE TRANSAÇÃO DAS PARTES *VERSUS* A INDISPONIBILIDADE DOS INTERESSES PÚBLICOS

Na tarefa empreendida neste trabalho, de definir o sentido e alcance do instituto da execução de ofício, após uma análise do panorama histórico-legislativo, de um breve estudo sobre as contribuições previdenciárias e da delimitação da formação do título executivo e das decisões sujeitas à execução de ofício, resta analisar o instituto em seus principais aspectos subjetivos, quanto às partes e seus limites de atuação, em especial a oposição que se cria entre o direito de transação das partes e a indisponibilidade dos interesses públicos envolvidos no recolhimento das contribuições previdenciárias.

Ao relacionar a execução de ofício das contribuições previdenciárias com os acordos homologados pela Justiça do Trabalho, dúvidas surgiram e ainda persistem sobre os efeitos e limites da transação quanto à natureza e montante das verbas pleiteadas pelo segurado trabalhador na ação ou deferidas em sentença. Para analisar tais questões é necessário ter em mente que a transação quanto à natureza e ao montante das verbas não atinge somente os direitos trabalhistas do trabalhador e patrimonial do empregador, irradiando também consequências para o campo prestacional da relação jurídico-previdenciária do trabalhador segurado e para terceiros, no caso, o orçamento da seguridade social, cuja administração, arrecadação e fiscalização, hoje, competem à União Federal.

Os impactos causados no campo prestacional da relação jurídico-previdenciária do trabalhador segurado serão objeto de estudo no capítulo seguinte, de sorte que o presente capítulo se restringirá, por ora, à dialética entre o direito das partes de transacionar e os interesses ou direitos da União, que acabam se mostrando dependentes do resultado da ação, condicionando-se, em especial, a uma eventual transação entre as partes em litígio.

5.1. A FIGURA DA UNIÃO NA EXECUÇÃO DE OFÍCIO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Antes de se adentrar na questão relativa ao direito de transação das partes e sua oposição à indisponibilidade dos interesses públicos envolvidos no caso da execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho, cumpre

investigar a natureza jurídica da participação da União na execução de ofício, o que nos parece um pressuposto para se discutir adequadamente o assunto.

Não são poucos os que criticam a sistemática implementada pelo legislador ordinário quanto à intervenção quase que direta da União no processo de execução. Sérgio Pinto Martins afirma que a União “surge do nada, para exigir, na execução, a contribuição previdenciária devida em razão da sentença proferida na Justiça do Trabalho.”²¹⁷ Homero Batista Mateus da Silva, por sua vez, sustenta que a Fazenda Pública intervém e se ausenta nos autos sem a utilização dos instrumentos tradicionais da ciência processual, como, por exemplo, terceiro interessado ou outras figuras de intervenção de terceiros, como as típicas do chamamento ao processo, da denunciação à lide, da nomeação à autoria ou das assistências simples e qualificadas.²¹⁸

A preocupação dos autores é de grande importância, pois a falta de delimitação precisa do instituto, seja ele com a roupagem de uma figura tradicional, seja como uma nova forma de intervenção, pode ocasionar, conforme ocorrido em alguns casos, a procrastinação da contenda trabalhista, exatamente para fixar os direitos e deveres inerentes a tal intervenção. Todavia, acredita-se que, com algum esforço exegético, se conseguirá dar o devido enquadramento a tal figura.

Antes de se avançar no assunto e tendo em vista que muitos doutrinadores defendem que a União intervém como terceira na demanda trabalhista, é preciso advertir que muito se discute sobre a possibilidade de intervenção de terceiros no processo do trabalho, em razão de a CLT ser omissa quanto à matéria, o que levanta a possibilidade de invocar a aplicação subsidiária do CPC, nos termos do art. 769 da CLT²¹⁹, ainda que com as necessárias cautelas e adaptações.²²⁰

O TST tende a aceitar a figura da intervenção de terceiros, ainda que algumas de suas modalidades não sejam comuns no processo do trabalho. Apenas a título

²¹⁷ MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 26.

²¹⁸ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de direito do trabalho aplicado**. Rio de Janeiro: Campus, 2010, v. 8, p. 100.

²¹⁹ CLT:

Art. 769. Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.

²²⁰ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 371.

de exemplificação, já se admitiu a assistência simples ou adesiva (Súmula nº 82 do TST²²¹) e a litisconsorcial.²²²

Após o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004, que incluiu no rol de competências da Justiça do Trabalho o julgamento de todas as ações oriundas da relação de trabalho (art. 114, I, da CF), a denúncia à lide também passou a ser aceita pelo TST, sendo cancelada a Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 nº 227, que previa a incompatibilidade da denúncia da lide como o processo do trabalho. É bom advertir, todavia, que tal posicionamento é analisado “caso a caso, considerando-se o interesse do trabalhador na celeridade processual, tendo em vista a natureza alimentar dos créditos trabalhistas, bem como a própria competência da Justiça do Trabalho para apreciar a controvérsia surgida entre o denunciante e o denunciado.”²²³ Mesmo em lides da Justiça Comum, o STJ faz alguma análise casuística acerca da viabilidade de denúncia da lide.²²⁴

A oposição²²⁵ e a nomeação à autoria²²⁶, da mesma forma, têm sido aceitas pelo TST, que, no entanto, resiste em acolher as modalidades de intervenção de terceiros quando promovidas pela reclamada, pois seriam, “em princípio, incompatíveis com o processo do trabalho, visto implicarem possível demanda entre empresas ou empregadores, matéria que foge à competência da Justiça do Trabalho”²²⁷, daí a inadmissibilidade do chamamento ao processo que, nos termos do art. 77 do CPC²²⁸, é promovido pelo réu.

²²¹ SUM-82 ASSISTÊNCIA (nova redação) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. A intervenção assistencial, simples ou adesiva, só é admissível se demonstrado o interesse jurídico e não o meramente econômico.

²²² TST, RR 713185.14.1997.5.12.0001, 4ª Turma, Rel. Min. Antônio José de Barros Levenhagen, DEJT 28/10/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

²²³ Trecho da ementa do TST, RR 22100-76.2007.5.15.0028, 6ª Turma, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 21/05/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

²²⁴ STJ, REsp 170.681, 3ª Turma, Rel. Min. Ari Pargendler, DJe 15/04/2008. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. STJ, REsp 226.093, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, Rel. para acórdão Min. José Delgado, DJ 25/06/2001. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

²²⁵ TST, AIRR 88640-53.2005.5.15.0133, 5ª Turma, Rel. Min. Emmanoel Pereira, DEJT 10/12/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

²²⁶ TST, RR 66800-18.2005.5.20.0013, 2ª Turma, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva, DEJT 30/04/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

²²⁷ Trecho do voto do Márcio Eurico Vitral Amaro no TST, RR 564140-64.2005.5.11.0006, 8ª Turma, Rel. Min. Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 16/09/2011. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

²²⁸ CPC:

Art. 77. É admissível o chamamento ao processo: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1973)

I - do devedor, na ação em que o fiador for réu; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1973)

II - dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1973)

III - de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1973)

Há corrente doutrinária que defende não ser possível qualquer espécie de intervenção de terceiros na Justiça do Trabalho em virtude da incompatibilidade com o dever de celeridade do processo do trabalho, tal como ocorre nos Juizados Especiais Cíveis (art. 10 da Lei nº 9.099/1995)²²⁹, ou mesmo em litígios decorrentes de relação de consumo.²³⁰

Todavia, este não parece ser o melhor entendimento, havendo sim compatibilidade do processo do trabalho com a intervenção de terceiros, salvo se, no caso concreto, houver grave prejuízo à celeridade processual, em respeito aos direitos do trabalhador, ou mesmo se a matéria for afeta, por competência absoluta, a outro ramo do Poder Judiciário.

Ainda que se admita a participação ou intervenção de terceiros no processo do trabalho, é preciso ter em mente que:

há terceiros que remanescem terceiros, apesar de terem passado a integrar o processo (assistentes), e outros que, no momento em que passam a integrar o processo, assumem a condição de parte, como, por exemplo, o denunciado à lide ou o nomeado à autoria.²³¹

Estabelecida, então, a possibilidade, em tese, da intervenção no processo do trabalho e feita a advertência quanto à possibilidade desses terceiros assumirem a condição de parte e, portanto, de serem diretamente atingidos pela coisa julgada ou, como visto em momento anterior²³², da legitimidade da formação de título executivo em favor ou desfavor daquele que interveio como terceiro, veja-se o que afirma a doutrina quanto à posição que a União assume no processo do trabalho.

Homero Batista Mateus da Silva entende que a União não atua como terceiro recorrente (previsto no art. 499 do CPC²³³), o qual está habilitado a recorrer

²²⁹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 405-406.

²³⁰ O art. 88 do Código de Defesa do Consumidor veda a denúncia da lide nas hipóteses de responsabilização do comerciante por vícios no produto.

²³¹ WAMBIER, Luiz Rodrigues. In: WAMBIER, L. R. (Coord.); TALAMINI, Eduardo; ALMEIDA, Flávio Correia de. **Curso avançado de processo civil** – Teoria geral do processo de conhecimento. 9. ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 256, v. 1.

²³² Vide item 4.1. do presente estudo.

²³³ Assim dispõe o art. 499, § 1º, do CPC:

Art. 499. O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público.

quando demonstrado “o nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.”²³⁴ Fundamenta sua posição no fato de o terceiro recorrente ser somente aquele que poderia ter sido terceiro interveniente na fase de conhecimento do processo e não o foi, recebendo o processo no estado em que se encontra e com atuação restrita à utilização das vias recursais, o que não é o caso da União. Ademais, o terceiro recorrente age como um assistente, pleiteando direito de uma das partes, diferentemente da Fazenda Pública, que pode até mesmo opor-se ao interesse de ambos.²³⁵

Sérgio Pinto Martins entende que a União, quanto ao processo de conhecimento, ostenta interesse jurídico, atuando como assistente da parte (art. 50 do CPC²³⁶). Com a devida vênia, a União não ostenta “interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma” das partes, nos termos do art. 50 do CPC, tendo interesse próprio e que pode ser mesmo contrário ao interesse manifestado por ambas as partes, como na hipótese de recurso em face da discriminação das verbas em acordo, de sorte que a União não atua como assistente da parte.

Afirma ainda o referido autor que, na verdade, a União seria terceira interessada quando recorre da decisão antes do trânsito em julgado da sentença, na medida em que não foi parte no processo de conhecimento. Na execução, no entanto, entende que a União passa a ser parte na demanda. Torna-se credor, exequente.²³⁷

Até aí, nenhuma objeção, pois todo aquele que não foi parte na demanda só pode recorrer mesmo na condição de terceiro interessado – salvo o Ministério Público, nos termos do art. 499 do CPC. Para melhor compreender a atuação da União, além de verificar o quanto determina o CPC, é preciso contemplar o que consta da CLT quanto à atuação da União nos procedimentos atinentes à execução de ofício.

§ 1º Cumpre ao terceiro demonstrar o nexo de interdependência entre o seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial.

²³⁴ FREITAS, Jonatas Rodrigues de. A execução das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho**: aspectos jurisprudenciais e doutrinários. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 71 e CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2001, p. 369.

²³⁵ SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de direito do trabalho aplicado**. Rio de Janeiro: Campus, 2010, v. 8, p. 100-101. Em sentido contrário: CASTRO; LAZZARI, *Ibid.*, p. 179.

²³⁶ CPC:

Art. 50. Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la.

Parágrafo único. A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição; mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra.

²³⁷ MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 25-26.

A CLT prevê três hipóteses de intervenção da União, uma para recurso após a prolação de sentenças líquidas (art. 832, § 5º); outra também para recurso, mas de sentenças homologatórias de acordo com parcela indenizatória (art. 832, § 4º, da CLT); e, por fim, uma terceira hipótese para a manifestação e eventual recurso na liquidação de sentença (art. 879, § 3º, da CLT).

Nas duas primeiras situações, a atuação se dá no próprio processo de conhecimento, pois ocorre antes do trânsito em julgado da decisão quanto à matéria previdenciária²³⁸, cabendo diretamente o recurso e recebendo a União o processo no estado em que se encontra, sem que possa alterar o quanto decidido ou acordado, salvo quanto à "natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária" (art. 832, § 3º, da CLT).

Ainda que se reconheça o acanhamento de tal participação no processo de conhecimento, ela é da mais alta relevância, pois a cientificação da União, que consiste em verdadeira citação nos termos do art. 213 do CPC²³⁹, e que se dará com a concordância ou com o recurso em face dos termos decisórios, terá o condão de formar título executivo judicial, com trânsito em julgado inclusive em face da União, quanto à relação jurídico-processual que se forma entre ela e as partes do processo.

A possibilidade de intervenção tardia de terceiros não é uma novidade trazida pela Emenda Constitucional nº 20/1998. Conforme artigos 59 e 60 do CPC, a oposição deve ser oferecida antes da audiência de instrução e julgamento, mas, se manifestada depois de iniciada a audiência, também será aceita, podendo o juiz até "sobrestar o andamento do processo, por prazo nunca superior a 90 (noventa) dias, a fim de julgá-la conjuntamente com a oposição."

Destarte, pode-se dizer que há uma nova figura de intervenção de terceiros com características muito próprias, na medida em que há uma atuação acanhada e tardia do terceiro, mas cuja participação implica decisão por sentença da relação jurídico-processual com as partes e, conseqüentemente, com formação de título executivo judicial em favor da União.

²³⁸ CLT:

Art. 831 - A decisão será proferida depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação.

Parágrafo único. No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas. (Redação dada pela Lei nº 10.035, de 25/10/2000)

²³⁹ CPC:

Art. 213. Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.

Tal participação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de intervenção de terceiros previstas pela lei processual, devendo ser considerada dentro do gênero, mas como espécie própria.

Haveria ainda a possibilidade de a intervenção da União enquadrar-se como aquela prevista no art. 5º da Lei nº 9.469/1997, que regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73/1993, denominada de intervenção anômala. Pelo aludido dispositivo, permite-se que as pessoas jurídicas de direito público intervenham nas causas cuja decisão lhes possa repercutir economicamente, mesmo que indiretamente ou sem demonstração do interesse público, a fim de esclarecer questões de fato e de direito, facultando-se ainda a juntada de documentos e memoriais. Todavia, tal hipótese, a princípio, não tem por consequência a formação de título executivo em face das pessoas jurídicas de direito público, de sorte que ostenta efeitos mais restritos que aqueles sofridos pela União quando esta intervém no feito perante a Justiça do Trabalho.²⁴⁰

Antes de adentrar na análise do papel da União no processo de execução, falta ainda investigar a respeito do papel da União na liquidação de sentença, cuja manifestação está prevista no art. 879, § 3º, da CLT.

Após proferida a sentença, regra geral, há a fase de liquidação, ou seja, de apuração do *quantum debeatur*, como se fez referência no item 4.2. Antes da Lei nº 11.457/2007, no processo de liquidação, a intervenção da União ocorreria somente para impugnação da sentença de liquidação, nos termos do art. 884 da CLT.²⁴¹ A aludida lei, ao incluir no art. 879 o § 3º, passou a determinar que após a elaboração da conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz intime a União para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

Conforme já afirmado em momento anterior, para a doutrina majoritária, a liquidação de sentença tem natureza jurídica de ação²⁴², que busca a fixação do *quantum debeatur* faltante à sentença. Entende-se que nessa ação a União já passa a figurar como

²⁴⁰ ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. **Assistência e intervenção da União**. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 202; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **Competência cível da Justiça Federal**. 2. ed. São Paulo: RT, 2006, p. 89; e CARNEIRO, Athos Gusmão. Da intervenção da União Federal como *amicus curiae*. **Revista de Processo**, v. 111, jul./set. 2003, p. 252.

STJ, REsp 737073, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 13/02/2006. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

Em sentido contrário, admitindo que a pessoa jurídica de direito público figure como parte do processo a partir do momento em que interpõe recurso: CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **A Fazenda Pública em juízo**. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2007, p. 153.

²⁴¹ VALLE, Márcio Ribeiro do. Contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho**: aspectos jurisprudenciais e doutrinários. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 7.

²⁴² DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 520-527.

parte, ostentando interesse e legitimidade próprios (art. 3º do CPC²⁴³), sendo a sua atuação tão ampla quanto a das demais partes do processo, podendo, inclusive, impugnar a sentença de liquidação (art. 884, § 4º, da CLT²⁴⁴).²⁴⁵

Da mesma forma, e agora adotando posicionamento dominante da doutrina e da jurisprudência²⁴⁶, afirma-se que a União segue atuando como *parte* no processo de execução de ofício de contribuições previdenciárias, ostentando todos os direitos e deveres inerentes às partes, tendo equivalente interesse na solução do litígio.

Observe-se que no polo passivo dessa execução capitaneada pela União estará, além da empresa, também o trabalhador segurado, pois, salvo disposição em contrário no título executivo judicial, as contribuições do trabalhador segurado serão descontadas de seus créditos. Assim, há interesse jurídico para se opor à pretensão da União, restando clara a sua posição de sujeito passivo na execução. Veja-se, pois, que interessante a atuação do trabalhador segurado no processo de execução: relativamente ao crédito trabalhista, figura como o próprio exequente, mas quanto ao crédito previdenciário, figurará como executado, com os limites acima delineados.

Conforme o *caput* do art. 880 da CLT²⁴⁷, no mandado de citação do executado constará a ordem de pagamento das contribuições sociais devidas à União. Na hipótese de não haver pagamento, a execução deverá ser ao menos garantida pela reclamada, sob pena de penhora de bens suficientes, observada a ordem preferencial prevista no art. 655 do CPC, conforme determina o art. 882 da CLT.²⁴⁸ Em qualquer das

²⁴³ CPC:

Art. 3º Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.

²⁴⁴ CLT:

Art. 884. (...)

(...)

§ 4º Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário. (Redação dada pela Lei nº 10.035, de 25/10/2000)

²⁴⁵ MERÇON, Paulo Gustavo de Amarante. A sentença trabalhista e o efeito anexo condenatório das contribuições previdenciárias. In: LAGE, Emérsom José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 87.

²⁴⁶ MARTINS, Sérgio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 25-27; FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 23-24; PINTO, José Augusto Rodrigues. **Processo trabalhista de conhecimento**. São Paulo: LTr, 2000, p. 604.

²⁴⁷ CLT:

Art. 880. Requerida a execução, o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora. (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007) (Vigência)

(...)

²⁴⁸ CLT:

hipóteses, a garantia do juízo deverá envolver o crédito trabalhista e o previdenciário, além das demais despesas processuais. Por ocasião da oposição de eventuais embargos, o devedor poderá invocar não só questões pertinentes à execução do crédito trabalhista (artigos 884, § 1º, CLT²⁴⁹), como também matéria pertinente às contribuições previdenciárias (art. 884, § 3º, da CLT²⁵⁰). O juiz deverá dar ciência dos embargos também à União.

Afora os embargos, poderá haver discussão por parte dos credores - União e trabalhador segurado -, por intermédio de impugnação à sentença de liquidação. O prazo é de cinco dias, que será computado a partir da ciência da garantia do juízo (art. 884, § 3º, da CLT). Note-se que o trabalhador, em face da impugnação ofertada pela União, terá interesse em se manifestar, pois, como dito, as contribuições do segurado serão descontadas de seus créditos, ainda que recolhidas pela empresa juntamente com o valor de sua responsabilidade ou que os respectivos valores advenham da alienação judicial de seus bens.

O prazo para manifestação, relativamente às impugnações e aos embargos à execução, é de cinco dias (art. 900 da CLT²⁵¹), sendo ambos julgados pela mesma sentença (art. 884, § 4º, da CLT²⁵²).

Para qualquer das partes e em relação a qualquer dos créditos - trabalhista e previdenciário -, caberá agravo de petição em face da sentença que julgou as impugnações

Art. 882 - O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da mesma, atualizada e acrescida das despesas processuais, ou nomeando bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida no [art. 655 do Código Processual Civil](#). [\(Redação dada pela Lei nº 8.432, 11/6/1992\)](#)

²⁴⁹ CLT:

Art. 884 - Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

§ 1º - A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.

Em que pese a redação do dispositivo, cumpre observar que o TST decidiu, recentemente, que, na ação de execução fiscal, o executado tem prazo para interpor embargos de 30 (trinta), e não de 5 (cinco) dias, pois não seriam aplicáveis à execução fiscal da dívida ativa os preceitos que regem a execução trabalhista. Segundo o TST, o prazo de 5 (cinco) dias fixado na CLT é restrito aos embargos à execução de sentença condenatória trabalhista, e não se aplica à ação de execução fiscal. Vide **TST**, RR 30900-35.2008.5.15.0036, 1ª Turma, Rel. Min. Walmir Oliveira da Costa, DJ 19/12/2011. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 13/01/2012.

²⁵⁰ CLT:

Art. 884 (...)

§ 3º - Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.

²⁵¹ CLT:

Art. 900 - Interposto o recurso, será notificado o recorrido para oferecer as suas razões, em prazo igual ao que tiver tido o recorrente.

²⁵² § 4º Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário. [\(Redação dada pela Lei nº 10.035, de 25/10/2000\)](#)

e os embargos à execução, conforme art. 897, § 3º, CLT.²⁵³ O prazo é de 8 dias para o agravo de petição e para as respectivas contrarrazões (art. 6º da Lei nº 5.584/1970²⁵⁴), mas para a União, por força do art. 1º, III, Decreto-Lei nº 779/1969²⁵⁵, o prazo é de 16 dias. Se o agravo de petição versar somente quanto ao crédito previdenciário, o juiz determinará a extração de cópias das peças necessárias, que serão autuadas em apartado e remetidas à instância superior para a devida apreciação, após a concessão de prazo para contraminuta (art. 897, § 3º, da CLT). Do acórdão que julgar o agravo de petição no TRT, a respeito da contribuição previdenciária, somente caberá recurso de revista se a matéria impugnada envolver violação direta e literal da Constituição (art. 896, § 2º da CLT²⁵⁶).

Vê-se, portanto, que na ação de liquidação e também na execução propriamente dita a União ostenta condição de parte, com todos os meios, garantias e recursos inerentes a tal posição processual, diferentemente de sua atuação no processo de conhecimento, que é mais discreta, ainda que também acabe por ser atingida neste pelos efeitos da coisa julgada que ali se forma, relativamente à relação jurídico-previdenciária.

Cumpre notar, a título conclusivo, que a atuação discreta da União do processo de conhecimento, ainda que se dê por meio de uma figura de intervenção de terceiros *sui generis*, coaduna-se com as condições de aceitação da intervenção de terceiros fixadas pela doutrina e pela jurisprudência em vista dos princípios do processo do trabalho e da natureza alimentar dos créditos trabalhistas, pois evita que a contenda trabalhista se

²⁵³ CLT:

Art. 897. (...)

§ 3º Na hipótese da alínea *a* deste art., o agravo será julgado pelo próprio tribunal, presidido pela autoridade recorrida, salvo se se tratar de decisão de Juiz do Trabalho de 1ª Instância ou de Juiz de Direito, quando o julgamento competirá a uma das Turmas do Tribunal Regional a que estiver subordinado o prolator da sentença, observado o disposto no art. 679, a quem este remeterá as peças necessárias para o exame da matéria controvertida, em autos apartados, ou nos próprios autos, se tiver sido determinada a extração de carta de sentença. ([Redação dada pela Lei nº 10.035, de 25/10/2000](#))

²⁵⁴ Lei nº 5.584/1970:

Art 6º Será de 8 (oito) dias o prazo para interpor e contra-arrazoar qualquer recurso (CLT, art. 893).

²⁵⁵ Decreto-Lei nº 779/1969:

Art. 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica:

(...)

III - o prazo em dôbro para recurso;

(...)

²⁵⁶ CLT:

Art. 896

(...)

§ 2º Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal. ([Redação dada pela Lei nº 9.756, de 17/12/1998](#))

(...)

estenda por demais, como se daria se a atuação da União ocorresse desde o início do processo.

A partir da devida delimitação do papel da União no processo do trabalho, cumpre progredir no estudo a fim de contrastar essa atuação da União em defesa de seus interesses e o direito das partes de transacionarem no processo do trabalho.

5.2. A TRANSAÇÃO JUDICIAL COMO LIMITE PARA A ATUAÇÃO ESTATAL

Algumas legislações estrangeiras classificam a transação dentre os modos de extinção das obrigações, mas a doutrina majoritária e o Código Civil a enquadram como espécie contratual.²⁵⁷ Em verdade, é um contrato cujo objeto é a extinção de uma obrigação imposta por lei ou até contratualmente assumida, ou, resumidamente, uma solução contratual da lide.

O CC, em seu art. 840, disciplina que “é lícito aos interessados prevenirem, ou terminarem o litígio mediante mútuas concessões.”

A transação, também denominada acordo ou conciliação, implica, como visto, concessões mútuas, pois se somente uma das partes cede, o instituto resta descaracterizado. Assim, se o credor simplesmente exonera o devedor da obrigação, há remissão da dívida e não transação (art. 385 e seguintes do CC). Da mesma forma, se o devedor cumpre a obrigação sem qualquer concessão por parte do credor, há mero pagamento (art. 304 e seguintes do CC).

Nos termos do art. 841 do CC, “só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado se permite a transação.” Obviamente que nada impede a transação de outros direitos, desde que autorizado por lei especial, tal como ocorre em matéria penal nos juizados especiais criminais, na forma do art. 72/74 da Lei n° 9.099/1995.²⁵⁸

²⁵⁷ GOMES, Orlando. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 440.

²⁵⁸ Lei n° 9.099/1995:

Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

Art. 73. A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Da mesma forma que as transações em geral, a transação realizada em juízo é um negócio jurídico que estabelece um convênio, só que no âmbito processual. O Código de Processo Civil determina inclusive que o juiz deve incentivar a transação entre as partes (art. 125, IV).

A conveniência da transação judicial é que essa forma contratual de composição da lide adquirirá a qualidade de coisa julgada e, portanto, não poderá ser rediscutida, como poderia ocorrer se celebrada extrajudicialmente. Na transação extrajudicial pode-se invocar defeito ou invalidade dos negócios jurídicos em geral²⁵⁹, enquanto que a transação judicial é invalidada apenas por ação rescisória. Nesse sentido, a Súmula n° 259 do TST, que, baseada no parágrafo único do art. 831 da CLT²⁶⁰, afirma que “só por ação rescisória é impugnável o termo de conciliação.”

No processo do trabalho há grande ênfase à conciliação, sendo que o acordo trabalhista é tratado pela CLT em diversos artigos, tais como os de n° 764, 831, 846, 847 e o 850.²⁶¹

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

²⁵⁹ Artigos 138/184 e 848/850 do Código Civil.

²⁶⁰ CLT:

Art. 831 - A decisão será proferida depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação.

Parágrafo único. No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas. ([Redação dada pela Lei nº 10.035, de 25/10/2000](#))

²⁶¹ CLT:

Art. 764 - Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.

§ 1º - Para os efeitos deste art., os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos.

§ 2º - Não havendo acordo, o juízo conciliatório converter-se-á obrigatoriamente em arbitral, proferindo decisão na forma prescrita neste Título.

§ 3º - É lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.

(...)

Art. 846 - Aberta a audiência, o juiz ou presidente proporá a conciliação. ([Redação dada pela Lei nº 9.022, de 5/4/1995](#))

§ 1º - Se houver acordo lavrar-se-á termo, assinado pelo presidente e pelos litigantes, consignando-se o prazo e demais condições para seu cumprimento. ([Incluído pela Lei nº 9.022, de 5/4/1995](#))

§ 2º - Entre as condições a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser estabelecida a de ficar a parte que não cumprir o acordo obrigada a satisfazer integralmente o pedido ou pagar uma indenização convencionada, sem prejuízo do cumprimento do acordo. ([Incluído pela Lei nº 9.022, de 5/4/1995](#))

Art. 847 - Não havendo acordo, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes. ([Redação dada pela Lei nº 9.022, de 5/4/1995](#))

(...)

Art. 850 - Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão.

(...)

Embora seja de origem civilista e, nessa medida, possua natureza jurídica de direito privado, em face das repercussões que acaba por gerar quanto à relação jurídico-previdenciária, a transação deve ser observada também à luz dos limites impostos pelo direito público, em especial diante do princípio da indisponibilidade dos interesses públicos.

Segundo Celso Antonio Bandeira de Mello:

a indisponibilidade dos interesses públicos significa que, sendo interesses qualificados como próprios da coletividade - internos ao setor público -, não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis. O próprio órgão administrativo que os representa não tem disponibilidade sobre eles, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los - o que é também um dever - na estrita conformidade do que predispuer a *intentio legis*.²⁶²

Portanto, é preciso ter em mente a natureza jurídica dos créditos previdenciários, para que se afirme a sua indisponibilidade pelos particulares. A partir de tal contextualização é que se afirma que, formado o título executivo em favor da União, não cabe às partes dispor dos créditos ali consubstanciados. Voltar-se-á ao assunto mais à frente.

Além dos aludidos limites à transação, do ponto de vista do direito privado e do direito público, é preciso lembrar a possibilidade de utilização indevida da transação judicial para prejudicar terceiros, no caso a União. Nesse sentido, o poder de autocomposição, fomentado pela lei e assegurado às partes no processo trabalhista, não afasta o dever de o juiz “prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça” (art. 125, IV, do CPC) e impedir que “autor e réu se sirvam do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido por lei” (art. 129 do CPC), não sendo mera testemunha de um contrato celebrado entre as partes. Conforme Liebman:

O processo não é, pois, negócio combinado em família e produtor de efeitos somente para as pessoas iniciadas nos mistérios de cada feito, atividade processual singular, mas atividade pública exercida para garantir a observância da lei; e já que a esta estão todos sujeitos

²⁶² BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 44.

indistintamente, devem todos, por igual, sujeitar-se ao ato que é dado pelo ordenamento jurídico destinado a valer como sua aplicação imparcial.²⁶³

A prevenção à utilização da transação judicial em fraude a recolhimentos previdenciários tem um sentido todo especial em matéria de previdência social. Na medida em que se adota, no Brasil, um regime de repartição, no qual se consubstancia um pacto social entre gerações, o segurado obrigatório contribui para as despesas atuais da previdência social e não simplesmente para um fundo individual que lhe garanta futuro benefício, como no sistema de capitalização.²⁶⁴ O regime aqui adotado objetiva, primeiramente, manter o equilíbrio atuarial do sistema de previdência social como um todo, não se restringindo a proteger interesses individuais, de sorte que eventual fraude acaba por afetar toda a coletividade e não apenas a esfera jurídica do segurado. Por essas razões, conclui-se que é coerente a imposição legal de certos limites ao momento e ao objeto da transação.

Por outro lado, é evidente que a execução de ofício das contribuições previdenciárias não pode servir como empecilho ao fim do litígio. Nesse sentido, o direito da União de arrecadar deverá respeitar o direito das partes de transacionar e os limites processuais da atuação estatal no processo do trabalho, que foram vistos no item anterior. Vejamos as hipóteses em que tais interesses são contrapostos.

A primeira controvérsia consiste na possibilidade de as partes transacionarem livremente, sem qualquer vinculação com os pedidos constantes da petição inicial.

Fábio Eduardo Bonisson Paixão entende que ofenderia a razoabilidade a recusa à homologação de acordo em virtude de englobar parcela não demandada na inicial, na medida em que tal entendimento feriria “de morte o princípio da economia e celeridade processual, uma vez que as partes teriam que submeter nova reclamação ao Juízo.”²⁶⁵ Portanto, não haveria qualquer limite ao direito de transação das partes.

²⁶³ LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença** - e outros escritos sobre a coisa julgada. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 125.

²⁶⁴ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

²⁶⁵ PAIXÃO, Fábio Eduardo Bonisson. As contribuições previdenciárias e a competência da Justiça do Trabalho – Emenda Constitucional n. 20/98 e Lei n. 10.035/2000. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho**: aspectos jurisprudenciais e doutrinários. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 53.

Em posição menos radical, há quem defenda que para a discriminação da natureza jurídica das parcelas constantes do acordo ser aceita, deveria haver uma proporcionalidade entre os pedidos da inicial e o acordo feito em juízo.²⁶⁶

Todavia, tal critério não encontra respaldo em lei e acaba por presumir uma fraude muitas vezes inexistente, não sendo incomum que a empresa reconheça apenas a procedência de verbas sem incidência, ainda que outras tenham sido pleiteadas.²⁶⁷ Por tal razão, não há que se presumir a má-fé pelo simples fato de as partes, dentro das concessões mútuas, estabelecerem como devidas apenas as parcelas indenizatórias discutidas em juízo.²⁶⁸

Por outro lado, também não parece razoável aceitar que na transação se estabeleça o pagamento de verbas que sequer foram pleiteadas na ação trabalhista. Guilherme Guimarães Feliciano entende que a discriminação pode ser feita:

nos limites do razoável, *id est*, até onde permita o rol de pedidos veiculados com a petição inicial. Discriminar além desse âmbito, desbordando dos limites objetivos da lide, configura evasão fiscal comissiva ilícita, por conluio, já que os títulos aos quais imputou-se o pagamento não eram sequer objeto de controvérsia; fazê-lo, porém, dentro daqueles limites, é exercitar um direito legal no vácuo da legislação fiscal.²⁶⁹

Ora, realmente, se o trabalhador sequer pleiteou a verba em juízo, por que a empresa, buscando a solução do litígio judicial, iria fazer concessões *extra petita* ou *ultra petita*? Ademais, se o trabalhador sequer pleiteou tais verbas em juízo, por que mudaria de ideia, passando a entender que haveria esse algo mais a receber, em detrimento de tudo aquilo que foi pleiteado anteriormente? Tal fato, quer parecer, evidencia fraude, devendo ser coibido pelo juiz na forma dos artigos 125, IV, e 129 do CPC. Portanto, não é que haja

²⁶⁶ Paulo Emílio Ribeiro Vilhena critica o entendimento pela exigência da proporcionalidade afirmando que “(...) não estão as partes obrigadas a, sofrendo indevida intervenção ou da lei ou de autoridade, fazer constar do acordo uma fonte de pagamento que, em realidade, não coincide, juridicamente, com aquela que as levou a conciliarem-se (...)” (VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro. A conciliação trabalhista, transação e o INSS. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho**: aspectos jurisprudenciais e doutrinários. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 19).

²⁶⁷ TST, RR 1199/2004-016-10-00, 6ª Turma, Rel. Min. Horácio Senna Pires, DJ 9/6/2006. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

²⁶⁸ TST, RR nº 6157/2002-034-12-00, 6ª Turma, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DJ 9/6/2006. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

²⁶⁹ FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 130.

proibição legal, mas esse contexto deve levar o juiz à convicção de que se faz a transação em fraude aos interesses da previdência social, admitida, todavia, a prova ou, ao menos, argumentação plausível em sentido contrário.

Outra limitação à liberdade de as partes transacionarem encontra-se no § 6º do art. 832 da CLT, no sentido de que “o acordo celebrado após o trânsito em julgado da sentença ou após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença não prejudicará os créditos da União.” Ressalte-se que se a sentença foi proferida, mas ainda não transitou em julgado, deve-se aplicar o § 5º do art. 43 da Lei nº 8.212/1991, valendo os valores discriminados em acordo.²⁷⁰

A restrição contida no § 6º do art. 832 certamente também decorre da desconfiança que se cria na hipótese de as partes transigirem após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença ou do trânsito em julgado da sentença, estipulando, por exemplo, o pagamento apenas de verbas sem incidência de contribuições previdenciárias, ou seja, consubstancia uma presunção legal de fraude.

Especificamente quanto às sentenças transitadas em julgado, no entanto, ainda que não houvesse o dispositivo legal, entende-se que a transação das partes não poderia atingir os créditos previdenciários, pois, como se sabe, “a convenção entre particulares não derroga o direito de ordem pública”²⁷¹, sendo mera *res inter alios acta*. Assim, não pode o acordo acobertar a incidência das contribuições previdenciárias já reconhecidas em juízo e constantes de título executivo judicial.²⁷² Ademais, o art. 844 do CC estipula que “a transação não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem, ainda que diga respeito à coisa indivisível.”²⁷³

E há ainda uma terceira razão para se negar a possibilidade de transação após o trânsito em julgado. É que, como visto, o crédito previdenciário ostenta natureza jurídica de direito público, sendo, portanto, indisponível pelos particulares. Portanto,

²⁷⁰ Nesse sentido, Paulo Cesar Baria de Castilho esclarece: “Quando o acordo é firmado antes do trânsito em julgado da sentença (na fase cognitiva, portanto), as partes podem dispor livremente sobre os títulos que estão sendo transacionados, desde que, obviamente, façam parte do pedido inicial (conforme art. 128 do CPC, devendo ainda o juiz zelar para evitar simulação e fraude à lei – art. 129 do mesmo estatuto processual).” (CASTILHO, Paulo César Baria de. **Execução de Contribuição Previdenciária pela Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 96.)

²⁷¹ Tal axioma jurídico já constava do Digesto de Justiniano, que em seu último capítulo compilava os brocardos jurídicos sob a rubrica de *De regulis juris antiqui*. Assim dispunha o § 1º da lei 45 de Ulpiano, traduzida acima por Rubens Limongi França: *Privatorum conventio júri publico non derogat*. (FRANÇA, Rubens Limongi. **Brocardos jurídicos: as regras de Justiniano**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977, p. 35, 68 e 69).

²⁷² SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Método, 2009, p. 128-129.

²⁷³ **TST**, RR nº 1257/2002-100-03-00, 6ª Turma, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DJ 9/6/2006. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

formado o título executivo em favor da União, não podem as partes dispor dos créditos ali consubstanciados. Podem até acordar outros valores para dar cabo ao litígio, mas tal convenção não terá o condão de alterar o crédito previdenciário constituído na decisão transitada em julgado.

Quanto à hipótese de acordo após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença, não fosse o dispositivo legal, a transação das partes poderia, sim, atingir os créditos previdenciários, pois estes ainda não estariam estampados em título executivo judicial e, portanto, ainda configurariam direito controvertido.

No entanto, o TST, mesmo no caso de acordo após o trânsito em julgado, tem entendido que não existe impedimento legal para a homologação de acordo após decisão judicial definitiva, quando a sentença condenatória transitada em julgado é substituída pela transação judicial, atingindo, portanto, créditos previdenciários.²⁷⁴

A última delimitação ao direito de transacionar das partes seria relativa à hipótese de se estabelecer por acordo uma indenização ao trabalhador ou de uma parcela pecuniária paga pela empresa, sem que se evidencie qualquer relação jurídica, como o trabalho eventual, autônomo ou subordinado.

Nessa situação, o acordo acaba por reconhecer que houve uma prestação de serviço remunerado e, portanto, conforme entendimento esposado no presente trabalho, por reconhecer a ocorrência do fato gerador de contribuição previdenciária. Assim, *a priori*, sobre os valores de tais acordos, salvo se realmente forem de natureza indenizatória, incidiriam contribuições previdenciárias.

Ademais, ainda que não especificada a natureza jurídica dessa prestação de serviços, conforme visto quando da classificação das espécies de segurados, o conceito de contribuinte individual pode ser extraído por exclusão das demais espécies, ou seja, como aquele trabalhador que exerce trabalho remunerado e que não se enquadra nas demais classes de segurados, em especial nas modalidades de trabalho autônomo e empresarial.

²⁷⁴ **TST**, E-ED-ED-RR-229140-28.2003.5.02.0061, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Caputo Bastos, DEJT 27/05/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. No mesmo sentido: **TST**, E-RR 2162200-91.2004.5.09.0651, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Maria de Assis Calsing, DEJT 19/02/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **TST**, E-RR 58140-26.2004.5.02.0351, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 19/02/2010. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **TST**, RR 13640-89.2005.5.17.0004, 6ª Turma, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 28/10/2011. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **TST**, AIRR 56300-97.2007.5.15.0129, 6ª Turma, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, DEJT 02/09/2011. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

Portanto, não especificada outra forma da prestação dos serviços, nada mais natural que presumir tenha ocorrido nessa modalidade residual.²⁷⁵

Enfim, de tudo quanto exposto, conclui-se, em apertada síntese, que a transação judicial deve ocorrer livremente dentro dos limites impostos pelas normas de direito privado - direitos próprios e disponíveis -, pelos princípios de direito público – indisponibilidade dos interesses públicos, e segundo as regras processuais que limitam o momento e o objeto da transação (art. 832, § 6º, da CLT), sem embargo do dever de o juiz de zelar pela não utilização fraudulenta do instituto da transação (art. 125, IV, e 129 do CPC).

²⁷⁵ FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 87-88.

TST, RR 2147/2002-025-02-00, 3ª Turma, Rel. Min. Alberto Bresciani, DJ 02/06/2006. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **TST**, RR 4706/2006-084-02-00.7, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DJ 27/06/2008. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. Instrução Normativa nº 971, art. 102, §§ 6º a 8º.

6. A SENTENÇA TRABALHISTA COMO PROVA PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Nesse último capítulo, discorrer-se-á sobre uma questão que ressurgiu com a instituição da execução de ofício das contribuições previdenciárias e que repercute na relação jurídico-previdenciária do trabalhador com a previdência social. Trata-se da força probante da sentença proferida pela Justiça do Trabalho perante a previdência social.

A fim de debater sobre o aludido tema, tratar-se-á, num primeiro momento, da prova perante a previdência social, em especial quanto aos vínculos, períodos e remunerações do trabalhador segurado, como forma de obtenção de benefícios previdenciários, seja pela comprovação perante o INSS quando do requerimento da prestação²⁷⁶, seja pela utilização dos dados já previamente constantes do banco de dados do órgão previdenciário, e que decorrem, em grande parte, como se verá, das informações prestadas pelas empresas relativamente aos trabalhadores segurados a seu serviço.

A seguir, dedicar-se-á à forma como tem sido valorada a sentença trabalhista enquanto elemento de prova de vínculos, períodos e remunerações. Ou seja, se e como as informações reconhecidas em sentença proferida pela Justiça do Trabalho são aceitas pelo ente previdenciário, em contencioso administrativo e também perante o Poder Judiciário.

Por fim, apontar-se-á que, após o surgimento do instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias, o entendimento pela não aceitação das informações reconhecidas em sentença proferida pela Justiça do Trabalho, ainda que baseada em acordo ou prova exclusivamente testemunhal, mostra-se injustificado. Isso em razão de o dispositivo constitucional ter atribuído efeitos previdenciários à sentença trabalhista e, por tal interpretação restritiva, não ser compatível com o arquétipo constitucional da relação jurídico-previdenciária. Ver-se-á que, na medida em que se atribui à sentença trabalhista o efeito ou eficácia executória de contribuições previdenciárias, tal fato acarreta o reconhecimento da filiação do trabalhador segurado ao sistema e, conseqüentemente, o seu direito de ter reconhecidos os dados constantes na sentença e que serviram de base para a execução de ofício das contribuições previdenciárias também para fins de obtenção de prestações previdenciárias. Afora isso, há

²⁷⁶ Conforme Fábio Zambitte Ibrahim, p. 144, “as prestações previdenciárias subdividem-se em benefícios, com conteúdo pecuniário, e os serviços, hoje restritos à habilitação e reabilitação profissional e ao serviço social.” (IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008).

ainda o fato de a execução de ofício das contribuições previdenciárias se dar no bojo de um processo judicial, sendo que o processo deve ser visto como instrumento para a realização dos direitos, mormente perante a Justiça do Trabalho cuja missão constitucional não é ser um agente arrecadador do Estado, mas, antes, de ser garantidora dos direitos fundamentais do trabalhador, tanto no campo do direito do trabalho como no do direito da seguridade social.

6.1. A PROVA PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL

A relação jurídico-previdenciária é, para o trabalhador segurado, ao mesmo tempo, prestacional e contributiva. A primeira cria o direito subjetivo à obtenção de uma prestação, e o valor desta pode variar conforme os salários de contribuição do trabalhador segurado, que é um conceito já aludido anteriormente. Já da segunda - a relação jurídico-previdenciária contributiva -, decorrem obrigações tanto para o trabalhador segurado, quanto para a empresa que toma seus serviços, em especial o dever de contribuir para o custeio da previdência social.²⁷⁷

Esse vínculo jurídico entre o segurado e o sistema previdenciário se estabelece pelo mero exercício da atividade remunerada²⁷⁸, independentemente de adesão voluntária, tanto no aspecto contributivo quanto no prestacional. Denomina-se tal vínculo jurídico de filiação, decorrendo desta, basicamente, como se disse, a obrigação de contribuir para o sistema e o direito à obtenção de prestações previdenciárias. Pode-se afirmar, então, que o desempenho da atividade remunerada acaba, simultaneamente, por criar obrigações, mas também garantir direitos.

Não interessa diretamente ao presente trabalho tratar de cada uma das prestações previdenciárias, pormenorizando as suas diversas condições de obtenção, pois isso demandaria um longo estudo, sem que contribuísse decisivamente para os objetivos da presente investigação. Importa-nos destacar, no entanto, que para a obtenção de prestações, além da filiação, há condições individuais a serem comprovadas. Em geral, a obtenção, e

²⁷⁷ Há ainda outras obrigações acessórias, instrumentais para as empresas, em especial, aquelas arroladas no art. 32 da Lei nº 8.212/1991.

²⁷⁸ Exceção se faça ao segurado facultativo e aos dependentes do segurado. No primeiro caso, a adesão é voluntária, decorrendo da manifestação de vontade e do recolhimento de contribuições, enquanto que no caso dos dependentes o vínculo com a Previdência Social decorre, indiretamente, do desempenho da atividade remunerada pelo trabalhador, que se filia ao sistema e, com isso, torna-se segurado conjuntamente com seus dependentes.

mesmo o valor da prestação previdenciária, dependerá da prova do vínculo, dos períodos de vínculo e das remunerações auferidas.

Para fins de obtenção das prestações previdenciárias, o referido lapso temporal de desempenho da atividade remunerada pode ser enquadrado de diversas maneiras, como período de carência, tempo de serviço, tempo de contribuição ou tempo de trabalho em condições especiais. Veja-se, a seguir, cada um delas.

Denomina-se período de carência o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício (art. 24 da Lei nº 8.213/1991). O período de carência decorre do desenvolvimento da atividade remunerada, salvo para o segurado facultativo, que contribui para o sistema independentemente do exercício de atividade remunerada. Seu objetivo é evitar que o trabalhador segurado, à beira da incapacidade laboral, vincule-se ao sistema de forma oportunista, como na hipótese de um cidadão já doente filiar-se ao sistema com o inequívoco intuito de obter o benefício da aposentadoria por invalidez. Alguns benefícios independem de carência, como a pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente e, em alguns casos, o salário-maternidade, o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez, sendo sempre exigido para as aposentadorias por idade, por tempo de contribuição e especial.²⁷⁹

Já o tempo de serviço é o interregno de prestação de serviços onerosos, sendo utilizado como pressuposto da aposentadoria por tempo de serviço, benefício este que existiu até o advento da Emenda Constitucional nº 20/1998, que, visando a um equilíbrio atuarial e financeiro do sistema de previdência social (art. 201 da CF²⁸⁰), enumerou dentre os pressupostos para a obtenção de prestações previdenciárias a exigência de contribuição ao sistema, transformando a aposentadoria por tempo de serviço em aposentadoria por tempo de contribuição. Por força do art. 4º da aludida Emenda Constitucional, “o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.” Destarte, pode-se dizer que o tempo de serviço continua sendo utilizado como tempo de contribuição, não gerando a aludida modificação constitucional, ainda, grandes mudanças práticas na sistemática previdenciária, mas tão somente teóricas.²⁸¹

²⁷⁹ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 495.

²⁸⁰ CF:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial (...)

²⁸¹ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 539-540.

Por fim, do lapso temporal de exercício de atividade remunerada reconhecido em juízo pode decorrer uma condição indispensável à obtenção do benefício de aposentadoria especial, que é o “tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado” (art. 57, § 3º, da Lei nº 8.213/1991), sendo ônus do trabalhador “comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício” (art. 57, § 4º, da Lei nº 8.213/1991). Como visto anteriormente²⁸², tais benefícios são financiados pelas contribuições previstas no § 6º do art. 57 da Lei nº 8.213/1991, numa alíquota de 12% (doze por cento), 9% (nove por cento) ou 6% (seis por cento), incidentes sobre a remuneração do trabalhador segurado. É preciso ressaltar, todavia, que o reconhecimento judicial das condições ambientais em que o trabalho é realizado e o consequente enquadramento no grau de nocividade são tarefas árduas e nem sempre se logrará êxito em proceder a tal comprovação.

Vê-se, portanto, que o exercício da atividade remunerada engloba a carência, o tempo de serviço, o tempo de contribuição e o tempo de trabalho em atividade em condições especiais. Importa, aqui, tratar do gênero, exercício de atividade remunerada, o qual, dependendo da condição a comprovar pelo trabalhador segurado, assumirá uma das mencionadas facetas.

A despeito de se atribuir ao trabalhador segurado o ônus da comprovação do exercício da atividade remunerada e de outras condições específicas para obtenção das prestações previdenciárias, o ente previdenciário possui um cadastro nacional de informações sociais – CNIS sobre os vínculos, períodos e remunerações dos segurados, cuja finalidade é servir de base para o cálculo do salário-de-benefício, comprovação de filiação ao regime geral de previdência social, tempo de contribuição e relação de emprego (art. 29-A da Lei nº 8.213/1991).

O referido cadastro foi criado pelo Decreto nº 97.936/1989, com a denominação de Cadastro Nacional do Trabalhador, e armazena as informações necessárias para garantir direitos trabalhistas e previdenciários.

Os dados supramencionados são de responsabilidade da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, empresa pública que, assim

²⁸² Vide item 2.3. do presente estudo.

como o INSS, é vinculada ao Ministério da Previdência Social. Segundo a Dataprev, em 2009, o banco de dados já possuía mais de 216 milhões de informações de pessoas físicas e jurídicas, 530 milhões de vínculos empregatícios, 14 bilhões de dados de remunerações e outros 2 bilhões de contribuições.²⁸³ Diversas são as fontes de alimentação de tal sistema, destacando-se, em importância, a GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), além dos próprios recolhimentos previdenciários, que são feitos pela Guia da Previdência Social (GPS).

Importa destacar que, dos referidos documentos, o mais relevante para a obtenção de benefícios previdenciários é a guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e informações à previdência social (art. 32, IV, da Lei nº 8.212/1991²⁸⁴), pois os dados decorrentes desse documento são utilizados automaticamente para fins de cálculo e concessão dos benefícios previdenciários (art. 32, § 2º, da Lei nº 8.212/1991), servindo como prova de filiação à previdência social, tempo de contribuição e salários-de-contribuição (art. 19 do Regulamento da previdência social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999).

Todas as empresas são obrigadas a, mensalmente, utilizar tal documento para recolher o FGTS e declarar na forma, prazo e demais condições estabelecidas, “dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores devidos da contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS ou do Conselho Curador do FGTS” (art. 32, IV, da Lei nº 8.212/1991).

O próprio segurado poderá solicitar, a qualquer momento, a inclusão, exclusão ou retificação de informações constantes do CNIS, com a apresentação de documentos comprobatórios dos dados divergentes (§ 2º do art. 29-A da Lei nº 8.213/1991), mas a aceitação de informações relativas a vínculos e remunerações inseridas extemporaneamente no CNIS, inclusive retificações de informações anteriormente inseridas, fica condicionada à comprovação dos dados ou das divergências apontadas (§ 3º do art. 29-A da Lei nº 8.213/1991). Havendo dúvida sobre a regularidade do vínculo

²⁸³ <http://portal.dataprev.gov.br/2009/07/26/cnis-cadastro-nacional-de-informacoes-sociais/> acesso em 10/10/2011.

²⁸⁴ Lei nº 8.212/1991:

Art. 32. A empresa é também obrigada a:

(...)

IV – declarar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, na forma, prazo e condições estabelecidos por esses órgãos, dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores devidos da contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS ou do Conselho Curador do FGTS; ([Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009](#))

incluído no CNIS e inexistência de informações sobre remunerações e contribuições, o INSS exigirá a apresentação dos documentos que serviram de base à anotação, sob pena de exclusão do período (art. § 4º do art. 29-A da Lei nº 8.213/1991).

A apresentação mensal do aludido documento e a prestação correta das informações constituem obrigação tributária acessória (art. 113, § 2º do CTN²⁸⁵), sujeitando o infrator às multas legalmente previstas (art. 32-A da Lei nº 8.212/1991²⁸⁶) e impedindo a expedição da certidão de prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (art. 32, § 10º, da Lei nº 8.212/1991).

A aludida obrigação legal engloba inclusive os dados da relação de trabalho reconhecida em juízo. A prestação de informações decorrentes de acordos homologados e decisões proferidas pela Justiça do Trabalho encontra-se expressa e minuciosamente disciplinada no manual de preenchimento da GFIP²⁸⁷ e a obrigação, além da previsão legal, está disciplinada em Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil.²⁸⁸

²⁸⁵ CTN:

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorrente da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

²⁸⁶ Lei nº 8.212/1991:

Art. 32-A. O contribuinte que deixar de apresentar a declaração de que trata o inciso IV do caput do art. 32 desta Lei no prazo fixado ou que a apresentar com incorreções ou omissões será intimado a apresentá-la ou a prestar esclarecimentos e sujeitar-se-á às seguintes multas: [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\).](#)

I – de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas; e [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\).](#)

II – de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidentes sobre o montante das contribuições informadas, ainda que integralmente pagas, no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º deste artigo [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\).](#)

§ 1º Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso II do caput deste art., será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo fixado para entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, a data da lavratura do auto de infração ou da notificação de lançamento. [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\).](#)

§ 2º Observado o disposto no § 3º deste art., as multas serão reduzidas: [\(Incluído pela Lei nº 11.941 de 2009\).](#)

I – à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; ou [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\).](#)

II – a 75% (setenta e cinco por cento), se houver apresentação da declaração no prazo fixado em intimação. [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\).](#)

§ 3º A multa mínima a ser aplicada será de: [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\).](#)

I – R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de omissão de declaração sem ocorrência de fatos geradores de contribuição previdenciária; e [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\).](#)

II – R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos. [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\).](#)

²⁸⁷ Capítulo IV, item 8, do Manual da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social/Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social GFIP/SEFIP, versão 8.4, disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/gfip/gfip3manform.htm> acesso em 10/11/2011.

²⁸⁸ Instrução Normativa RFB nº 971/2009:

Assim, todos os dados decorrentes das ações trabalhistas também devem ser declarados pela empresa reclamada, constando do CNIS informações como vínculos, períodos e remunerações, mesmo que já tiverem sido pagas ao trabalhador durante o período de trabalho reconhecido, o que se mostra correto na medida em que tais dados são indispensáveis para que o trabalhador segurado tenha assegurados os seus direitos previdenciários.

Constituindo o CNIS relevante banco de dados relativo à vida laboral do trabalhador segurado, e decorrendo das decisões da Justiça do Trabalho informações preciosas para que o trabalhador segurado usufrua de benefícios previdenciários, vale mencionar o papel de destaque que o cumprimento da referida obrigação acessória deveria ostentar durante a execução da decisão da Justiça do Trabalho. Como o juiz deve zelar pelo desenvolvimento do processo com o cumprimento da lei (art. 35, I, da Lei Orgânica da LOMAN, Lei Complementar nº 35/1979), caso a empresa resista a cumprir a obrigação legal, cumpra-lhe comunicar tal fato ao órgão responsável pela autuação da empresa, no caso, a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A grande falha desse sistema é que, na prática, a comunicação pelo juiz acarretará mera conversão do dever instrumental de alimentar o banco de dados do CNIS em pagamento de multa, sendo que a informação de interesse do trabalhador segurado não será inserida de ofício no sistema, por ausência de previsão legal. Assim, conclui-se que a autuação da empresa não é a solução preferível do ponto de vista do resguardo aos direitos do trabalhador segurado, mas sim o cumprimento do dever legal.

Do quanto exposto até aqui, conclui-se que, hoje, teoricamente, a regra deveria ser a de que constem dos bancos de dados da previdência social todas as informações relativas ao histórico laboral do trabalhador segurado. Todavia, em virtude da grande informalidade que há no mercado de trabalho e pelo descumprimento, pelas empresas, do referido dever instrumental de informar os dados dos segurados trabalhadores a seu serviço, não é o que ocorre.

Na ausência do registro dos vínculos, períodos, remunerações e demais condições para a obtenção de prestações previdenciárias, a legislação previdenciária sempre atribui o ônus da prova ao trabalhador segurado. Por exemplo, a Lei nº 8.213/1991, em seu art. 57, § 3º, atribui o ônus da prova do desempenho de atividade em condições

Art. 105. Os fatos geradores de contribuições sociais decorrentes de reclamatória trabalhista deverão ser informados em GFIP, conforme orientações do Manual da GFIP, e as correspondentes contribuições sociais deverão ser recolhidas em documento de arrecadação identificado com código de pagamento específico para esse fim.

especiais ao trabalhador segurado. Da mesma forma, o art. 55 da referida lei, especialmente quanto ao tempo de serviço, exige a comprovação pelo trabalhador segurado, ressalvando em seu § 3º que esta “só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento.”

Após esse breve estudo acerca da relação jurídico-previdenciária, da explicitação do funcionamento e da finalidade do banco de dados da previdência social e da verificação de que, na ausência de informações referentes ao histórico laboral do trabalhador segurado no referido banco de dados, competirá a este fazer a prova do preenchimento das condições necessárias à obtenção de prestações previdenciárias, ver-se-á qual o valor probante que se atribui aos dados da vida laboral do trabalhador segurado que se encontrem atestados em sentença proferida pela Justiça do Trabalho.

6.2. A SENTENÇA TRABALHISTA COMO PROVA PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Como visto, o banco de dados da previdência social também deve ser abastecido com as informações decorrentes das decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, competindo à empresa sucumbente entregar a GFIP correspondente, com os dados relativos ao tipo de vínculo, seu período e remunerações respectivas.

Todavia, ainda que a empresa cumpra com o seu dever legal e em que pese a já vista força probatória de tal documento perante a previdência social (art. 29-A da Lei nº 8.213/1991 e art. 19 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999), o INSS pode opor-se ao reconhecimento direto da procedência de tais dados, pois o § 3º do art. 29-A da Lei nº 8.213/1991 dispõe que a aceitação de informações relativas a vínculos e remunerações inseridas extemporaneamente no CNIS, inclusive retificações de informações anteriormente inseridas, fica condicionada à comprovação dos dados ou das divergências apontadas, conforme critérios definidos em regulamento. Por sua vez, o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999, em seu art. 19, § 2º, estabelece quais informações são consideradas extemporâneas, as quais somente são aceitas se corroboradas por documentos que comprovem a sua regularidade.²⁸⁹

²⁸⁹ Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999: Art. 19. (...)

Em resumo, considera-se extemporânea a informação sobre (i) a data de início de vínculo já logo após o decurso do prazo legal de entrega da GFIP; (ii) sobre as remunerações, após o último dia do quinto mês subsequente ao mês da data de prestação de serviço pelo segurado se a informação decorrer de GFIP e após o último dia do exercício seguinte ao a que se referem as informações quando se tratar de dados informados por RAIS; (iii) quanto às contribuições, sempre que o recolhimento tiver sido feito sem observância do prazo legal.

Ou seja, como as ações trabalhistas tratam de período muito anterior à data da propositura e dificilmente, salvo homologação de acordo, há sentença antes de decorridos os aludidos prazos, as informações eventualmente prestadas pelas empresas serão, regra geral, consideradas extemporâneas e, portanto, deverão estar respaldadas por documentos que comprovem a sua regularidade. Todavia, tal exigência pode ser um empecilho para a concretização de direitos do trabalhador segurado, mormente quando a decisão judicial baseia-se em acordo ou prova exclusivamente testemunhal.

Sendo assim, regra geral, a GFIP decorrente da sentença trabalhista não funcionará como prova suficiente de vínculos, períodos e remunerações, de sorte que competirá ao trabalhador segurado a prova das condições legais para a obtenção das prestações previdenciárias. Daí a impropriedade do dispositivo legal, servindo, inclusive, como fator desestimulante para o cumprimento da obrigação.

(...)

§ 3º Respeitadas as definições vigentes sobre a procedência e origem das informações, considera-se extemporânea a inserção de dados: [\(Redação dada pelo Decreto nº 6.722, de 2008\)](#)

I - relativos à data de início de vínculo, sempre que decorrentes de documento apresentado após o transcurso de até cento e vinte dias do prazo estabelecido pela legislação, cabendo ao INSS dispor sobre a redução desse prazo; [\(Redação dada pelo Decreto nº 7.223, de 2010\)](#)

II - relativos a remunerações, sempre que decorrentes de documento apresentado: [\(Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008\)](#)

a) após o último dia do quinto mês subsequente ao mês da data de prestação de serviço pelo segurado, quando se tratar de dados informados por meio da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP; e [\(Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008\)](#)

b) após o último dia do exercício seguinte ao a que se referem as informações, quando se tratar de dados informados por meio da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS; [\(Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008\)](#)

III - relativos a contribuições, sempre que o recolhimento tiver sido feito sem observância do estabelecido em lei: [\(Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008\)](#)

§ 4º A extemporaneidade de que trata o inciso I do § 3º será relevada após um ano da data do documento que tiver gerado a informação, desde que, cumulativamente: [\(Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008\)](#)

I - o atraso na apresentação do documento não tenha excedido o prazo de que trata a alínea “a” do inciso II do § 3º; [\(Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008\)](#)

II - [\(Revogado pelo Decreto nº 7.223, de 2010\)](#)

III - o segurado não tenha se valido da alteração para obter benefício cuja carência mínima seja de até doze contribuições mensais. [\(Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008\)](#)

E se o trabalhador segurado apresentar a própria decisão trabalhista? O INSS e o Ministério da Previdência Social também têm negado que a prova possa ser feita com a mera apresentação da decisão judicial, caso esta tenha se baseado em acordo ou prova exclusivamente testemunhal, fundamentando-se no já aludido art. 55, § 3º, da Lei nº 8.213/1991.²⁹⁰

Em nível regulamentar, o INSS exige ainda a apresentação de documentos que comprovem o exercício de atividade nos períodos a serem contados, devendo esses documentos ser *contemporâneos* dos fatos a comprovar e mencionar as datas de início e término, tais como as anotações em Carteira de Trabalho e Previdência Social e o contrato individual de trabalho. Não consta do rol exemplificativo de documentos que podem ser apresentados a decisão da Justiça do Trabalho, até por não ser, geralmente, contemporânea à época dos fatos, que é o pressuposto da regulamentação.²⁹¹

Adicionalmente, invoca o ente previdenciário que não foi parte na ação trabalhista, razão pela qual o título executivo judicial não atinge a sua relação jurídica com o trabalhador segurado, fundamentando-se no art. 472 do Código de Processo Civil, que dispõe que a coisa julgada só alcança as partes, não prejudicando, nem beneficiando terceiros.

Diante dessas e de algumas outras situações igualmente injustas, o trabalhador muitas vezes necessita buscar o reconhecimento de seu tempo de serviço e contribuição por intermédio de ação própria, a qual encontra respaldo na Súmula nº 242 do STJ, que dispõe ser cabível “ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários.”

Tal ação, por envolver entidade autárquica federal, conforme art. 109, I, da CF²⁹², compete à Justiça Federal, havendo algum entendimento dissonante após o advento

²⁹⁰ Súmula nº 4 das Juntas de Recursos / Conselho de Recursos da Previdência Social: SEGURIDADE SOCIAL. TEMPO DE SERVIÇO. AÇÃO JUDICIAL. PROCEDÊNCIA COM BASE NA CONFISSÃO FICTA OU PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. INADMISSIBILIDADE. DEC. 611/1992, ARTS. 60 E 61. LEI 8.213/1991, ART. 55, § 3º.

Consoante inteligência do § 3º, do art. 55, da Lei 8.213/1991, não será admitida como eficaz para comprovação de tempo de contribuição e para os fins previstos na legislação previdenciária, a ação Reclamatória Trabalhista em que a decisão não tenha sido fundamentada em início razoável de prova material contemporânea constante nos autos do processo.

Disponível em: < <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/32/CRPS/4.htm> >. Acesso em 12/12/2011.

²⁹¹ Art. 62 do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/1999.

²⁹² CF:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

(...)

da Emenda Constitucional nº 45/2004, no sentido de que a competência seria da Justiça do Trabalho, a qual ostenta competência hoje para processar e julgar todas as ações oriundas da relação de trabalho (art. 114, I, da CF) e outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei (art. 114, XI, da CF). No entanto, o entendimento que prevalece é de que a aludida Emenda Constitucional não alterou a competência da Justiça Federal para apreciar tal matéria.²⁹³

Quanto à força da sentença trabalhista como prova na ação declaratória para o reconhecimento de vínculo²⁹⁴, entende-se que a decisão pode ser considerada como início de prova material, mostrando-se hábil para a determinação do tempo de serviço previsto no art. 55, § 3º, da Lei nº 8.213/1991, desde que fundada em elementos que evidenciem o exercício da atividade laborativa na função e períodos alegados na ação previdenciária, ainda que o INSS não tenha integrado a respectiva lide. Ou seja, também se nega a força probante da decisão da Justiça do Trabalho que decorre de acordo ou prova exclusivamente testemunhal.

O próprio STF já decidiu que o disposto no art. 55, § 3º, da Lei nº 8.213/1991, não vulnera preceitos constitucionais, tendo enfrentado a questão ante a garantia do contraditório e da ampla defesa; à inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos, a contrário senso; e da garantia dos direitos sociais, em especial o da aposentadoria (artigos 5º, LV e LVI, 6º e 7º, XXIV, da CF).²⁹⁵ O relator do Recurso Extraordinário nº 226.588-9, Ministro Marco Aurélio, afirmou que a titularidade de certo direito pode ser provada pelos meios admitidos na legislação instrumental comum, mas que há situações concretas em que as normas de regência buscam implementar uma

²⁹³ **TST**, RR - 22700-52.2007.5.15.0043, 8ª Turma, Rel. Min. Dora Maria da Costa, DEJT 03/09/2009. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. No mesmo sentido: **TST**, RR 209/2004-044-15-00, 3ª Turma, Rel. Min. Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, DEJT 7/8/2009. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **TST**, RR - 495/2003-086-15-40, 4ª Turma, Rel. Min. Barros Levenhagen, DEJT 26/6/2009. **TST**, RR 117400-22.2009.5.15.0052, 5ª Turma, Rel. Min. Emmanoel Pereira, DEJT 02/12/2011. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 12/12/2011.

²⁹⁴ **STJ**, AgRg no Ag 1301411, 5ª Turma, Rel. Min. Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), DJe 12/05/2011. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 12/12/2011. **STJ**, AgRg no REsp 1.097.375, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 20/4/2009. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 12/12/2011. **STJ**, AgRg no REsp 720111, 6ª Turma, Rel. Min. Celso Limongi (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe 03/11/2009. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 12/12/2011. **STJ**, AgRg no REsp 1053909, 6ª Turma, Rel. Min. Paulo Galotti, DJe 06/10/2008. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 12/12/2011. Tem-se ainda a Súmula nº 149 do **STJ**: A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rural, para efeito da obtenção de benefício previdenciário. Em sentido contrário, Súmula nº 31 da **Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais**: A anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários.

²⁹⁵ **STF**, RE 226.588-9, 2ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 29/09/2000. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011. **STF**, RE 226.772, 2ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 06/10/2000. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10/10/2011.

segurança jurídica maior, sendo tal o que ocorre na hipótese do § 3º do art. 55 da Lei nº 8.213/1991.

6.3. A EXECUÇÃO DE OFÍCIO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E A PROVA PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Após verificada a valoração que hoje se faz da sentença trabalhista enquanto elemento de prova dos vínculos, períodos e remunerações do trabalhador segurado para fins de obtenção de prestações previdenciárias, cumpre apontar o equívoco das interpretações prevalecentes.

Realmente ocorrem situações com o trabalhador segurado despidas de qualquer visio de lógica ou juridicidade. Por exemplo, pode acontecer de o trabalhador segurado ter a sua relação de trabalho reconhecida perante a Justiça do Trabalho, assegurando-lhe, assim, os seus direitos trabalhistas; de a União ter logrado êxito em obter os respectivos recolhimentos previdenciários por intermédio da execução de ofício ou mesmo do recolhimento espontâneo; de as informações relativas ao desempenho de atividades remuneradas constarem do banco de dados da Previdência por ter a empresa cumprido a obrigação acessória de entrega da GFIP; mas de a autarquia previdenciária e até a Justiça negarem que estejam comprovados os fatos reconhecidos em sentença, basicamente por esta ter se baseado em acordo ou início de prova material.²⁹⁶

Como visto no item 5.2, no processo do trabalho há ênfase à conciliação, o que leva grande parte das ações que tramitam perante a Justiça do Trabalho ter por fim a celebração de um acordo. Também é muito comum, quando não há solução consensual, que o Juiz do Trabalho tenha que basear sua decisão em prova exclusivamente testemunhal.²⁹⁷ Destarte, frequentemente as decisões da Justiça do Trabalho têm o seu valor probatório negado para fins previdenciários.

Tal situação é mais crítica, pois:

²⁹⁶ Ver: PAIXÃO, Fábio Eduardo Bonisson. As contribuições previdenciárias e a competência da Justiça do Trabalho – Emenda Constitucional nº 20/98 e Lei nº 10.035/2000. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 49-58.

²⁹⁷ “um grande número das decisões da Justiça do Trabalho se baseia em provas testemunhais”, afirmou o ministro Rider Nogueira de Brito. Conforme notícia de 15/04/2008: Anteprojeto propõe efeito previdenciário às sentenças trabalhistas. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 14/10/2010.

Em geral, esses trabalhadores desconhecem que o reconhecimento da relação laboral pela Justiça do Trabalho não surtirá efeitos para sua aposentadoria, a menos que sejam apresentadas provas documentais ao ente previdenciário. Dessa forma, são surpreendidos vários anos após, quando desejam requerer sua aposentadoria, com a negativa de contabilização do tempo de serviço reconhecido judicialmente, ocasião em que, pelo lapso de tempo, certamente o segurado terá grande dificuldade em produzir a documentação necessária para garantir seu direito à aposentadoria.²⁹⁸

Pretende-se demonstrar, então, nesse derradeiro item, as diversas razões jurídicas pelas quais tal entendimento é incongruente com nosso ordenamento jurídico. Resumidamente, porque contraria o sistema previdenciário idealizado pelo constituinte e organizado pela legislação infraconstitucional; por ser uma interpretação que não garante efetividade aos direitos do trabalhador segurado; e, por fim, em razão de trazer uma interpretação ao instituto da execução de ofício que subtrai da Justiça do Trabalho seu caráter de protetora dos direitos sociais do trabalhador segurado. Veja-se cada uma dessas razões jurídicas.

Conforme afirmado na introdução ao presente trabalho, o mecanismo da execução de ofício das contribuições previdenciárias foi idealizado com “expectativas confessadamente político-financeiras do governo federal (incremento do volume de arrecadação, com vistas à superação da conjuntura deficitária que interfere na gestão dos benefícios e compromete as projeções atuariais do INSS).”²⁹⁹ Deveras, “o legislador constitucional derivado esqueceu-se do trabalhador e concentrou-se no fisco.”³⁰⁰ Todavia, a partir do momento que o dispositivo constitucional ingressa no ordenamento jurídico³⁰¹, a norma a ser extraída, como cediço, não deriva de sua literalidade, mas da

²⁹⁸ Relatório do Deputado Chico D’Angelo no Projeto de Lei nº 3.451/2008. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 10/11/2011.

²⁹⁹ FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002, p. 18.

³⁰⁰ PAIXÃO, Fábio Eduardo Bonisson. As contribuições previdenciárias e a competência da Justiça do Trabalho – Emenda Constitucional nº 20/98 e Lei nº 10.035/2000. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 57.

³⁰¹ No sentido de que as leis nascem com a sanção pelo Presidente da República ver: LENZA, Pedro. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Método, 2006, p. 286 e SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 528.

Ressalte-se que a lei só se torna eficaz com a promulgação publicada. As Emendas Constitucionais não estão sujeitas à sanção ou veto (art. 60, § 3º, da CF), passando a integrar o ordenamento jurídico já com a promulgação.

contextualização de tal dispositivo dentro do conjunto de regras e princípios constitucionalmente consagrados, que é exatamente o ordenamento jurídico de que faz parte. Ou seja, o dispositivo deve ser lido e apreendido “sob a lente da Constituição, de modo a realizar os valores nela consagrados.”³⁰²

Entende-se que o advento da competência contida no art. 114 da CF para a execução de ofício das contribuições previdenciárias acaba por modificar o entendimento que se pudesse ter quanto à aceitação da sentença proferida pela Justiça do Trabalho como prova de vínculos, períodos e remunerações. Se não vejamos.

O arquétipo constitucional do sistema previdenciário está contido no art. 201 da CF. Especificamente quanto ao que interessa no presente estudo, cumpre mencionar que o *caput* do aludido dispositivo estabelece que a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de *filiação obrigatória*. O seu § 11 estabelece ainda que os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios.

É desse sistema previdenciário que se extrai a já aludida ideia de que, para o trabalhador segurado, o vínculo jurídico de filiação ao regime geral de previdência social decorre do mero exercício de atividade remunerada, extraíndo-se de tal vínculo, de forma indissociável, a obrigação de contribuir para o sistema e o direito à obtenção de prestações previdenciárias (§ 11 do art. 201 da CF). Diferente é a hipótese do vínculo jurídico que se estabelece com os demais contribuintes da previdência social ou, de forma mais ampla, do sistema de seguridade social, como no caso das empresas, que, apesar de contribuintes da seguridade social, não se beneficiam diretamente das prestações previdenciárias. A contribuição das empresas decorre do princípio da solidariedade³⁰³, esculpido no *caput* do art. 195 da CF³⁰⁴ e, portanto, não carece de retributividade.

³⁰² BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)**, Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 9, março/abril/maio 2007, p. 20. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>>. Acesso em: 06/09/2010.

³⁰³ Sobre a interpretação constitucional do princípio da solidariedade vide julgamentos do STF sobre constitucionalidade da contribuição dos servidores inativos: **STF**, ADI 3.105, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 18/02/2005. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 12/12/2011. **STF**, ADI nº 3.128, Tribunal Pleno, Min. Ellen Gracie, DJ 18/02/2005. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 12/12/2011.

³⁰⁴ CF

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (...)

Assim, se a sentença trabalhista, por força do art. 114, VIII, da CF, acaba sendo reconhecida como título executivo judicial para a execução de ofício das contribuições previdenciárias, está atestando que o trabalhador segurado desenvolveu atividade remunerada e, nesse sentido, há um vínculo de filiação de determinada natureza, por determinado período e com certa remuneração. Tanto é assim que, como referido no item anterior, há a obrigação legal de a empresa informar os bancos de dados fiscais e previdenciários. Ora, havendo uma correlação direta entre a contribuição e a entrada ou permanência do trabalhador segurado no sistema - filiação obrigatória -, por mandamento constitucional, ocorrida a execução de ofício, impõe-se reconhecer que os dados que deram supedâneo ao cálculo das contribuições, quais sejam, natureza e período do vínculo, além da remuneração, devem servir de prova perante o ente previdenciário, que, por sinal, acabou se beneficiando das contribuições (art. 167, XI, da CF).

Anote-se que, além de se extrair tal conclusão da inteligência do art. 201 da CF, é preciso ressaltar ainda que os direitos que estão sendo suprimidos pela interpretação hoje vigente quanto à aceitação das sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho como prova perante o ente previdenciário para fins de obtenção de prestações previdenciárias são direitos sociais previstos nos artigos 7º e 201º da CF, ou seja, direitos fundamentais que devem não só ser formalmente reconhecidos, mas também concreta e materialmente efetivados.³⁰⁵ Assim, a crítica cabível é que tal postura, de parte da doutrina e da jurisprudência majoritária, consubstancia uma inversão de valores constitucionais.

Conforme anota José Eduardo de Resende Chaves Júnior:

numa inegável inversão axiológica, conferiu-se-lhe primeiro uma competência previdenciária fiscal, antes de uma competência previdenciária social, propriamente dita. Se é certo que o aumento da arrecadação da previdência é um dos pilares de sua própria existência, de modo algum se justifica que a perspectiva econômica colonize a social.³⁰⁶

Norberto Bobbio afirmou, há quatro décadas, que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-

³⁰⁵ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 182.

³⁰⁶ CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. Perfil da novel competência fiscal trabalhista – Natureza do título que funda a execução fiscal na Justiça do Trabalho. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho**: aspectos jurisprudenciais e doutrinários. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 43.

los”³⁰⁷ e a hipótese do não reconhecimento da sentença como prova é exemplar nesse aspecto. É por entendimentos como esse que:

(...) o Direito vive uma grave crise existencial. Não consegue entregar os dois produtos que fizeram sua reputação ao longo dos séculos. De fato, a injustiça passeia pelas ruas com passos firmes e a insegurança é a característica da nossa era.³⁰⁸

Com efeito, os primeiros artigos da CF deixam claro o papel dos direitos fundamentais como princípio e objetivo de nosso País.³⁰⁹ A Constituição não é mais um documento puramente político, que se resume a encartar a estrutura do Estado, mas sim como uma Constituição dirigente, programática ou compromissória³¹⁰ na qual os direitos e garantias fundamentais assumem o primeiro plano.³¹¹

Também restam ultrapassadas correntes hermenêuticas do positivismo jurídico clássico que defendiam a interpretação de um preceito constitucional com uma pretensa neutralidade axiológica e uma negação ao caráter normativo dos princípios,

³⁰⁷ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 43.

³⁰⁸ BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)**, Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 9, março/abril/maio 2007, p. 2. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>>. Acesso em: 06/09/2010.

³⁰⁹ Além do extenso rol de direitos dos artigos 5º a 11º, vale destacar:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

(...)

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

(...)

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

³¹⁰ Para Paulo Bonavides, “A face moderna das Constituições é indubitavelmente a programática.” (BONAVIDES, Paulo, **Curso de direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 244).

³¹¹ Conforme, Luís Roberto Barroso, essa leitura moral do Direito, em vertentes mais modernas, denominadas de neoconstitucionalistas ou simplesmente de novo direito constitucional, tem como um de seus marcos a centralidade dos direitos fundamentais, ocasionando “um efeito expansivo das normas constitucionais, cujo conteúdo material e axiológico se irradia, com força normativa, por todo o sistema jurídico.” Tal fenômeno não só cria um parâmetro para controle de constitucionalidade, mas também “condiciona a interpretação de todas as normas do sistema.”(BARROSO, Ibid., p. 13).

reduzindo a interpretação a uma subsunção do fato à regra, posta pelo legislador com inteireza de sentido³¹², e, dessa forma, confundindo o texto legal e a norma jurídica.³¹³

Por essas razões, a partir do advento do art. 114, VIII, da CF, o qual deve ser compreendido não em sua pura literalidade ou no contexto da intenção legislativa, como um mecanismo de finalidade e implicações meramente arrecadatórias, é incompatível que a exigência dos recolhimentos previdenciários conviva com a não aceitação da decisão da Justiça do Trabalho, transitada em julgado, como prova da implementação das condições necessárias para a obtenção de prestações previdenciárias. Esquecem-se os adeptos de tal entendimento, no entanto, que a arrecadação previdenciária, e por consequência a execução de ofício das contribuições previdenciárias, é um meio necessário para a consecução dos direitos à obtenção de prestações previdenciárias e não um fim em si mesma, como resta claro no art. 201 da CF.

Acrescente-se a isso que a execução de ofício das contribuições previdenciárias ocorre no bojo de um processo judicial e que o processo deve ser visto como instrumento para a realização dos direitos, sendo que o papel da Justiça do Trabalho não é ser tão somente um agente arrecadador do Estado, mas de garantir os direitos fundamentais do trabalhador, tanto no campo do direito do trabalho como no do direito da seguridade social.³¹⁴ Daí a força probatória que se deve atribuir à sentença trabalhista,

³¹² Id., Ibid., p. 4, 5, e 9.

Vide ainda: BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). In: BARROSO, Luís Roberto (Org.). **A nova interpretação constitucional**: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 28.

³¹³ Conforme Eros Roberto Grau, “a norma jurídica é produzida pelo intérprete. É uma construção do intérprete. A tarefa do legislador se esgota na produção do texto. (...) Interpreto o texto e também considero a realidade, construindo a norma jurídica geral. Extraio do texto a norma que preexiste lá, mas que é conformada também pela realidade (...)” (GRAU, Eros Roberto. Técnica legislativa e hermenêutica contemporânea. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). **Direito civil contemporâneo**: novos problemas à luz da legalidade constitucional: **Anais** do Congresso Internacional de Direito Civil-Constitucional da Cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: Atlas, 2008, p. 286).

³¹⁴ Sobre a função social da Justiça do Trabalho, vide ADORNO JÚNIOR, Hércio Luiz. Tese de Doutorado não publicada. **A função social da Justiça do Trabalho e a ampliação da competência pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004**. São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor Sérgio Pinto Martins, 2008.

No trabalho, o autor ressalta que a luta de classes que deu origem aos direitos sociais modificou-se, por razões diversas, inclusive pelos resultados advindos da aplicação do Direito Social. Também destaca que a hipossuficiência parece ter sido abrandada em alguns casos, pela evolução da sociedade, mas a tutela dos direitos sociais, inegavelmente, continua sendo necessária. Aliás, o que houve foi uma disseminação de tal finalidade social, assim foi feito com a propriedade, com o contrato, com a empresa. Sob esse ponto de vista, continua fazendo sentido o caráter protetivo da Justiça do Trabalho. Cita o autor que Sérgio Pinto Martins arrola as diversas facetas do princípio da proteção. (MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 40) e que Carlos Henrique Bezerra Leite prefere falar em princípio da finalidade social. (LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 4 ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 73-78). No entanto, adverte que o primeiro parece estar relacionado à produção

mormente quando ocorrida a execução de ofício das contribuições previdenciárias e, consequentemente, reconhecida a filiação à previdência social, como visto.

Afora o prisma constitucional do arquétipo do sistema de previdência social, da efetividade dos direitos fundamentais e das funções constitucionais do processo e da Justiça do Trabalho, cumpre ainda ressaltar, quanto à carga probatória da sentença trabalhista para fins de comprovação das condições necessárias à obtenção de prestações previdenciárias, que o entendimento prevalecente, em especial quanto às sentenças decorrentes de acordo ou prova exclusivamente testemunhal, acabam por presumir a ocorrência de fraude ou o conluio em juízo. Lembre-se que já há norma que impõe ao magistrado o dever de impedir que as partes sirvam-se “do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido por lei” (art. 129 do CPC), não havendo necessidade de impor entendimento que, já *a priori*, ateste fraude, muitas vezes sem possibilidades de prova em contrário.

Como visto, diante da interpretação constitucional que se deve atribuir ao instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias, o comando do art. 55, § 3º, da Lei nº 8.213/1991, não mais pode ser oposto às sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho. Em que pese fundar-se em acordo ou em prova testemunhal, a sentença da Justiça do Trabalho tem um valor jurídico que não pode ser desprezado, constituindo um ato de soberania estatal, com efeitos no mundo jurídico, para as partes e para terceiros.

Não se trata de afirmar que a decisão faz coisa julgada quanto à relação jurídico-previdenciária do trabalhador segurado com o ente previdenciário, mas sim que constitui prova suficiente dos vínculos, períodos e remunerações. A negativa de sua aceitação parece possível somente se, justificadamente, restarem demonstradas as razões concretas que levaram à conclusão de que houve fraude ou conluio. Destarte, não há razão para que o ente previdenciário invoque ofensa ao já aludido art. 472 do CPC.

Conforme já mencionado na introdução ao presente estudo, há um Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo (Projeto de Lei nº 3.451/2008), que visa a obrigar a previdência social a aceitar a sentença proferida na Justiça do Trabalho como início de prova material do tempo de serviço, mesmo sem apresentação de documentação contemporânea aos fatos a comprovar, desde que houvesse recolhimento integral das contribuições previdenciárias e somente quanto ao período não prescrito pela legislação trabalhista. Por outro lado, sempre que as decisões da Justiça do Trabalho estiverem

legislativa e o segundo à atividade jurisdicional. De qualquer forma, constituem a justificativa maior da existência de um Direito e uma Justiça Especializada.

baseadas em prova documental, estas teriam força probante suficiente para comprovar o tempo de serviço perante a previdência social.³¹⁵

Na própria Mensagem de encaminhamento ao então Presidente da República, Luiz Ignácio Lula da Silva, o ex-Ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho reconhece que em razão da notória informalidade das relações de trabalho no Brasil, aliada aos princípios da celeridade e oralidade, norteadores do processo do trabalho, “grande parte das decisões da Justiça do Trabalho não se baseiam em prova material.”³¹⁶

Os termos do Projeto de Lei foram alterados em Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.451/2008, apresentado pelo ex-Deputado Paulo Rocha na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e com parecer aprovado por unanimidade na aludida Comissão.³¹⁷ O Substitutivo encontra-se pendente de análise na Comissão de Seguridade Social e Família, com parecer favorável do Relator Deputado Chico D’Angelo.

No Substitutivo, por se entender que as restrições impostas limitam sobremaneira o alcance da proposta, foi sugerido que a decisão da Justiça do Trabalho transitada em julgado seja sempre aceita com eficácia plena e imediata perante a previdência social.

Destarte, é louvável a iniciativa do legislador ao elaborar o Substitutivo que insere no ordenamento jurídico a obrigatoriedade de o ente previdenciário aceitar as decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, sem que se exija a fundamentação em provas documentais. O Projeto de Lei original atribuía a responsabilidade pela eventual ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias, que hoje é das empresas empregadoras³¹⁸, ao trabalhador segurado, que em nada concorre para a existência dessa

³¹⁵ Projeto de Lei nº 3.451/2008, que acrescenta três parágrafos ao art. 55 da Lei nº 8.213/1991: Art. 55. (...)

§ 5º As decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive as referentes a reconhecimento de período contratual, poderão ser aceitas como início de prova material, desde que tenham sido proferidas com base em prova documental, contemporânea aos fatos a comprovar.

§ 6º As decisões a que se refere o § 5º, não proferidas com base em prova documental, terão sua eficácia perante o Regime Geral de Previdência Social limitada ao período não abrangido pela prescrição trabalhista e desde que tenha havido recolhimento de contribuições previdenciárias no curso do período laboral.

§ 7º Na hipótese de não ter havido o recolhimento a que se refere o § 6º, a eficácia da decisão fica condicionada à comprovação, ao INSS, do efetivo recolhimento das contribuições previdenciárias correspondentes ao respectivo período.

³¹⁶ Mensagem nº 295/2008.

³¹⁷ O aludido substitutivo apenas altera a redação do § 3º do art. 55 da Lei nº 8.213/1991:

§ 3º A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento, e na hipótese de decisão judicial transitada em julgado, em face de sua plena e imediata eficácia para todos os fins de direito. (NR)

³¹⁸ Art. 30, I, e 33, § 5º, da Lei nº 8.212/1991; e Lei nº 10.666/2003.

eventual ilegalidade. Destarte, apenas se iria substituir um obstáculo à obtenção do direito às prestações previdenciárias por outro, pois para grande parte dos trabalhadores ou não seria vantajoso o recolhimento de contribuições de tal vulto, ou, pior, sequer teria mesmo condições de arcar com tais custos, o que, além de ser uma incoerência com o sistema previdenciário, como afirmado anteriormente, continuaria a reduzir em muito a efetividade dos direitos sociais do trabalhador segurado, criando obstáculo intransponível à sua consecução, em flagrante inconstitucionalidade ante o sistema protetor idealizado pelo constituinte.

De toda forma, parece-nos que a conclusão a que se chega pelo teor de seu Substitutivo, ainda que este tenha por objetivo superar a celeuma acerca da referida questão, poderia ser aplicado diante de legislação atual, conforme interpretação proposta com base num conjunto de regras e princípios constitucionalmente consagrados.

Em síntese, hoje, independentemente do advento de legislação disciplinando a questão, por tudo que se expôs no presente item, se o trabalhador segurado tiver a sua relação de trabalho reconhecida por sentença proferida pela Justiça do Trabalho, faculta-se à União o exercício de seu direito de executar as contribuições previdenciárias decorrentes de tal decisão; obriga-se a empresa a prestar todas as informações relativas ao desempenho de tais atividades ao banco de dados da previdência; mas, independentemente do exercício da faculdade pela União e do cumprimento da obrigação acessória pela empresa, está reconhecido o vínculo jurídico de filiação do trabalhador segurado à previdência social, razão pela qual é a sentença trabalhista, independentemente de restar baseada em acordo ou prova exclusivamente testemunhal, prova suficiente de vínculos, períodos e remunerações do trabalhador segurado.

A análise dessa responsabilidade foi feita no item 3.3. do presente estudo.

Note-se que, quanto aos segurados empregado e avulso, o art. 34, I, da Lei nº 8.213/1991 estipula ainda que serão considerados para cálculo do benefício “os salários-de-contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, **ainda que não recolhidas pela empresa**, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis”. (Grifos nossos).

7. CONCLUSÕES

Em arremate, recapitulam-se as principais conclusões extraídas no decorrer do presente estudo, as quais tiveram por finalidade ressaltar a importância do instituto da execução de ofício das contribuições previdenciárias no processo do trabalho e servir de embasamento teórico para as críticas quanto à interpretação que se tem dado hoje ao instituto.

Inicialmente, foi visto que, até o advento da Emenda Constitucional 20/1998, a Justiça do Trabalho não detinha nenhuma competência em matéria propriamente previdenciária, ainda que a legislação e a normatização dos Tribunais atribuísssem o dever de efetivação dos descontos legais e a comprovação dos recolhimentos à chancela do Juiz do Trabalho.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 20/1998, atribuiu-se à Justiça do Trabalho a competência para a execução “de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, *a*, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.” Tal competência é fruto da baixa efetividade dos recolhimentos de contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho e, nesse sentido, de um esforço do Poder Público no aperfeiçoamento do mecanismo de arrecadação e fiscalização dentro de um contexto muito peculiar de reforma de todo o sistema previdenciário. Além disso, politicamente, a ampliação de competência acabou por reforçar os argumentos contrários à proposta de extinção da Justiça do Trabalho.

Ainda que alguns doutrinadores entendam ser inconstitucional a execução de ofício das contribuições previdenciárias, o instituto é compatível com os princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório, do devido processual legal e da separação de poderes.

Também foi visto que a regulamentação legal da previsão constitucional não foi imediata, somente vindo com a edição da Lei nº 10.035/2000. A referida lei sistematizou a aplicação do instituto, ao menos nos aspectos processuais, com a inserção de diversos dispositivos e alterações de alguns outros. O aperfeiçoamento do procedimento seguiu-se com as Leis nºs 11.457/2007 e 11.941/2009. Importa destacar que a Lei nº 11.457/2007 atribuiu à Secretaria da Receita Federal do Brasil, antes denominada apenas Secretaria da Receita Federal, a incumbência de planejar, executar, acompanhar e avaliar

as atividades relacionadas à tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições previdenciárias.

Passando para a análise das contribuições previdenciárias, foram estudadas suas principais características e a adequação de sua execução dentro de um processo judicial trabalhista. Quanto à natureza jurídica das contribuições sociais para a seguridade social, hoje prevalece o entendimento de que estas constituem espécie tributária. Foi mencionado que o objeto da competência da execução de ofício são as contribuições sociais para a seguridade social, previstas no art. 195, I, *a*, e II, e seus acréscimos legais, o que inclui o Seguro de Acidente do Trabalho - SAT (art. 7º, XXVIII, e 201, § 10º, da CF; e art. 22, II, da Lei nº 8.212/1991) e seu adicional, que se direciona ao financiamento da aposentadoria especial (art. 201, § 1º, da CF; e §§ 6º e 7º do art. 57 da Lei nº 8.213). Por outro lado, a competência constitucional não alcança as contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, referidas no art. 240 da CF.

Foi visto ainda que, diante da ampliação de competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar demanda oriunda de qualquer relação de trabalho - Emenda Constitucional nº 45/2004 -, a execução de ofício das contribuições previdenciárias não mais se restringe à incidência sobre as remunerações de segurados empregados, podendo alcançar, inclusive, as remunerações de contribuintes individuais, ou mesmo das demais classes de segurados.

Ainda quanto à adequação da execução das aludidas contribuições no processo do trabalho, dispôs-se a respeito da celeuma existente sobre a definição do momento da ocorrência do fato gerador das contribuições previdenciárias. Apontou-se que a doutrina e a jurisprudência se posicionam, basicamente, em quatro vertentes, havendo quem defenda que o fato gerador se aperfeiçoaria com a prolação da decisão pela Justiça do Trabalho; com o trânsito em julgado do referido decisório; com o pagamento dos valores objeto da condenação; ou já, antes, quando da prestação dos serviços.

Afirmou-se que, na linha do entendimento do STF e do STJ, o fato gerador das contribuições previdenciárias ocorre já com a prestação dos serviços. Ademais, hoje resta expresso, especificamente quanto às contribuições executadas de ofício na Justiça do Trabalho, que se considera “ocorrido o fato gerador das contribuições sociais na data da prestação do serviço”, conforme § 2º do art. 43 da Lei nº 8.212/1991, acrescentado pela Lei nº 11.941/2009.

Quanto ao fato gerador das contribuições previdenciárias, apontou-se ainda que a Súmula 368 do TST, ao estipular “que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição”, está reconhecendo que as contribuições previdenciárias incidem mês a mês, no regime de competência, e, portanto, que o fato gerador ocorre também periodicamente, o que se mostra incompatível com o posicionamento do próprio TST de que o fato gerador dessas contribuições previdenciárias ocorreria no trânsito em julgado do decisório.

Relativamente à base de cálculo das contribuições previdenciárias, foi visto que o art. 195, I, *a*, da CF, ao mencionar que a contribuição previdenciária da empresa incidirá sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, está estabelecendo os limites constitucionais para a definição da base de cálculo das contribuições previdenciárias. Quanto à contribuição dos trabalhadores, a CF não trouxe balizas tão estreitas, havendo maior espaço para a atuação do legislador ordinário. Dentro dos mencionados parâmetros constitucionais, a Lei nº 8.212/1991, em seu art. 11, delimitou então a base de cálculo da contribuição das empresas, a qual incide sobre a “remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço” (parágrafo único, alínea *a*), e dos trabalhadores, que, por sua vez, incide sobre o seu “salário-de-contribuição” (parágrafo único, alínea *b*).

Já no concernente aos acréscimos legais incidentes sobre as contribuições previdenciárias, considerou-se a alteração promovida pela Lei nº 11.457/2007, a qual definiu que as contribuições pagas em atraso estão sujeitas à multa de mora e aos juros de mora, estes calculados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Como a prestação dos serviços é fato gerador das contribuições previdenciárias, deve-se reconhecer na Justiça do Trabalho que, após o dia vinte do mês seguinte à prestação de serviços, são devidos os acréscimos legais.

Após o estudo das contribuições previdenciárias e de sua aplicação no processo do trabalho, passou-se a analisar como se dá a apuração das contribuições previdenciárias na execução de ofício. Foi visto que, em regra, essa ocorre por intermédio da liquidação da sentença, em clara exceção ao sistema geral disciplinado pelo art. 142 do CTN, que prevê o lançamento administrativo como pressuposto para a cobrança de tributos. Mesmo quanto às sentenças líquidas ou homologatórias de acordo, há a previsão

de um momento processual próprio para a discussão da questão relativa à incidência de contribuições previdenciárias, ainda que restrito.

Assim, a sentença líquida, a de homologação de acordo e a de liquidação, após o trânsito em julgado, constituem título executivo hábil para que a União execute as contribuições previdenciárias. Já nas hipóteses legais de dispensa de ciência e manifestação da União (art. 832, § 7º, e art. 879, § 5º, ambos da CLT), não se forma título executivo judicial, pois não há participação do credor ou sujeito ativo do tributo, sendo a execução um mero consectário da sentença, tal como ocorre com as custas processuais não pagas, na forma do art. 790, § 2º, da CLT.

Em sequência à definição da formação do título executivo que serve de base para a execução de ofício das contribuições previdenciárias, analisou-se uma das questões mais relevantes quanto à importância do instituto, que se refere ao alcance da competência contida no art. 114, VIII, da CF, às sentenças meramente declaratórias. Foi visto que a CF não impõe qualquer restrição à natureza das sentenças sujeitas à execução de ofício, não elegendo que a contribuição deva decorrer de sentença com obrigação de pagar. Tratando-se de expressão com significação própria e ampla, não é compatível com qualquer redução do seu campo de incidência pela regulamentação legal ou mesmo pelo Poder Judiciário, em virtude do princípio da máxima eficácia, eficiência ou interpretação efetiva da norma constitucional. Isso sem falar que, diante de princípios como o da celeridade, economia processual ou da efetividade dos direitos do trabalhador segurado, não faria sentido imaginar tal restrição.

Foi afirmado ainda que a interpretação do dispositivo tem que ser feita a partir da própria Constituição para o plano infraconstitucional, e não o contrário, sob pena de reduzir a força normativa da carta política. Como a execução de ofício acaba por reconhecer a filiação do trabalhador segurado ao sistema de previdência social idealizado na CF, a qual tem por consequência não só o dever de recolhimento de contribuições previdenciárias, mas também o direito de este trabalhador segurado ter reconhecidos, para fins previdenciários, os dados constantes na sentença. Assim, envolvendo um direito social fundamental, a interpretação do art. 114, VIII, da CF, deve submeter-se ao princípio da ótima concretização da norma. Daí a impropriedade de se alterar o sentido do art. 114, VIII, da CF, e, consequentemente, a redução de seu alcance de forma a não incluir as sentenças meramente declaratórias de vínculo.

Estipulados os principais aspectos objetivos quanto ao instituto, passou-se a analisar os limites de atuação das partes na execução de ofício das contribuições

previdenciárias. Foi visto que a participação da União no processo de conhecimento tem o condão de formar título executivo judicial transitado em julgado, inclusive em face dela própria, na relação jurídico-processual que se forma entre a União e as partes do processo. Tal intervenção configura nova modalidade de intervenção de terceiros com características muito peculiares.

Na liquidação de sentença, conforme previsto no art. 879, § 3º, da CLT, a União já passa a figurar como parte, ostentando interesse e legitimidade próprios (art. 3º do CPC), sendo a sua atuação tão ampla quanto a das demais partes do processo, podendo, inclusive, impugnar a sentença de liquidação (art. 884, § 4º, da CLT). Da mesma forma, a União segue como parte no processo de execução, ostentando todos os direitos e deveres inerentes às partes, tendo equivalente interesse na solução do litígio.

Quanto à atuação das partes, verificou-se o aspecto mais relevante, que é o direito que ostentam de transacionarem para pôr fim ao litígio. Afirmou-se que no processo do trabalho há grande ênfase à conciliação e que esta deve ocorrer livremente, mas dentro dos limites impostos pelas normas de direito privado - direitos próprios e disponíveis -, pelos princípios de direito público – indisponibilidade dos interesses públicos, e segundo as regras processuais que limitam o momento e o objeto da transação, sem embargo do dever de o juiz zelar pela não utilização fraudulenta do instituto da conciliação.

No último capítulo, como resultado do estudo procedido, que legitima e ressalta a importância do instituto, foram tecidas críticas ao fato de a sentença trabalhista baseada em acordo ou prova exclusivamente testemunhal não ser aceita perante a previdência social como prova de vínculos, períodos e remunerações.

Retornou-se à ideia de que o mero exercício da atividade remunerada, independentemente de adesão voluntária, tem o condão de formar o vínculo jurídico de filiação previdenciária, dele decorrendo, basicamente, a obrigação de contribuir para o sistema e o direito à obtenção de prestações previdenciárias. Ressaltou-se que, como há uma correlação direta entre a contribuição e a entrada ou permanência do trabalhador segurado no sistema - filiação obrigatória -, ocorrida a execução de ofício, impõe-se reconhecer que os dados que deram supedâneo ao cálculo das contribuições, quais sejam, natureza e período do vínculo, além da remuneração, devem servir de prova perante o ente previdenciário, que, por sinal, acabou se beneficiando das contribuições (art. 167, XI, da CF).

Foi visto que a interpretação que relativiza a aceitação da sentença trabalhista para fins de obtenção de prestações previdenciárias restringe indevidamente os

direitos sociais previstos nos artigos 7º e 201 da CF, ou seja, direitos fundamentais, os quais constituem princípio e objetivo de nosso País e que devem não só ser formalmente reconhecidos, mas também concreta e materialmente efetivados, sob pena de serem invertidos os valores constitucionais.

Adicionalmente, foi visto que o processo judicial é o instrumento para a realização dos direitos, sendo que o papel da Justiça do Trabalho não é ser um agente arrecadador do Estado, mas de garantir os direitos fundamentais do trabalhador.

Por todas essas razões é que se afirmou que, com o advento da competência contida no art. 114 da CF para a execução de ofício das contribuições previdenciárias, impõe-se reconhecer que os dados que deram supedâneo ao cálculo das contribuições, quais sejam, natureza e período do vínculo, além da remuneração, devem fazer prova perante a previdência social.

Ao final cumpre notar que a conclusão do último capítulo bem retrata a forma conservadora como tem sido interpretado o instituto, que não preza pelos valores sociais do trabalho, encarando a execução de ofício das contribuições previdenciárias no processo do trabalho a partir de uma perspectiva apenas arrecadatória, sem cumprir desideratos importantes para o trabalhador na qualidade de segurado. A consequência disso é que o instituto passa a ser visto como um obstáculo à obtenção de direitos trabalhistas e um estorvo à asoberbada Justiça do Trabalho, ou seja, num sob um enfoque negativista quanto à sua importância. Tanto é assim que prevalece a equivocada interpretação de que a execução de ofício das contribuições previdenciárias não alcança as sentenças meramente declaratórias, sendo que a CF não impõe qualquer restrição à natureza das sentenças sujeitas à execução de ofício.

A partir da visão proposta quanto à importância do instituto, pretende-se demonstrar que a sua aplicação no processo do trabalho tem relação íntima com os desígnios da Justiça do Trabalho e que, portanto, é salutar que seja a mais ampla possível, de sorte a garantir os direitos previdenciários dos trabalhadores segurados e um sistema de seguridade social sustentável. Portanto, propõe-se uma releitura, mais humanista, que leve em conta as reais dificuldades ocasionadas ao trabalhador para ter assegurados os seus direitos previdenciários e, nessa medida, enxergue o papel da execução de ofício no processo do trabalho não só como instrumento fiscal, mas também como ferramenta hábil para ampliar a efetividade de direitos fundamentais.

8. BIBLIOGRAFIA

- ADORNO JÚNIOR, Hécio Luiz. Tese de Doutorado não publicada. **A função social da Justiça do Trabalho e a ampliação da competência pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004**. São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor Sérgio Pinto Martins, 2008.
- ALMEIDA, Amador Paes de. **CLT comentada**: legislação, doutrina, jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2003.
- AMORIM FILHO, Agnelo. Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 300, p. 7-37, 1960.
- ANJOS FILHO, Roberio Nunes dos. Direitos fundamentais e hermenêutica constitucional. **Revista dos Mestrados em Direito Econômico da UFBA**, Salvador, n. 7, p. 293-330, jan./dez. 1999.
- APELLES, J. B. Conceição, **Segurança social - manual prático**. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2008.
- ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. **Assistência e intervenção da União**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- ARAÚJO, Luiz Carlos de; SILVA, Wilson Pocidonio. Fato gerador das contribuições sociais. **Revista LTr**, São Paulo, v. 73, n. 4, abr. 2009.
- ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BACHOF, Otto. **Normas constitucionais inconstitucionais?** Tradução e nota prévia de José Manuel M. Cardoso da Costa. Coimbra: Almedina, 1994.
- BALERA, Wagner. O marketing de incentivo e as contribuições sociais. In: BIFANO, Elidie et alii. **Marketing de incentivo: uma visão legal**. Barueri, SP: Manole, 2008.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.
- _____. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2006.
- BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)**, Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 9, março/abril/maio 2007. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>. Acesso em: 06/09/2010.

_____. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). In: BARROSO, Luis Roberto (Org.). **A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Hermenêutica e interpretação constitucional**. 3. ed. São Paulo: Celso Bastos, 2002.

_____. Peculiaridades justificantes de uma hermenêutica constitucional. **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política**, São Paulo, v. 5, n. 21, p. 40-53, out./dez. 1997. BELTRAN, Ari Possidonio. **Direito do trabalho e direitos fundamentais**. São Paulo: LTr, 2002.

BIFANO, Elidie P. et alii. **Marketing de incentivo: uma visão legal**. Barueri, SP: Manole, 2008.

BIM, Eduardo Fortunato. Inconstitucionalidade da execução das contribuições previdenciárias pela Justiça do Trabalho: EC 20/98. **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo, n. 89, p. 21-34, 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOLLMANN, Vilian. **Previdência e justiça: o direito previdenciário no Brasil sob o enfoque da teoria da justiça de Aristóteles**. Curitiba: Juruá, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

CANCELLA, Carina Bellini; FAVA, Marcos Neves. Efetividade da jurisdição trabalhista e recolhimentos previdenciários: crítica à revogação da Súmula nº 368 do Tribunal Superior do Trabalho. **Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola da Magistratura da 15ª Região**, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 311-316, nov. 2006. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/35279>>. Acesso em: 9 abr. 2010.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Da intervenção da união federal como *amicus curiae*. **Revista de Processo**, v. 111, jul./set. 2003.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Direito tributário: linguagem e método**. 1. ed. São Paulo: Noeses, 2008.

CASTILHO, Paulo César Baria de. **Execução de contribuição previdenciária pela Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 58-70.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Contribuição à seguridade social em razão de decisões proferidas pela Justiça do Trabalho e sua execução. **Revista LTr**, São Paulo, v. 63, n. 2, fev. 1999.

_____. **Manual de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2001.

CESARINO JÚNIOR, Antonio Ferreira. **Direito social**. São Paulo: LTr, 1980.

CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. Perfil da novel competência fiscal trabalhista – natureza do título que funda a execução fiscal na Justiça do Trabalho. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CINTRA, Antonio Carlos Araújo; GRINOVER Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

COELHO, Sacha Calmon Navarro (Org.). **Contribuições para seguridade social**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CORREIA, Marcos Orione Gonçalves. **Teoria geral do processo**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

_____. Das inconsistências jurídicas da competência atribuída à Justiça do Trabalho para a execução de ofício de contribuições sociais decorrentes de suas sentenças. **Revista de Previdência Social**, São Paulo, v. 25, n. 245, p. 228-231, 2001.

COSTA, Newton C. A. da. **O conhecimento científico**. São Paulo: Discurso Editorial, 1997.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **A Fazenda Pública em juízo**. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2007.

DALAZEN, João Oreste. **Competência material da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1994.

_____. Controvérsias sobre a execução de contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho. **Revista do Direito Trabalhista**, n. 6, 2003.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2005.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Execução civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1994. ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1983.

ESCANFELLA, Carlos Augusto; TOLOY, Renato David. Execução das contribuições previdenciárias – inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 20/1998 – impossibilidade de execução de ofício pela Justiça do Trabalho. **Revista LTr: Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 35, n. 150, p. 793-797, jan./dez. 1999.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002.

_____. Do fato gerador das contribuições sociais na Justiça do Trabalho – aspectos controvertidos. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 34, 2009.

FERRARI, Irany et alii. **História do trabalho, do direito do trabalho e da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2002.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. São Paulo: Atlas, 1980.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2004.

FRANÇA, Giselle de Amaro e. **O Poder Judiciário e as políticas públicas previdenciárias**. São Paulo: LTr, 2011.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Brocardos jurídicos: as regras de Justiniano**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

FREITAS, Jonatas Rodrigues de. A execução das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

FREITAS, Juarez. O intérprete e o poder de dar vida à Constituição. **Revista da Faculdade de Direito Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, v. 32, n. 34, p. 59-76, 2000.

GOMES, Orlando. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Élson. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

GONÇALVES, Odonel Urbano. **Seguridade social comentada**. São Paulo: LTr, 1997, p. 55, *apud* MENESES, Geraldo Magela e Silva. Competência da Justiça do Trabalho ampliada em face da EC n. 20/98. **Revista LTr**, São Paulo, v. 63, n. 2, fev. 1999.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito**. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. Técnica legislativa e hermenêutica contemporânea. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.). **Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional**. Anais do Congresso Internacional de Direito Civil-Constitucional da Cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: Atlas, 2008.

GUADAGNINO, Angelo. **Il processo previdenziale in materia contributiva**. Padova: Cedam, 2008.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1991, p. 22.

HORVATH JUNIOR, Miguel. **Direito previdenciário**. 7. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

JUCÁ, Francisco Pedro. **A constitucionalização dos direitos dos trabalhadores e a hermenêutica das normas infraconstitucionais**. São Paulo: LTr, 1997.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução e nota prévia de José Manuel M. Cardoso da Costa. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário**. 4. ed. Salvador: Podivm, 2007.

LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

LAURINO, Salvador Franco de Lima. A emenda nº 20/98 e os limites à aplicação do parágrafo 3º do art. 114 da Constituição da República: a conformidade com o devido processo legal. **Revista LTr: Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 36, n. 25, 2000.

_____. A Lei 10.035: processo inquisitorial e violação a garantias elementares do devido processo legal. **Jornal Magistratura e Trabalho – AMATRA da 2ª. Região**, ano X, n. 40, abr./maio 2001.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2006.

LENZA, Pedro. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Método, 2006.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença** - e outros escritos sobre a coisa julgada. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

LIMA, Maria da Glória Rocha. **Execução das contribuições previdenciárias pela Justiça do Trabalho**. Belo Horizonte: Presidência da TRT 3ª Região, 2004.

LUCCA, Gianni de. **Diritto tributário**. XXIII edizione. Napoli: Edizioni Giuridiche Simone. Gruppo Editoriale Esselibri – Simone, 2009.

MACHADO, Hugo de Brito. Lançamento tributário e sentença judicial. **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo, n. 64, p. 91-98, 2001.

_____. **Curso de direito tributário**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Processo tributário**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAIA, Ary Fausto. A inaplicabilidade da competência para a execução trabalhista das contribuições previdenciárias. **Revista LTr**, São Paulo, v. 64, n.7, julho, 2000.

MALLET, Estevão. **Direito, trabalho e processo em transformação**. São Paulo: LTr, 2005.

MANNRICH, Nelson. Legislação trabalhista: garantias de patamares mínimos. In: ROMAR, Carla Teresa Martins; SOUSA, Otávio Augusto Reis (Org.). **Temas relevantes de direito material e processual do trabalho** - Estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo Teixeira Manus. São Paulo: LTr, 2000.

_____. Consequências trabalhistas da atividade de marketing de incentivo e natureza jurídica do prêmio. In: BIFANO, Elidie P. et alii. **Marketing de incentivo: uma visão legal**. Barueri, SP: Manole, 2008.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Execução de sentença no processo do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2005.

- MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Comentários à lei básica da previdência social**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2006.
- _____. **Curso de direito previdenciário**, 4. ed. São Paulo: LTr, 2011.
- MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. **Direito da seguridade social**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- _____. **Direito processual do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Comentários à CLT**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Comentário às súmulas do TST**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Direitos fundamentais trabalhistas**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- MEIRELLES, Edilton. **Temas da execução trabalhista**. São Paulo: LTr, 1998.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **Competência cível da justiça federal**. 2. ed. São Paulo: RT, 2006.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Controle de constitucionalidade: hermenêutica e revisão de fatos e prognoses legislativos pelo órgão judicial. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 88, n. 766, p. 11-28, ago. 1999.
- _____. **Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais**. 1. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.
- MENESES, Geraldo Magela e Silva. Competência da Justiça do Trabalho ampliada em face da EC n. 20/98. **Revista LTr**, São Paulo, v. 63, n. 2, fev. 1999.
- MERÇON, Gustavo do Amarante. A sentença trabalhista e o efeito anexo condenatório das contribuições previdenciárias. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. 6. ed. Coimbra Editora, 2007. Tomo II.
- MONTOYA MELGAR, A. (Dir.). **Curso de seguridad social**. 3. ed. Madrid: Thomson-Civitas, 2005.
- MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

- MORAES, Josino. **A indústria da Justiça do Trabalho**. Campinas, São Paulo: Komedi, 2001.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. 5v.
- MUZZI FILHO, Carlos Victor. A exigência pela Justiça do Trabalho de contribuição sobre a folha de pagamentos. In: COELHO, Sacha Calmon Navarro (Org.). **Contribuições para seguridade social**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- _____. **Iniciação ao direito do trabalho**. 34. ed. São Paulo: LTr, 2009.
- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- _____. **Princípios fundamentais – teoria geral dos recursos**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- _____. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- OLIVEIRA, Fabrício Lopes. **O instituto da decadência e os créditos tributário-previdenciários constituídos na Justiça do Trabalho**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito), PUC-SP, São Paulo.
- PAIXÃO, Fábio Eduardo Bonisson. As contribuições previdenciárias e a competência da Justiça do Trabalho – Emenda Constitucional n. 20/98 e Lei n. 10.035/2000. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- PAULSEN, Leandro. **Constituição e código tributário à luz da doutrina e da jurisprudência**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- PEDUZZI, Maria Cristina Hirigoyen. A competência da Justiça do Trabalho para a execução das contribuições previdenciárias. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília: TST, v. 70, n. 1, jan./jul. 2004.
- PERSIANI, Mattia. **Diritto della previdenza sociale**. 16. ed. Padova: Cedam, 2007.
- PINTO, José Augusto Rodrigues. **Processo trabalhista de conhecimento**. São Paulo: LTr, 2000.

PIERCE, Charles Sanders. *Apud* SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1974.

ROSSI, Benôni. **Execução de contribuições perante a Justiça do Trabalho**. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito), PUC-SP, São Paulo.

SAAD, Eduardo Gabriel. Temas trabalhistas. In: **Suplemento LTr**, n. 022/99, p. 106-107.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Temas modernos de direito do trabalho** (após a Emenda Constitucional nº 45/2004). São Paulo: BH, 2005.

SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Método, 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3. ed. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2003.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Contribuições sociais incidentes nas ações trabalhistas. **Síntese Trabalhista**, São Paulo, n. 154, abr. 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de direito do trabalho aplicado**. Rio de Janeiro: Campus, 2010, v. 8.

_____. Eficácia contida, ilegalidades e inconstitucionalidades da Lei nº 10.035, de 25 de outubro de 2000. **Revista Synthesis**, São Paulo, n. 32, p. 15-31, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. **Curso de direito constitucional positivo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira. Não-auto-aplicabilidade do parágrafo 3º, do art. 114, da CF, introduzido pela EC nº 20/98. **Revista LTr: Suplemento Trabalhista**, São Paulo, v. 36, n. 10, 2000.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Lei 10.035/2000 – o desafio de interpretá-la. **Revista Nacional de Direito do Trabalho**, Ribeirão Preto, Nacional do Direito, v. 38, jun. 2001.

_____. **Relação de emprego e direito do trabalho**: no contexto da ampliação da competência da Justiça do Trabalho. São Paulo: LTr, 2007.

_____. **Temas de processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2000.

SOUZA, Carlos Aurélio Mota de; CAVALCANTI, Thais Novaes (Coord.). **Princípios humanistas constitucionais**. São Paulo: Letras jurídicas, 2010.

SUAIDEN, Chede Domingos. **A decadência das contribuições previdenciárias no âmbito das execuções instauradas pela Justiça do Trabalho**. 2010. 155p. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais: Direito Previdenciário), PUC-SP, São Paulo.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito constitucional do trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

TAVARES, Alexandre Macedo; MUGNAINI, Marcus Vinícius Mendes. As impropriedades da execução *ex officio* de contribuições à seguridade social emergentes de decisões da Justiça do Trabalho. **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo, n. 84, p. 33-46, 2002.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Execução no processo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2001.

TOLEDO FILHO, Manuel Carlos de. Execução das contribuições previdenciárias no processo trabalhista. **Revista Síntese Trabalhista**, São Paulo, n. 39, p. 16-21, jan. 2001.

TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de direito constitucional, financeiro e tributário: valores e princípios constitucionais tributários**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

_____. (Org.). **Legitimação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

VALLE, Márcio Ribeiro do. Contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

VIDA SORIA, José. **Manual de seguridad social**. 3. ed. Madrid: Tecnos, 2007.

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro. A conciliação trabalhista, transação e o INSS. In: LAGE, Emérson José Alves; LOPES, Mônica Sette (Coord.). **Execução previdenciária na Justiça do Trabalho: aspectos jurisprudenciais e doutrinários**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. In: WAMBIER, L. R. (Coord.); TALAMINI, Eduardo; ALMEIDA, Flávio Correia de. **Curso avançado de processo civil – teoria geral do processo de conhecimento**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2007, V. 1.

YARSHELL, Flavio Luiz. **Tutela jurisdicional**. São Paulo: Atlas, 1999.